



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 0/6 OS&LR?-FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 2014

(*) Republicado, em 7/3/2014, para fazer constar informações à página 11.

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – RESOLUÇÕES	
Nºs 1 e 2/2014	8
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 4/2014	10
2 – ATA DA 19ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014.....	11
2.1 – ABERTURA.....	13
2.2 – EXPEDIENTE.....	13
2.2.1 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 60/2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que <i>altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS)</i>	13
Projeto de Lei do Senado nº 61/2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que <i>acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para vedar a adoção de medidas de suspensão ou cancelamento de certificados sem os padrões estabelecidos no inciso XXX, do artigo 8º</i>	15
Projeto de Lei do Senado nº 62/2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que <i>altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões</i>	16
Projeto de Lei do Senado nº 63/2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que <i>acrescenta o § 4º no art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena na extorsão realizada por meio de ligação efetuada do interior de presídios</i>	17
Projeto de Lei do Senado nº 64/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, que <i>dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná</i>	18
2.2.2 – Comunicação da Presidência	
Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 73/2013.....	19
2.2.3 – Leitura de requerimento	
Nº 138/2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 15 a 20 de março próximo.	19
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR VALDIR RAUPP – Apelo para que se crie uma comissão externa para acompanhar a situação de Rondônia e do Acre, atingidos por fortes chuvas e enchentes.	20
SENADOR PAULO PAIM – Comemoração pela aprovação, na CAS, de projeto que isenta os empréstimos consignados do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); e outros assuntos.	22
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Defesa da criação de novo plano de cargos e salários para policiais militares e bombeiros do DF.	23
SENADOR HUMBERTO COSTA – Apresentação de cinco indicadores recentemente divulgados que demonstram a solidez dos avanços econômicos e sociais do País.....	24
SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL, como Líder – Análise da conjuntura econômica brasileira, com destaque para o setor energético do País.....	26
2.2.5 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 633/2013 (Ofício nº 20/2014). <i>Designação do Senador Humberto Costa, como titular, e do Senador Wellington Dias, como suplente, para comporem a referida Comissão</i>	29

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (Ofício nº 21/2014). <i>Designação das Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como titulares, e dos Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como suplentes, para comporem a referida Comissão.</i>	29
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PEDRO SIMON – Celebração dos vinte anos do Plano Real.....	29
SENADOR PAULO DAVIM – Considerações sobre o tráfico nacional e internacional de pessoas, pedindo à Polícia Federal informações sobre a apuração do desaparecimento de cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal.....	34
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas aos pronunciamentos de parlamentares petistas ao Plano Real.	35
2.2.7 – Leitura de requerimento	
Nº 139/2014, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 98/2013.	39
2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR LUIZ HENRIQUE, como Líder – Pedido de votação do projeto de lei que dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios.....	39
SENADOR ROMERO JUCÁ – Encaminhamento, para publicação, dos currículos dos Srs. Antonio José de Barros, Ives Gandra da Silva Martins Filho e João Batista Brito Pereira, que assumem cargos no TST.	42
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar. Apreciação transferida para o dia 11 de março próximo.	49
2.3.2 – Item 2	
Requerimento nº 10/2014, do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20/2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103/2009; 74, 183, 261/2012; 235 e 515/2013, por regularem matéria correlata. Aprovado	50
2.3.3 – Item 3	
Requerimento nº 84/2014, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116/2013, além da Comissão constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Apreciação transferida para o dia 12 de março próximo.	50
2.3.4 – Item extrapauta (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 139/2014, aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei da Câmara nº 98/2013, de iniciativa da Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Aprovado , tendo usado da palavra os Senadores Eduardo Braga e Paulo Paim. À Sanção.	51
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão de Debates Temáticos, em 26 de março próximo, às 12 horas, destinada a discutir a Segurança Pública.....	52
2.4.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 140/2014, de autoria do Senador Gim e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 25 de agosto próximo, destinada a homenagear o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal - CRECI/DF.	52
Nº 141/2014, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Jorge Viana, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará Mirim, nos Estados de Rondônia e do Acre, em virtude das enchentes na região.	53
Nº 142/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando voto de aplauso a novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho.....	55
Nº 143/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	56
Nº 144/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.....	57
Nº 145/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....	57
Nº 146/2014, de autoria do Senador Eduardo Braga, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499/2013.	58
Nº 147/2014, de autoria do Senador Eduardo Braga, solicitando a oitiva da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499/2013.	58

Nº 148/2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499/2013.....	58
Nº 149/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499/2013.	58
Nº 150/2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 48/2014, solicitando que a sessão especial destinada a comemorar o 50 anos do “Comício das Reformas” seja realizada em 4 de abril próximo.....	59
2.4.3 – Discursos	
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Lamento pela reação petista à comemoração dos 20 anos do Plano Real; e outros assuntos.	60
SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Crítica às declarações da Presidenta Dilma Rousseff na Europa; e outro assunto.....	62
2.4.4 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 138/2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira. Aprovado.	65
2.4.5 – Discursos (continuação)	
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Aponta o importante papel da gestão do PT na evolução da economia nos últimos 20 anos.....	66
2.4.6 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 134/2014, de autoria do Senador Cícero Lucena. Aprovado.	69
2.4.7 – Discursos (continuação)	
SENADOR CYRO MIRANDA – Cobrança dos petistas pelo reconhecimento do Plano Real como “marco da modernidade” de estabilidade econômica recebido pelos governos do PT.	69
SENADOR EDUARDO SUP LICY – Elogio ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade e de outras comissões legislativas que têm trabalhado na investigação do período da ditadura militar.	71
2.4.8 – Apreciação de matérias	
Requerimento nº 101/2014, de autoria do Senador Roberto Requião. Aprovado , nos termos do Parecer nº 78/2014-CRE	73
Requerimento nº 95/2014, de autoria do Senador Humberto Costa. Aprovado , nos termos do Parecer nº 79/2014-CRE	75
2.4.9 – Discursos (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Comemoração pela aprovação na CCJ da PEC que torna obrigatória a desincompatibilização dos candidatos à reeleição aos cargos executivos; e outro assunto.....	78
SENADOR PEDRO TQUES – Preocupação com o andamento e finalização das obras para a Copa do Mundo em Cuiabá.	82
SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Protesto contra a burocracia da Conab, que estaria impedindo que o milho produzido em Mato Grosso chegue ao Nordeste; e outro assunto.....	87
2.4.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 151/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Srª Maria Coelho Raposo Sampaio.	90
Nº 152/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Nonato de Andrade.	91
2.4.11 – Discursos (continuação)	
SENADOR JAYME CAMPOS – Necessidade de reformulação urgente do modelo educacional de aprovação dos alunos.....	91
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Preocupação de o Governo não cumprir a meta de superávit fiscal em 2014; e outro assunto.....	93
2.4.12 – Leitura de requerimento	
Nº 153/2014, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Sr. Orani João Tempesta.....	95
2.4.13 – Discursos (continuação)	
SENADOR JORGE VIANA – Relato da situação preocupante das áreas alagadas no Acre e em Rondônia.....	95
SENADOR PAULO PAIM – Crítica à nova legislação de Uganda que estabelece a possibilidade de prisão perpétua para homossexuais; e outros assuntos.	98
2.4.14 – Aviso do Banco Central do Brasil	
Nº 11/2014 (nº 11/2014, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	103
2.4.15 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nºs 227 e 231/2014, informando a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal e a suplência de mandato de Deputado Federal dos Srs. Eduardo Azeredo (PSDB/MG) e Ruy Adriano Borges Muniz (DEM/MG).....	116
2.4.16 – Comunicação	

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de retirada do Deputado Eduardo Sciarra nas Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nº 628, 629, 630, 631, 632, 634, 635 e 636/2013 e 638/2014 (Ofício nº 144/2014).....	116
--	-----

2.4.17 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 65/2014, de autoria do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	116
--	-----

Projeto de Lei do Senado nº 66/2014, de autoria do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	121
--	-----

2.4.18 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Alerta para a violência nos estádios de futebol brasileiros; e outro assunto.	123
--	-----

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Considerações acerca do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2013, lançado recentemente pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	125
--	-----

2.4.19 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	126
---	-----

2.5 – ENCERRAMENTO.....	126
-------------------------	-----

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Ato da Comissão Diretora

Nº 4/2014, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003 e o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir a Coordenação de Apoio a Parlamentares da Diretoria-Geral, transpor suas competências para outras unidades da estrutura administrativa do Senado Federal; e altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir uma função comissionada de Diretor-Geral Adjunto da Diretoria-Geral do Senado Federal, e dá outras providências. (REPUBLIÇÃO)	127
--	-----

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 26.2.2014	135
---	-----

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	136
--------------------------------	-----

Bancadas dos Partidos	137
-----------------------------	-----

Por ordem alfabética	138
----------------------------	-----

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	139
---	-----

7 – LIDERANÇAS	140
-----------------------------	-----

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	144
---	-----

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	147
--	-----

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	155
---	-----

CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	164
---	-----

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	167
---	-----

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	174
---	-----

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	180
--	-----

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	189
---	-----

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	197
---	-----

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	206
--	-----

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	213
---	-----

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	219
---	-----

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	223
--	-----

CSF – Comissão Senado do Futuro.....	227
--------------------------------------	-----

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	228
--	-----

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	229
---	-----

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	230
---	-----

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	231
--	-----

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	231
--	-----

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	232
--	-----

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	234
--	-----

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	236
--	-----

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	238
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	240
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	242
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	244

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	246
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	253
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	257
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	258
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	259
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	260
Comissões Mistas Especiais.....	261

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	265
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	266
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	270

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2014

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado Rio Grande do Sul – Proconfis RS II (PBL)”.

Art. 2º A operação financeira referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- II – devedor: Estado do Rio Grande do Sul;
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor da operação: até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos);
- V – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na Libor;
- VI – prazo de desembolso: até 2 (dois) anos, contado a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização: em parcelas semestrais, consecutivas e customizadas, pagas em 15 de março e em 15 de setembro, com previsão do vencimento da primeira em 15 de março de 2019 e, da última, em até 20 (vinte) anos, previsto para 15 de setembro de 2033;
- VIII – juros: serão exigidos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários e, enquanto nenhuma conversão tiver sido efetivada, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem relacionada ao custo de captação do BID que financia seus empréstimos, mais a margem para empréstimos do capital ordinário;
- IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, em até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- X – despesas de inspeção e supervisão: exceto se o Banco estabelecer o contrário, o devedor não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e supervisão gerais, conforme estabelecido no contrato de empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao devedor, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal do credor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão, para taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros flutuante, e vice-versa, e da moeda do montante já desembolsado e a desembolsar do empréstimo, bem como contratar o estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio Grande do Sul na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Rio Grande do Sul celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessá-

rios para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Rio Grande do Sul quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2014

Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado do Paraná;
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos);
- V – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na Libor;
- VI – prazo de desembolso: até 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização: em parcelas semestrais, sucessivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 15 de maio ou em 15 de novembro, a depender da data de assinatura do contrato, sendo que a primeira deverá ser paga no prazo de 5 (cinco) anos, e a última, ao final de 25 (vinte e cinco) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;
- VIII – juros: serão exigidos semestralmente e, enquanto nenhuma conversão tenha sido efetivada, calculados sobre os saldos devedores periódicos do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem relacionada ao custo de captação do BID que financia seus empréstimos, mais a margem (spread) para empréstimos do capital ordinário;
- IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- X – despesas com inspeção e supervisão geral: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao devedor, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do garantidor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, ou qualquer outra opção aceita pelo Banco, bem como da moeda do desembolso ou da totalidade ou de parte do saldo devedor, em moeda de país não mutuário ou em uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Paraná na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Paraná celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Paraná quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 628, de 28 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 29, do mesmo mês e ano, que “Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de fevereiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 19ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Jorge Viana,
da Srª Angela Portela e dos Srs. Jayme Campos, Paulo Paim e José Pimentel*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 20 horas e 39 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

Senado Federal

54ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 26/02/14 07:00 até 26/02/14 20:42

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCLÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X

PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 61 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2014

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º, renomeando-se o vigente parágrafo único como § 3º:

“Art. 2º

§ 1º Fica dispensada da apresentação de pedido médico a realização do exame a que se refere o inciso III do *caput*, em serviço próprio do SUS e na periodicidade definida em regulamento, sem prejuízo do atendimento de pedido médico de exame de rastreamento, diagnóstico ou segmento pós-tratamento de câncer de mama em homem ou mulher.

§ 2º A dispensa a que se refere o § 1º poderá ser estendida aos serviços contratados ou conveniados com o SUS, na forma do regulamento.

§ 3º (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Justificação

O câncer de mama é, no mundo todo, um importante fator de morbidade e de mortalidade. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), essa neoplasia é suplantada, em número de casos, apenas pelo câncer de pele do tipo não melanoma, considerado, ao contrário do câncer de mama, uma neoplasia de baixa gravidade.

O câncer de mama é a maior causa de morte por câncer em mulheres dos países em desenvolvimento e a segunda dos países desenvolvidos. Quando são considerados os números relativos à população mundial, é a principal causa de morte por câncer em mulheres.

A importância dessa doença para a saúde pública brasileira, especialmente para a população feminina, pode ser avaliada pelos impressionantes números a ela relacionados: em 2011, causou a morte de 120 homens e de 13.225 mulheres no Brasil. O Inca estima que em 2014 serão diagnosticados, no Brasil, mais de 57 mil novos casos.

Mesmo quando é possível evitar o pior dos desfechos do câncer de mama – a morte –, é importante considerar que o tratamento da doença e o manejo das sequelas envolvem múltiplas abordagens: cirurgia para retirada do tumor e de gânglios linfáticos, radioterapia, quimioterapia, cirurgia plástica reconstrutiva, fisioterapia e psicoterapia. Os casos que exigem tratamentos mais agressivos deixam sequelas, tanto de natureza anatomofisiológica quanto psíquicas, que marcam as vítimas pelo resto de suas vidas.

Os vários aspectos envolvidos com o tratamento ou com o desfecho do câncer de mama têm repercussões negativas na saúde pública, na previdência social, na saúde suplementar, no trabalho, na economia em geral e na economia familiar, em particular. Todos esses setores sofrem prejuízos decorrentes de vários fatores relacionados direta ou indiretamente com a doença, entre eles: (1) o alto custo do tratamento; (2) o pagamento de benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria e pensão); (3) a perda temporária ou definitiva de importante força de trabalho; (4) a diminuição da renda familiar; e (5) os gastos familiares com cuidados com a saúde da vítima.

Essas repercussões podem, em parte, ser evitadas ou mitigadas com ações que, como resultado final, diminuam a mortalidade e a gravidade das sequelas do tratamento. A sobrevida dos pacientes tratados e o grau das sequelas dependem de vários fatores, entre eles o estágio do tumor em que o tratamento foi instituído:

quanto mais precoce ou menos avançado o estágio, menos agressivos serão os tratamentos, maiores serão as chances de sobrevivência, e menos incapacitantes serão as sequelas.

A detecção precoce do câncer de mama tem se mostrado a melhor estratégia para reduzir a mortalidade da doença. Ainda segundo o Inca, as taxas de mortalidade continuam elevadas no Brasil, e uma das razões para que isso aconteça é o fato de que aqui a doença ainda é diagnosticada tardiamente.

A dificuldade de acesso ao exame mamográfico é um dos fatores que dificultam o diagnóstico precoce do câncer de mama. Normalmente, exige-se a apresentação de pedido médico que, por sua vez, só é obtido em consulta com ginecologista ou mastologista. Acresça-se a essa exigência alguns fatores que dificultam a realização do exame (agendamento da consulta frequentemente postergado por falta de vagas; consulta agendada para muitos dias ou meses à frente; e falta de ginecologistas, mastologistas e radiologistas em muitos municípios) e pode-se entender o motivo pelo qual muitas mulheres brasileiras em idade de risco para o câncer de mama jamais fizeram um exame de rastreamento da doença.

Há iniciativas de alguns gestores do SUS no sentido de dispensar a apresentação de pedido médico para a realização do exame de rastreamento, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal com a “carreta da mulher” e no Estado de São Paulo com o programa “Mulheres de Peito”, as quais visam facilitar o acesso ao exame às mulheres que se encontrem na faixa etária definida nos respectivos programas.

Essas louváveis iniciativas merecem ser adotadas em todo o território nacional. E é para que isso aconteça que submeto este projeto de lei à apreciação de ambas as Casas Legislativas. Proponho a dispensa da apresentação de pedido médico para a realização, nos serviços próprios do SUS, de mamografia em mulheres, respeitada a periodicidade definida em regulamento. Essa dispensa poderá ser estendida aos serviços contratados ou conveniados com o Sistema, caso o ente federado responsável pela oferta do exame não disponha de condições para a sua realização em serviços próprios.

Pela importância da medida proposta, estou convicto de que, cientes da necessidade de proteger a saúde das mulheres brasileiras, os nobres parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apoiarão esta iniciativa.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Rodrigues**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.664, DE 29 DE ABRIL DE 2008

Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As ações de saúde previstas no inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, relativas à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres do colo uterino e de mama são asseguradas, em todo o território nacional, nos termos desta Lei.

Art. 2º O Sistema Único de Saúde – SUS, por meio dos seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar:

I – a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre a prevenção, a detecção, o tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento, das doenças a que se refere o art. 1º desta Lei;

II – a realização de exame citopatológico do colo uterino a todas as mulheres que já tenham iniciado sua vida sexual, independentemente da idade;

III – a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade;

IV – o encaminhamento a serviços de maior complexidade das mulheres cujos exames citopatológicos ou mamográficos ou cuja observação clínica indicarem a necessidade de complementação diagnóstica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderem ser realizados na unidade que prestou o atendimento;

V – os subsequentes exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos, segundo a periodicidade que o órgão federal responsável pela efetivação das ações citadas nesta Lei deve instituir.

Parágrafo único. Os exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos poderão ser complementados ou substituídos por outros quando o órgão citado no inciso V do caput deste artigo assim o determinar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação.

Brasília, 29 de abril de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva – José Gomes Temporão**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2014

Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para vedar a adoção de medidas de suspensão ou cancelamento de certificados sem os padrões estabelecidos no inciso XXX, do artigo 8º.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 26 da Lei nº 11.182, de 2005, o seguinte parágrafo:

“Art. 26.
Parágrafo único. A aplicação de procedimentos acautelatórios que resultem na suspensão ou no cancelamento dos certificados obrigatórios à operação de serviços aéreo públicos, serão observados os padrões estabelecidos no inciso XXX, do artigo 8º.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) tem como atribuições regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. Está sob sua responsabilidade garantir as condições de segurança e de aeronavegabilidade tanto de equipamentos, como da estrutura organizacional de operadores privados e prestadores de serviços aéreos públicos (principalmente táxis aéreos e linhas aéreas).

Entretanto, a ANAC sofre, desde o início de seu funcionamento, com a crônica falta de servidores e ausência de padronização em suas operações de fiscalização e de exigências de requisitos operacionais frente aos operadores detentores de certificados de “ETA” – Empresas de Transporte Aéreo. Essa condição tem levado, em muitos casos, à suspensão “cautelar” das operações dessas empresas, com arrimo no art. 45 da Lei 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Esse dispositivo permite que “em caso de risco iminente”, a Administração Pública adote motivadamente providências acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado. Sua aplicação indiscriminada tem resultando na interrupção por meses das atividades desses operadores, levando-os a arcar com grandes prejuízos ou mesmo resultando no encerramento de suas atividades.

Na seara da aviação, o “risco iminente” a que se refere o dispositivo citado deve comprometer diretamente a segurança operacional e a aeronavegabilidade da aeronave ou empresa. Caso contrário, não se justifica que as prestadoras de serviços aéreos públicos sejam suspensas ou tenham cancelados seus certificados cautelarmente, sem que lhes sejam concedidos prazos para sanar os problemas apresentados.

Tal situação ficou patente em relatos trazidos ao Senado por diversas empresas e associações e tendo sido apontada no segundo relatório da Subcomissão da Aviação Civil da Comissão de Desenvolvimento Regional Infraestrutura e Amazônia (CINDRA) da Câmara dos Deputados, publicado em dezembro último.

A Subcomissão da Aviação Civil do Senado (CISTAC), que funcionou durante o ano de 2012 até início de 2013, debateu as condições de fiscalização impostas pela ANAC às empresas prestadoras de serviços aéreos públicos (especialmente as não regulares), tendo chegado a participar de reuniões junto à Agência. Não houve, no entanto, qualquer atitude prática no sentido de rever ou esmerar suas atividades fiscalizatórias e seu *modus operandi*.

Registre-se que a matéria que envolve o transporte não apenas de cargas e pessoas comuns, mas também de pacientes e órgãos, que ficou prejudicado em muitos Estados, principalmente na Região Amazônica, em decorrência da indiscriminada suspensão ou fechamento de empresas aéreas pela ANAC.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio de nossos Pares para a proposição ora apresentada
Sala das Sessões, – Senador **Vicentinho Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

.....
Art. 8º Cabe à ANAC adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:
.....

XXX – expedir normas e estabelecer padrões mínimos de segurança de voo, de desempenho e eficiência, a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive quanto a equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem;

CAPÍTULO III

Do Processo Decisório

Art. 26. O processo decisório da ANAC obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e publicidade, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2014

Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV – AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG E DIRIGÍVEL	891.310,61
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) – BALÃO	31.402,18

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A atividade do Balonismo é a mais antiga voltada à aviação e difundida mundialmente, principalmente em atividades turísticas e esportivas. No Brasil, apesar de reconhecida e extremamente segura, não conta com qualquer subsídio para seu desenvolvimento. Ela precisa “certificar” seus produtos junto à Agência Nacional de Aviação Civil, que cobra dos fabricantes nacionais a absurda taxa de R\$ 891.310,61, sendo que o preço de um balão nacional é de aproximadamente R\$ 60.000,00. Essa cobrança pode levar à falência da indústria nacional, pois ela não se aplica aos balões estrangeiros.

Segundo documentos encaminhados ao Senado e à Secretaria de Aviação Civil, hoje operam no Brasil cerca de 200 balões (completos), com outros 600 envelopes disponíveis. A atividade conta com 140 pilotos, distribuídos por quatorze Estados.

Até o momento, essa taxa não foi recolhida, pois seu custo é proibitivo. Com isso, a categoria ficou impossibilitada de certificar novos produtos, o que prejudica o Brasil em inúmeras atividades esportivas, fato agravado por o balonismo nacional ser internacionalmente reconhecido por seus recordes e títulos nas mais diversas modalidades.

Sala das Sessões, – Senador **Vicentinho Alves**, SDD/TO)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

ANEXO III

CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV – AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.700KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730KG, DIRIGÍVEL E BALÃO R\$ 891.310,61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2014

Acrescenta o § 4º no art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena na extorsão realizada por meio de ligação efetuada do interior de presídios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 158.

§ 4º Aumenta-se a pena de um terço até a metade se o crime é praticado por meio de ligação efetuada do interior de presídio ou se os valores provenientes do crime forem depositados em conta bancária do autor do delito, de coautor, de partícipe ou de terceiro de boa-fé, sobre a qual o autor tenha controle, direta ou indiretamente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira vem se deparando com nova modalidade de crime: o golpe do falso sequestro, aplicado de dentro de presídios espalhados por todo o Brasil.

Tal modalidade de extorsão – na qual presidiários munidos de celular extorquem pessoas de boa-fé, convencendo-as de que sequestraram seus parentes – disseminou-se por todo o País nos últimos anos. Tal fato representa a inépcia do Estado brasileiro em fiscalizar e coibir crimes e ilegalidades flagrantes praticadas no interior de presídios brasileiros.

O *modus operandi* desse golpe consiste em ligações efetuadas aleatoriamente para telefones de vítimas, geralmente obtidos por meio de listas telefônicas, agendas de telefones celulares roubados ou ainda de números anotados de cheques também roubados. Com ameaças de morte, e aproveitando-se de nervosismo de suas vítimas, os golpistas acabam convencendo-as de que realmente seqüestraram alguém de sua família. Solicitam, então, um valor, a título de resgate, a ser transferido para uma conta corrente, cujo titular é o próprio preso ou outra pessoa qualquer. O bandido procura manter contato com a vítima por todo o tempo, até o recebimento do valor da extorsão, para que ela não entre em contato com o familiar citado na ligação.

E não é só isso: com a ajuda de aparelhos celulares, chefes do crime organizado comandam o narcotráfico de dentro de suas celas, muitas vezes auxiliados pelos próprios funcionários responsáveis pela segurança do estabelecimento prisional.

Diante desse quadro, propomos o aumento de pena para aqueles que praticarem o crime de extorsão por meio de ligação efetuada do interior de presídios, bem como para aqueles coautores ou partícipes que permitam ou viabilizem que os valores provenientes do crime sejam depositados em conta bancária própria ou de terceiros.

Com essas medidas, acreditamos que se evitará a prática de muito desses crimes, que têm origem no interior de penitenciárias do País, o que contribuirá para reduzir esse sentimento de insegurança que assola a população brasileira.

Esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Acrescenta o § 4º no art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena na extorsão realizada por meio de ligação efetuada do interior de presídios.

[DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940](#)

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Extorsão

Art. 158 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior. [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. [\(Incluído pela Lei nº 11.923, de 2009\)](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2014

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada a Zona de Processamento de Exportação no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação têm incentivado o desenvolvimento de áreas antes economicamente estagnadas, levando-as à inserção competitiva no comércio internacional.

Dessa forma, países nos mais diversos estágios de desenvolvimento têm feito uso desse tipo de área aduaneira especial como meio de fortalecimento das vendas externas e de estímulo ao crescimento das regiões menos industrializadas.

A modernização do marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportação, com a edição da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, em substituição ao Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, faz antever que, finalmente, as ZPE poderão, no Brasil, resultar em experiências bem sucedidas na geração de empregos e na diminuição das desigualdades regionais.

O Município de Foz do Iguaçu, conhecido pelos seus atrativos turísticos, embora disponha de forte atividade industrial, em que despontam os setores de produtos alimentícios, minerais não metálicos, tecidos e calçados, ainda carece de maiores incentivos para o aproveitamento de todo o seu potencial econômico.

Vale ressaltar que a Lei 11.508/07 prevê, em seu artigo 3º, que seja dada prioridade para as propostas de criação de ZPE em áreas geográficas privilegiadas para a exportação. Tal é o caso de Foz do Iguaçu que, devido à sua localização na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, apresenta intenso intercâmbio comercial.

Ademais, a cidade dispõe de mão-de-obra qualificada, bem como da infra-estrutura básica necessária ao estabelecimento de novas indústrias e ao fluxo de matérias-primas e produtos, a exemplo de seu aeroporto internacional, capacitado para receber aviões de grande porte, e das vias federais que levam à capital estadual, Curitiba, ao Porto de Paranaguá e ao aeroporto.

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importante instrumento para dar maior dinamismo econômico a áreas de seus territórios. Isso ocorre porque as ZPE

permitem a agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas tradicionais para posterior venda no mercado internacional.

Desse modo, a atualização do marco regulatório das ZPE, mediante as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, e 11.732, de 30 de junho de 2008, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam entrar em operação e contribuir para a dinamização econômica de áreas hoje estagnadas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais brasileiras. É esse o caso da Mesorregião do Sudoeste do Paraná, que possui, segundo o IBGE, 37 municípios, e cuja renda *per capita* e IDH são inferiores à média do Estado.

A mesorregião está dividida em três microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. As duas primeiras são consideradas estagnadas segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Portanto, a instalação de uma ZPE ali contribuiria para dinamizar a economia da mesorregião, o que, ao fim e ao cabo, atenderia ao objetivo de redução das disparidades entre as diversas regiões brasileiras.

É preciso considerar também que a Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação relativa às Zonas de Processamento de Exportação, em seu art. 2º, estabelece que “a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente”. Essa proposta, segundo o § 1º do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

Esses dois últimos dispositivos são bastante importantes para o caso da Mesorregião do Sudoeste do Paraná. Localizada na porção meridional-oeste do Paraná, próxima a Santa Catarina e à divisa com a Argentina e o Paraguai, a mesorregião possui uma localização privilegiada para o escoamento da produção para países do MERCOSUL.

Enfim, julgamos que a Mesorregião do Sudoeste do Paraná atende o requisito estabelecido pelo principal diploma legal que regula a criação de ZPE: a prioridade para sua instalação em áreas que tenham facilidades para a exportação. Além disso, a instalação de uma ZPE em seu território contribuiria para fomentar seu desenvolvimento, já que poderia ser agregado valor à produção local – baseada, principalmente, no setor primário e na agroindústria –, que seria posteriormente dirigida ao mercado externo.

Pelas razões expostas, na certeza de que a instalação de uma ZPE traria imensos benefícios à Mesorregião do Sudoeste do Paraná e, em consequência, à área de fronteira, fundamental para o desenvolvimento e para a segurança do País, peço apoio aos Nobres Pares para a aprovação do Projeto de Lei que ora apresento.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2013**.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 138, DE 2014

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, a minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 de março do corrente ano, quando estarei, juntamente com outros parlamentares, integrando a delegação brasileira que participará da 130ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça.

Sala das Sessões,


Senador CÍRO NOGUEIRA

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Para uma comunicação inadiável, Senador Paulo Paim.

Como orador inscrito, convido para fazer uso da palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Angela Portela, Srªs e Srs. Senadores, subo a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre as enchentes em Rondônia e na Bolívia, país vizinho, que está sofrendo muito, com mais de 40 mil desabrigados, com, aproximadamente, 500 mil cabeças de gado mortas pela enchente em dois departamentos, que equivalem aos nossos Estados, o Departamento do Pando e o Departamento do Beni.

Autoridades bolivianas estão pedindo socorro, pedindo auxílio ao Governo brasileiro. Recebemos, aqui, na segunda-feira, o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, acompanhado do Embaixador da Bolívia junto ao Brasil, Embaixador Justiniano, e do Embaixador Antônio Simões, responsável pela América Latina, do Itamaraty.

Mas quero falar aqui sobre as enchentes em Rondônia, Estado que represento, que, nas últimas três ou quatro semanas, têm tirado a tranquilidade, o sono de milhares e milhares de famílias do meu Estado.

Já são, aproximadamente, 5 mil pessoas desabrigadas. O número começou com 1.500, aumentou para pouco mais de 3 mil e agora já são 5 mil pessoas desabrigadas. Os prejuízos são calculados em mais de R\$300 milhões. O prejuízo de Rondônia já ultrapassa R\$300 milhões.

É certo que o Governo Federal tem investido muito no Estado de Rondônia. Temos agradecido muito os investimentos maciços. Talvez, proporcionalmente, sejamos o segundo Estado da Federação com o maior grau de investimento. Rondônia cresce acima da média nacional, tendo crescido a uma taxa de 7% a 9% ao ano na última década, o que tem feito com que Rondônia desponte como o 14º Estado brasileiro, tendo sido um dos últimos a serem criados. Rondônia, como disse, desponta acima da média nacional. Entre os 27 Estados, temos a 14ª economia, IDH. Enfim, temos crescido muito nos últimos tempos. Mas, neste momento, Rondônia vive essa aflição, até desespero.

O Ministro da Integração Nacional já foi, nas últimas duas semanas, duas vezes a Rondônia, uma delas a convite da Deputada Federal Marinha Raupp, que estava em viagem ao Irã, em missão do Congresso Nacional, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Edson Santos e o Deputado Ivan Valente. A Deputada convidou o Ministro da Integração Nacional e, com a Defesa Civil nacional, eles foram a Rondônia socorrer as vítimas da enchente.

Agora, nesta última terça-feira, eu já havia estado em Rondônia duas vezes depois que voltei de viagem, a Deputada Marinha tem, constantemente, estado em Porto Velho, em Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, em toda aquela região, assim como em Rolim de Moura, onde foi decretado estado de emergência, assim como em Porto Velho, Guajará e Nova Momoré.

Mais uma vez, a pedido da Presidente Dilma, que estava em viagem, ela telefonou ao Governador, que fez um apelo na semana passada. Nesta semana, mais precisamente na terça-feira, novamente o Ministro da Integração Nacional pegou um avião da FAB e nos convidou.

Fomos eu e a Deputada Marinha. Lá estava quase toda bancada federal em Rondônia, em reunião lá na Base Aérea de Porto Velho. Sobrevoamos também as áreas atingidas.

Fato é que a Presidente determinou que o Ministro da Integração Nacional, com o Secretário Nacional da Defesa Civil, General Adriano, e com o Diretor de Infraestrutura do DNIT, pois as estradas estão interrompidas em vários pontos do Estado, sobretudo para Guajará-Mirim... Também foi nos acompanhando o Diretor de Infraestrutura do DNIT nacional, Dr. Roger, além de outras autoridades, como o General Eduardo. Lá, nós nos juntamos com a Marinha Raupp e também com a Marinha do Brasil, que lá estava com seus barcos, com seus comandantes, com o Exército Brasileiro, que lá estava representado pelo General Novaes, que é o Comandante da 17ª Brigada de Porto Velho e por um general do 5º Batalhão de Engenharia e Construção do Estado de Rondônia cujo nome me foge à memória agora. A Força Aérea também estava lá, com o comandante local da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira, assim como autoridades do Estado – Governador, Deputados Estaduais, prefeitos, vereadores – e todas as lideranças do Estado de Rondônia. Nós nos reunimos ontem, terça-feira, durante quase todo o dia, lá, em Porto Velho, sempre no sentido, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de resolver, de diminuir o sofrimento dessas famílias.

Hoje são 5 mil famílias em ginásios, em colégios, em barracas nos Distritos de São Carlos, Calama, Terra Caída, Nazaré e outros e também na capital Porto Velho e em Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Então, subo a esta tribuna, mais uma vez, para agradecer todo o apoio da Defesa Civil nacional, do Ministério da Integração, na pessoa do Ministro Teixeira, do General Adriano, por todo esse apoio que têm dado ao Estado Rondônia.

Hoje, o nível da água já está chegando a 18,56 metros. O último recorde era de 1997 – se não me falha a memória, eu era Governador do Estado de Rondônia –, com 17,53 metros. Hoje está com 18,56 metros, mais de um metro acima desse último recorde de 1997. Em 1982 também houve uma grande cheia lá no Estado de Rondônia.

De forma que, ao mesmo tempo em que agradeço, peço reforço, mais uma vez, ao Governo Federal.

Nós estamos voltando, não vamos viajar, nem brincar carnaval – o carnaval de Rondônia foi cancelado pelo Prefeito da capital e pelo Governador –, e nós vamos ficar lá. Eu e a Deputada Marinha iremos, amanhã, à noite, a Rondônia novamente e vamos ficar em Porto Velho. Vamos pernoitar em Guajará-Mirim, em Buritis, em toda aquela região atingida pelas cheias.

O Ministério Público autorizou o Governo do Estado a abrir 17 quilômetros dentro de uma reserva extrativista onde, há muito tempo, já vinha sendo trabalhada uma estrada-parque para dar acesso a Guajará e a Nova Mamoré, tendo em vista que a BR-425 está completamente isolada há duas semanas, impedindo o transporte de combustível, de gêneros alimentícios e até mesmo de pessoas doentes, que estão sendo levadas de avião de Guajará-Mirim para Porto Velho.

Então, o Governo do Estado já começou a abrir esta rodovia no sábado, pela manhã, e espero que possamos ter mais um acesso a Guajará-Mirim em poucos dias.

Eu já dei entrada aqui, Sr^a Presidente, no pedido para que seja criada uma comissão externa da Câmara e do Senado. Eu acho que foi segunda-feira que dei entrada na Mesa do Senado Federal, sendo que a Deputada Marinha já havia dado entrada na Câmara dos Deputados.

Então, eu gostaria que a Mesa acolhesse o meu requerimento e aprovasse a criação dessa comissão externa do Senado Federal, composta pela Bancada de Rondônia – eu, o Senador Acir e o Senador Ivo Cassol – e também pela do Estado do Acre, porque nessa última viagem a Rondônia foi com a gente o Senador Jorge Viana, ex-governador e Senador do Estado do Acre, porque lá a estrada também está sendo interrompida. Nas imediações de Abunã, quase divisa de Rondônia com o Acre, essa estrada está sendo interrompida, comprometendo o abastecimento do Estado do Acre, de todo um Estado.

Hoje nós temos apenas duas cidades isoladas: Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Imagine o Acre, todo o Estado do Acre ficando isolado, porque toda a passagem para o Acre é pela BR-364, passa por Rondônia. Se interromper, porque já foi interrompida por alguns momentos e, depois, liberada com guinchos puxando os caminhões, apenas os caminhões, porque carros pequenos não passam mais para o Estado do Acre.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Portanto, essa comissão externa poderia ser composta pelos Senadores de Rondônia e pelos Senadores do Acre e pelas Bancadas do Acre e de Rondônia na Câmara, pois são esses os dois Estados mais atingidos hoje pelas enchentes naquela região.

Eu até brincava com o Senador Eunício Oliveira, mas é uma coisa muito séria. Ele dizia que lá no Ceará quase não chove. Eu já pedi aqui, desta tribuna, eu já pedi a Deus que nos ajudasse a fazer cessar as chuvas naquela região da Bolívia, do Peru, nas cabeceiras do Rio Madre de Deus, do Rio Beni, do Rio Mamoré, do Rio Guaporé, que formam o Madeira, e deslocasse essas chuvas. Eu sei que é um fenômeno da natureza, que essas chuvas ficaram concentradas naquela região, mas elas poderiam ter vindo para o Sudeste, para o Centro-Oeste, quem sabe até para o Sul e para o Nordeste... Então, vamos pedir aqui – o Eunício diz que se ajoelha todos os dias, que ora e pede a Deus para que possa fazer chover no Nordeste – que essa chuva daquela região possa ser deslocada um pouco para o Nordeste brasileiro...

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – ... e até para São Paulo, que vive uma crise de racionamento de água por falta de chuva.

Assim, infelizmente esse fenômeno da natureza acabou complicando algumas regiões pela seca e outras regiões, como a nossa, pelo excesso de chuva, com muitas enchentes.

Fica aqui esta mensagem e este pedido de que todos nós rezemos e oremos para que chova nessas regiões afetadas pela seca no Brasil e que haja uma trégua naquela região da Bolívia, do Peru e de Rondônia, que tanto está sofrendo, neste momento, com as cheias.

Então, fica aqui esse apelo, Srª Presidente, e essa mensagem de mais um reforço: que o Governo Federal possa nos ajudar com recursos financeiros; com equipamentos, como já está ajudando; com materiais, com colchões, como já está mandando; com gêneros alimentícios, para diminuir um pouco o sofrimento dessas pessoas.

Depois, virá uma segunda etapa. Espero que, dentro de oito a dez dias, comecem a baixar os rios, e aí vem outro problema: com a baixa das enchentes, vem o problema de endemias, de doenças. Que o Ministério da Saúde, através da vigilância sanitária, da Funasa, possa entrar também de corpo e alma para evitar uma epidemia de doenças naquela região.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente. Obrigado pela compreensão com o tempo. Espero voltar logo a Rondônia para me somar a todo esforço que a Defesa Civil Nacional, que a Defesa Civil de Rondônia, que todas as autoridades estão empreendendo, neste momento, para diminuir o sofrimento da população de Rondônia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Governo/PT – RR) – Parabéns, Senador Valdir Raupp, pelo comprometimento que V. Exª e toda a Bancada do Estado de Rondônia, inclusive a Deputada Federal Marinha Raupp, demonstram aqui, neste momento de sofrimento e dor por que passam as famílias de Rondônia com essas profundas enchentes.

Tenho certeza de que o Governo da Presidenta Dilma se sensibiliza e vai continuar ajudando para amenizar a dor e o sofrimento dessas famílias.

Passo a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Angela Portela, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Comissão de Assuntos Sociais, que hoje pela manhã aprovou por unanimidade um projeto de nossa autoria, que teve como Relatores os Senadores Casildo Maldaner e Humberto Costa, Líder do PT, que vão assegurar que o IOF não seja mais descontado do empréstimo consignado. Os grandes beneficiados são os trabalhadores que precisam se socorrer desse empréstimo, além dos aposentados e pensionistas.

Quero também, Srª Presidenta, fazer uma homenagem ao nosso Ministro da Reforma Agrária, o Ministro Pepe Vargas. Ontem o Senado aprovou aqui o Projeto nº 110, de 2013, apresentado pelo Ministro Pepe Vargas.

O Ministro Pepe Vargas, quando estava na Câmara – um dos Deputados mais prestigiados do Rio Grande e hoje Ministro da Presidenta Dilma –, apresentou um projeto que foi aprovado lá e agora, no Senado, com a relatoria da Senadora Ana Amélia, que manteve na íntegra o que veio da Câmara, que regulamenta a produção do vinho colonial. Ou seja, estabelece as normas de produção de vinho para agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, repito, o chamado vinho artesanal, o vinho colonial.

A proposta segue agora para a sanção da Presidenta Dilma.

Eu fiquei muito feliz com essa aprovação não só porque o autor é o meu amigo Pepe, da mesma cidade que eu, Caxias do Sul, cidade que tem a marca da produção e, principalmente, a Festa Nacional da Uva, para onde tive a satisfação de acompanhar a Presidenta e seis ministros. Nessa caminhada, o Pepe nos falava ainda da importância do projeto.

A norma determina que o vinho colonial seja fabricado no mínimo com 70% de uvas produzidas na propriedade rural familiar e na quantidade máxima de 20 mil litros anuais. Além disso, a elaboração, a padronização e o envasilhamento do produto devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural do agricultor, para fortalecer a chamada agricultura familiar.

A venda também deve ser feita com emissão de nota do talão do produtor rural e especificações de denominação, origem e características do produto.

Quero dar parabéns a toda a Bancada Federal gaúcha pelo apoio dado a esse projeto do Ministro Pepe Vargas. Parabéns aos três Senadores do Rio Grande, que estiveram, aqui, sempre articulando e trabalhando para que o projeto fosse aprovado. Quero também cumprimentar, principalmente, os agricultores.

Eu estive lá representando o Senado e o próprio Ministro Pepe no interior de Bento Gonçalves, onde, naquele dia, foi lançada uma campanha nacional pela aprovação desse projeto.

Quero também, Srª Presidenta, deixar minha total tranquilidade, apoio e entendimento à Presidenta Dilma, que tem mostrado um carinho muito grande não só pelo Rio Grande, como também por todos os brasileiros, mas, no caso específico, porque esteve recentemente, lá na Festa da Uva, e mostrou o carinho que ela tem por aquela região. Até porque, embora tenha nascido em Minas Gerais, ela escreveu a sua vida, a sua história política lá no solo gaúcho.

Srª Presidente, eu estive por várias vezes na região da Serra Gaúcha, onde nasci, em Caxias do Sul, ouvindo e discutindo questões de interesse da viticultura. E eu não tenho nenhuma dúvida de que esse projeto vai alavancar ainda mais a agricultura familiar.

Por fim, Srª Presidenta, nos últimos minutos, quero dizer que recebi a visita da Associação de Moradores da Vila Planalto, entidade de defesa dos interesses da comunidade, que me entregou uma carta na qual manifestam apoio ao PL nº 155, de 2010, de nossa autoria, e também ao PL nº 577, do Senador Vicentinho Alves.

A entidade pede à Casa rápida aprovação da proposta em debate. Já foi aprovada em todas as comissões e está aqui no plenário para votação. A proposta trata da concessão de aposentadoria especial ao segurado do Regime Geral da Previdência que exerça as funções de atividade de coleta de lixo e de varrição de vias públicas e logradouros. O projeto prevê o pagamento do Adicional de Insalubridade para esses trabalhadores que são conhecidos como garis.

Agradeço também à Associação dos Garis do Rio de Janeiro, pelo documento que mandaram, também à de São Paulo, à do Rio Grande do Sul, à de Minas e à de Goiás.

O projeto, tanto o meu como o do Vicentinho, tem o mesmo objetivo. Eles foram apensados um ao outro, e foi elaborado um substitutivo que garante a essência, ou seja, a aposentadoria especial e o Adicional de Insalubridade.

Considero desnecessário dizer aqui que a proposta é mais do que justa. Mas, se resta alguma dúvida, quero apenas...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... lembrar uma razão: os trabalhadores que coletam e aqueles que selecionam o lixo estão constantemente em contato com substâncias que podem ser – e serão com certeza, com o tempo – muito e muito danosas à saúde. Por isso, não precisaríamos nos alongar mais sobre essa questão.

Por fim, parece-me tranquilo que esse Plenário vai aprovar o projeto que garante o Adicional de Insalubridade, repito, e a aposentadoria especial. A Associação, quando esteve em contato conosco, informou que havia enviado correspondência ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, que a recebeu e disse que iria encaminhar a matéria ao plenário.

Desse modo, venho à tribuna do Senado – o Senador Rodrigo Rollemberg foi Relator da matéria – para pedir, mais uma vez, ao Presidente da Casa que agilize a votação do projeto, para que possamos, de forma definitiva, votá-lo. Peço também a todos os meus colegas do Parlamento que olhem para esta questão com a sensibilidade devida, usando do senso de justiça e, assim, atendendo aos garis no tocante a esse direito da aposentadoria e da insalubridade.

A Comunidade da Vila Planalto salientou – e faço dela as minhas palavras – que é solidária à causa desses trabalhadores e se sensibiliza muito com aqueles que, dia a dia, contribuem para a manutenção da saúde pública da sua comunidade e de todos os moradores de todas as cidades do nosso querido País.

Por uma questão de justiça, repito que o Senador Rodrigo Rollemberg foi Relator da matéria e emitiu parecer favorável.

Obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Passo a palavra agora ao Senador Rodrigo Rollemberg, que vai falar como Líder de seu Partido.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Senador Humberto Costa, Senador Paulo Paim, acabei de acompanhar uma comissão. Na verdade, cheguei já um pouco atrasado. O Presidente da Câmara já havia recebido uma comissão de policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal, que estão muito preocupados com o clima de divisão que vive a categoria. Procuraram a ajuda do Presidente da Câmara dos Deputados para que o Governo do Distrito Federal retome o diálogo com os policiais militares e com os bombeiros militares, tendo em vista uma solução para a crise da segurança pública no Distrito Federal.

Está havendo muita falta de habilidade, no nosso entendimento, na condução dada pelo Governo do Distrito Federal. Houve uma assembleia, na última semana, que reuniu mais de 10 mil policiais militares, e os oficiais decidiram um conjunto de reivindicações. Logo em seguida, houve outra assembleia convocada pelos oficiais, com número muito menor de pessoas, que decidiram por entendimento diverso do entendimento da assembleia anterior, composta, sobretudo, por praças da Polícia Militar. O fato é que houve um impasse, e o Governo do Distrito Federal resolveu punir um conjunto de policiais militares.

Nós, aqui, estamos no sentido de advogar pelo diálogo, para que seja retomado o ambiente de diálogo, porque, da forma como está, todos perdem: perdem as corporações, perdem os policiais militares e os bombeiros, perde o Governo do Distrito Federal, mas, sobretudo, perde a população do Distrito Federal.

É importante que o Governo do Distrito Federal negocie com o Governo Federal e envie, imediatamente, uma proposta de plano de cargos e salários para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. É importante

que essa proposta não reflita, apenas, a visão dos oficiais, ou a visão do comando da Polícia Militar, mas que possa refletir os anseios também dos praças.

Há, de fato, algumas questões que precisam ser modificadas: o Regimento Interno, o Regimento que, ainda, é o regulamento disciplinar, que ainda é o regulamento do Exército. Alguns Estados já construíram um código de ética que tem funcionado com eficiência. Outro dia, tive a oportunidade de dizer, aqui, que, ao contrário de todas as outras profissões, de todas as outras atividades, hoje um soldado passa mais de dez anos para obter uma promoção, essa promoção nem sempre acontece e, quando acontece, o aumento salarial é irrisório.

Portanto, há questões que precisam ser enfrentadas. Há um mito de que a Polícia Militar do Distrito Federal é a polícia mais bem remunerada do Brasil – já foi, não é mais. Hoje, é a oitava remuneração do País, e, se ponderamos com os índices de inflação, o Distrito Federal está na 13ª posição.

Portanto, quero aqui fazer um apelo ao Governador em exercício, Tadeu Filippelli – ele tem o poder para fazer isso –, no sentido de que possa distensionar esse ambiente em relação aos policiais que estão detidos neste momento, para, com isso, construir um ambiente de diálogo, para retomar um ambiente de diálogo, para que possa ser construída uma solução definitiva.

Quero dizer que, da parte da Bancada federal, nós já nos reunimos, convocamos o Secretário de Segurança Pública e as associações representativas dos policiais militares e dos bombeiros do Distrito Federal. De nossa parte, estamos dispostos a fazer o que for necessário no âmbito do Congresso Nacional para apreciar e votar com rapidez um novo Plano de Cargos e Salários. Agora, registro que é de iniciativa exclusiva do Governo Federal, a partir de provocação feita pelo Governo do Distrito Federal, a apresentação do Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

É muito importante essa posição. O Vice-Governador Tadeu Filippelli é um homem de diálogo, é um homem de bom senso. Ele tem prerrogativa para tomar essas decisões no sentido de retomar, de reconstituir um ambiente de distensionamento, um ambiente de diálogo, um ambiente que possa, efetivamente, voltar a fazer com que a Polícia Militar atue com motivação nas ruas, com que os bombeiros atuem com motivação nas ruas, para que possamos garantir uma boa segurança pública para o conjunto da população de Brasília.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Nós não podemos mais conviver com notícias como as que estão veiculadas, hoje, no *Correio Braziliense*, que são muito ruins para a imagem da cidade, de que, na página oficial do Ministério de Turismo da França, eles estão recomendando aos franceses que virão à Copa do Mundo para tomarem cuidado com sequestro relâmpago na capital. Isso não pode acontecer.

Nós temos de retomar o clima de confiança, o clima de segurança, a sensação de segurança, e, para isso, é muito importante que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros trabalhem motivados. A iniciativa para isso, a solução para isso está nas mãos do Governo do Distrito Federal.

Esse era o registro que eu gostaria de fazer, Senadora Angela Portela, agradecendo ao Senador Humberto Costa por me ter cedido esta oportunidade de falar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Passo a palavra agora, como orador inscrito, ao Senador Humberto Costa, em permuta com o Senador José Pimentel.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu gostaria de ressaltar hoje como a nossa realidade está, dia a dia, dissipando essa nuvem negativa e pessimista que alguns setores da oposição e da grande imprensa insistem em soprar sobre o Brasil.

Trago a esta tribuna mais cinco recentes indicadores divulgados que demonstram a solidez dos avanços econômicos e sociais do nosso País e atestam a força do nosso desenvolvimento. O primeiro deles diz respeito à Petrobras. Apesar dos ataques constantes e repetidos sofridos durante todo o ano passado, apesar de toda a crise de confiança que tentaram lançar sobre a robustez desse nosso patrimônio nacional, apesar de todas as críticas ao desempenho da empresa, dirigidas, inclusive, ao exitoso leilão de Libra, apesar de tudo isso, a Petrobras fechou 2013 com um lucro de R\$23,5 bilhões, 11% a mais do que em 2012.

Ironia maior é observar que os ganhos da Petrobras foram 36% superiores ao que eram esperados pelo mercado e pelos chamados especialistas, muitas vezes escribas de aluguel que atuam muito mais torcendo do que fazendo análise econômica no nosso País. A esmagadora maioria dos indicadores da empresa, no ano passado, foi positiva, superando quaisquer expectativas, para a decepção dos incrédulos. Ou seja, quem apostou contra a Petrobras perdeu, quem apostou contra o Brasil perdeu e vai continuar perdendo.

Perderam também os que apostavam na deterioração da nossa confiança no cenário internacional. Como já tive oportunidade de dizer aqui reiteradamente, é um erro ou é muita má-fé querer dissociar o nosso momento econômico do contexto global.

O que mostram as últimas tendências é que a confiança no Brasil está cada vez mais em alta, em razão de a crise internacional, que já dura cinco anos, começar a se dissipar. Prova disso é que o Tesouro Nacional se prepara para mais uma emissão soberana, o que, de maneira muito responsável, não ocorria desde outubro do ano passado, à espera de um melhor momento. Da mesma forma, o câmbio tem refletido esse cenário de estabilização, e o dólar vem apresentando progressiva desvalorização frente ao real.

O terceiro ponto positivo que quero abordar nesta tarde, ainda na área econômica, é a queda, em termos nominais, que a Dívida Pública Federal apresentou no mês de janeiro. Ela se reduziu em 3,6%, em consonância com as metas estabelecidas pelo Plano Anual de Financiamento traçado para o ano de 2014. Isso corrobora a disposição externada de maneira incansável pela Presidenta Dilma de que a responsabilidade fiscal é um compromisso inarredável do Brasil, de que o controle das contas públicas é prioridade para garantir a estabilidade da nossa economia e o nosso desenvolvimento.

Paralelamente, janeiro passado fechou, mesmo num contexto de turbulência econômica, com um recorde histórico da arrecadação federal. Os esforços dos governos e a eficiência dos mecanismos utilizados elevaram em 0,91% o valor da arrecadação em relação a janeiro de 2012, em termos reais. É mais um reflexo de que está havendo uma melhoria no ambiente de negócios, uma maior geração de emprego, uma maior geração de renda e, como consequência de tudo isso, uma maior arrecadação por parte do Governo Federal.

Sobre emprego, aliás, quero registrar aqui a excelente notícia que circula hoje em Pernambuco de que a fábrica da Fiat-Chrysler, instalada em Goiana, na mata norte do nosso Estado – tive muito prazer em contribuir com o projeto de viabilização, na condição de Relator da medida provisória que modificou o modelo automotivo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao Nordeste; fui o Relator no Senado dessa matéria –, vai contratar mais 800 trabalhadores neste ano e mais dois mil trabalhadores até o fim de 2015. Quatrocentos já estão empregados, metade deles atualmente em formação no exterior, em fábricas na Sérvia, na Itália e nos Estados Unidos. É uma indústria nascida da determinação do Governo Federal, da decisão do Presidente Lula, que vai mudar a face da economia da nossa chamada Mata Seca e dinamizar as atividades na região e em todo o Estado de Pernambuco. Já no primeiro trimestre de 2015, estará pronto o primeiro modelo fabricado pela Fiat em Pernambuco, cujo polo automotivo deve chegar a empregar oito mil trabalhadores.

É importante ver que, paralelamente à atividade econômica, vem o dinamismo da educação, que tem impulsionado a formação das pessoas daquela área com vista a disputarem uma vaga no mercado de trabalho. Muitos já estão inscritos no Pronatec, outro grande programa do Governo da Presidenta Dilma. Em todo o País, já se chegou à soma de oito milhões de alunos matriculados. É o maior programa de formação técnico-profissional da história deste País. É a maneira como temos costurado o nosso crescimento econômico ao investimento no capital humano, transformando riqueza material em riqueza intelectual.

Isso remete ao quinto e último ponto de que quero tratar aqui, referente a mais um positivo indicador social. O Censo Escolar divulgado ontem pelo Ministério da Educação demonstra os resultados do sério compromisso assumido pela Presidenta Dilma nessa área. Foi uma decisão da Presidenta ampliar o número de vagas em creches para as crianças do nosso País. E os dados comprovam que, entre 2012 e 2013, o Brasil experimentou um crescimento de 7,45% no número de crianças com idade entre zero e três anos matriculadas. Saltamos de 2,54 milhões para 2,73 milhões de crianças no acesso às creches.

Outro desejo da Presidenta foi ampliar a oferta na educação integral na rede de ensino brasileira. Uma vez mais, estamos apresentando um desempenho fora do comum no cumprimento das metas estabelecidas. Em três anos – vejam bem! –, em três anos, o número de alunos que estudam em período integral cresceu 139%, chegando a 3,1 milhões de matriculados nas escolas de educação integral.

Dessa maneira, vejo com muita satisfação que a forma como a oposição percebe o Brasil não corresponde à realidade do nosso País. Há um completo distanciamento entre como os adversários do PT enxergam o nosso País e como o País se enxerga e como o País realmente segue. Enquanto a “turma do contra”, a “turma do pessimismo” insiste em depreciar o Brasil e disseminar um falso quadro de instabilidade entre a população, o Brasil real vai avançando, sem sobressaltos, rumo à construção de uma economia forte e de uma sociedade mais justa.

Nosso povo, especialmente o do Brasil profundo, tem deixado a periferia para assumir seu protagonismo social. Quer mudanças e vai buscá-las, nem que seja nas ruas. É um engodo e uma profunda injustiça com o nosso povo dizer que ele é acomodado, que ele se contenta com pouco. O brasileiro tem mostrado que quer mais, e o nosso Governo tem trabalhado, dia e noite, para entender e atender esses desejos.

Estamos muito à vontade nesse diálogo com a população, porque o PT tem toda a sua trajetória pautada nas causas e nos movimentos sociais.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E, quanto mais preciso for, mais investiremos nessa sintonia, para que jamais o povo brasileiro seja iludido pelas cores mórbidas com que a oposição que pintar nosso País, dada a profunda inconformação em ver que o Brasil de hoje é muito melhor do que o de 11 anos atrás.

Em que pese a vontade de alguns, está decidido a não mais voltar no tempo. Isso será dado como respostas claras nas eleições que se realizarão no dia 5 de outubro deste ano, quando, mais uma vez, o povo brasileiro vai dizer que quer que o Brasil continue mudando, que quer que 500 anos de história de exploração, de opressão sobre esse povo, de domínio das elites econômicas sobre a população, esse tempo não volte mais.

Que nós venhamos a continuar nessa caminhada de avanços sociais, de avanços econômicos, de construção de cidadania, de construção de uma nova realidade para o povo brasileiro.

Digo, com toda certeza e convicção: se a oposição não for buscar uma avaliação realista deste País, se a oposição continuar somente fazendo críticas vazias e não apresentar ao Brasil um projeto, coisa que não fez até agora, vai amargar, mais uma vez, uma derrota nas urnas, porque o povo brasileiro não é tolo. O povo brasileiro sabe que o que eles defendem é o retorno ao passado, é o retorno ao Brasil, comandado pelo FMI, é o retorno ao Brasil da inflação de mais de 10%, é o retorno ao Brasil de milhões e milhões de desempregados sem uma perspectiva do futuro, é o retorno ao Brasil de milhões e milhões de miseráveis, e o povo brasileiro sabe que esse passado não lhe interessa, que esse passado não pode voltar.

Por isso, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, não cansarei de, diariamente, ocupar esta tribuna para fazer o debate político necessário com aqueles que torcem pelo quanto pior, melhor, com aqueles que aqui vêm apenas para fazer críticas vazias e que não mostram ao Brasil qual é o caminho para que nós possamos melhorar ainda mais a vida do nosso povo.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Muito obrigado, Senadoras e Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Parabéns, Senador Humberto Costa, pelo excelente pronunciamento que fez, esclarecendo sobre as políticas públicas nas diversas áreas do Governo do Partido dos Trabalhadores nesses 11 anos.

Passo a palavra, agora, para o Senador Delcídio do Amaral, para falar como Líder do PT. *(Pausa.)*

Com a palavra, como Líder do PT, no uso do tempo da Liderança do Partido, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Angela Portela, futura governadora do Estado de Roraima, eu vim aqui, minha cara Presidenta, para, primeiro, registrar alguns acontecimentos que se tornaram conhecidos agora, nesse período de final de recesso parlamentar e início das atividades legislativas. Isso que me leva a falar pela Liderança do Partido.

Primeiro, quero registrar a proposta apresentada pelo Governo Federal cortando gastos, trabalhando com superávit realista, 1,9% de superávit, mas em bases extremamente consistentes, e os anúncios do Governo Federal foram tão críveis que, sem dúvida nenhuma, foram muito bem recebidos pelo mercado, pelo sistema financeiro, pelo mercado brasileiro.

Esse é um grande passo, principalmente, minha querida Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, por esse momento em que o Brasil vive, que a economia mundial enfrenta e quando algumas pessoas questionam sistematicamente a segurança jurídica da nossa economia, uma suposta dificuldade de atrair investimentos, e algumas dessas pessoas sinalizam, apostam em dias ruins para a nossa economia.

Não é essa a minha leitura, Sr^a Presidenta, porque os fundamentos da economia brasileira são sólidos. Nós temos mais de US\$300 bilhões de reserva. Por isso, o País está blindado com relação a qualquer crise e, sem dúvida nenhuma, não enfrentará dificuldades que outros governos enfrentaram, especialmente quando crises internacionais afetaram fortemente a economia brasileira.

Não custa lembrar aqui a crise cambial, o câmbio fixo, que, depois, levou o Brasil a adotar o câmbio flutuante, a nossa vulnerabilidade com o FMI, as dúvidas que pairavam sobre o País com relação ao seu futuro, a despeito da importância do Plano Real para o nosso País, mantido nos seus fundamentos pelo Presidente Lula, quando, ao assumir em 2003, com uma inflação elevada, com perspectivas pessimistas, manteve os fundamentos do Plano Real e, efetivamente, teve competência para conduzir o Brasil para um lugar de ponta no cenário mundial.

Eu não tenho dúvida, Senadores e Senadoras, de que marcharemos no rumo certo. A nossa economia não tem crescido como todos esperávamos, mas, hoje, no concerto das nações, nessa integração do Brasil com outros países, continentes que ainda enfrentam dificuldades econômicas, que estão se restabelecendo do ba-

que que enfrentaram a partir de 2008, a nossa economia tem pilares sólidos. E, agora, a economia está sendo contemplada com um corte vigoroso em um ano eleitoral, ao contrário do que muitas pessoas diziam, que o Brasil, em ano eleitoral, não ia tomar as medidas cabíveis para reduzir os gastos do Governo. Felizmente, esses cortes foram anunciados na semana passada e com reflexos extremamente positivos no mercado financeiro. Basta ver até o impacto do câmbio. O câmbio já está caminhando para patamares muito mais compatíveis e dentro daquilo que os economistas do Governo Federal projetam.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no bojo dessas notícias, eu não poderia deixar de destacar, neste momento, informações importantes prestadas pela Petrobras ontem.

Primeiro, no que se refere à produção de petróleo. Já passamos dos 400 mil barris no pré-sal. Meu caro Senador Pedro Simon, um grande desafio tecnológico. Muitas companhias de petróleo, próximas do Golfo do México, levaram oito anos para chegar a esse montante de produção de petróleo, e nós chegamos a esse montante em muito menos tempo, em oito anos. As empresas, muitas delas grandes companhias de petróleo mundiais, levaram muito mais do que isso, 16 anos, 12 anos. E operando no pós-sal, não no pré-sal, que envolve tecnologias extremamente avançadas para atingir esses objetivos.

Portanto, uma grande vitória, quando muita gente aposta em um mau desempenho da Petrobras. Uma vitória que reflete a qualidade de seus técnicos, o profissionalismo da sua gestão, competentemente comandada pela Presidenta Graça.

Não podia deixar de destacar também algumas notícias que foram veiculadas. Primeiro, que a Petrobras não investia na recuperação dos seus campos. Estamos perdendo produção nos campos da Bacia de Campos de menos de 10%, quando as práticas internacionais atingem de 14% a 20%. Portanto, a Petrobras tem cuidado dos seus campos, tem feito a reexploração desses campos.

Outro detalhe importante também, Sr^{as} e Srs. Senadores, notícias foram veiculadas no sentido de que, para cada barril de petróleo, a Petrobras produzia um barril de água. É importante registrar que utilizamos água para injetar nos campos para aproveitar ao máximo a produção de petróleo e gás. E estamos muito abaixo também das práticas internacionais, internacionalmente reconhecidas, que preveem, para cada barril de petróleo, de três a quatro barris de água.

Essas informações são importantes, porque, às vezes, o cidadão e a cidadã que se deparam com uma manchete dessas ou com informação desse nível acham que a Petrobras tem deixado a desejar, quando estamos tendo um desempenho muito melhor do que a média internacional. Não estou dizendo que outras empresas também não o façam, mas estamos tendo desempenhos melhores do que a média nacional.

Por último, minha cara Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, o lucro anunciado ontem pela Petrobras. Um lucro importante, que representa 11% a mais, ao compararmos com o desempenho de 2012. Um lucro que atingiu mais de R\$23 bilhões, mostrando que as medidas adotadas pela Presidenta Graça têm sido importantes, porque todos nós sabemos o sacrifício que a Petrobras vem enfrentando por causa dos preços da gasolina, da defasagem desse preço lá fora com o preço aqui vendido internamente. Mas a Presidenta Graça, com os seus diretores, estão cumprindo com o seu papel, aumentando a produção. E esse é um exemplo.

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Passamos de 400 mil barris com o pré-sal e estamos tentando compensar essas perdas com o aumento da produção, com o aumento da nossa eficiência. E eu não tenho dúvida nenhuma de que, com essa nova fórmula, que é uma cesta de óleos que leva em consideração o câmbio, nós vamos, ao longo do tempo, convergir o preço praticado pela Petrobras aos preços internacionais e os preços vigentes no mercado de petróleo e gás.

Eu não poderia deixar de destacar aqui também, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a área de gás e energia da Petrobras. Conversei com o diretor Alcides nesta semana. Senador Paim, a Petrobras despacha o gasoduto Bolívia/Brasil com 31 milhões de metros cúbicos/dia. E havia gente dizendo que esse gasoduto ia operar sempre abaixo do contratado, que não ia haver mercado para esse gasoduto, que esse gasoduto, por ser *take or pay*, ia dar prejuízo para a Petrobras, para a companhia. E, hoje, esse gasoduto já manda para o Brasil 31 milhões de metros cúbicos/dia, inclusive representando um percentual de 15% na arrecadação do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Está gerando outros projetos importantes na área industrial, como a fábrica de fertilizantes, em Três Lagoas. Está entrando nas indústrias.

O gás é um combustível limpo. Portanto, dá muito melhor qualidade aos produtos fabricados utilizando como insumo o gás natural. Por exemplo: na siderurgia e na cerâmica, no Sul do Brasil. Isso está mostrando, portanto, os acertos de toda a política adotada.

Esta semana, estamos despachando 8 mil MW firmes de termelétrica. Considerando o fator de carga de Itaipu, 8 mil MW equivalem a uma usina do tamanho de Itaipu. Talvez uma usina um pouco maior do que a usina de Itaipu. Talvez uma vez e meia a nossa usina hidrelétrica de Itaipu Binacional.

Portanto, é uma energia extraordinária, especialmente neste momento em que falta água. Ainda tem chovido pouco e os reservatórios não se recuperaram da estiagem pela qual o Brasil passou.

É importante também registrar que esse é um desafio que temos pela frente. Não é só a questão da precificação da gasolina, mas também em relação ao etanol. As refinarias que a Petrobras está construindo não propiciarão a autossuficiência no que se refere ao suprimento do mercado com gasolina.

É fundamental o programa do etanol, sobre o qual vou falar em outra ocasião, pois não há tempo suficiente. Falarei também sobre a importância do etanol, o que vai representar sua mistura com a gasolina. É uma grande vitória do Brasil, principalmente tecnológica, pela competitividade, ainda, do nosso etanol – estamos perdendo para a Índia e para outros países.

Portanto, minha cara Presidenta Angela Portela, Senadores e Senadoras, o Brasil, a despeito da aposta de alguns, caminha. Na economia, fazendo a lição de casa necessária; com a Petrobras, mostrando bons resultados, já superiores aos de 2012, a despeito das dificuldades apontadas em relação à precificação da gasolina; a nossa produção aumentando,...

(Soa a campanha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... e é uma forma de compensar a importação de derivados e os desafios que temos também com relação à indústria do etanol.

Eu tenho uma visão muito positiva. A despeito de este não ser um ano extraordinariamente bom para a economia, de não ser extremamente favorável para a economia, por várias razões que não são intrínsecas ao nosso País, mas também à economia internacional, a economia caminhará. Medidas estão sendo adotadas.

Eu não tenho dúvida de que a nossa economia caminhará se for dada atenção especial aos desafios da Petrobras, ao setor elétrico, que também vai exigir uma atenção importante em relação à realidade que o Brasil enfrenta, principalmente em função da pouca chuva, à questão dos biocombustíveis e à implementação de projetos importantes de logística, de infraestrutura e de habitação, assim como em relação à preocupação do nosso Governo com a inclusão social e com a educação, pelo que a educação nos tem proporcionado, com os grandes programas do Governo, como o Fies, o Prouni e as escolas técnicas.

Meu Estado nunca teve escola técnica. Estamos instalando agora vários campos para formar mão de obra, para efetivamente atender aos novos investimentos que vêm a Mato Grosso do Sul.

Ao lado disso, há os programas voltados para a saúde. Ouço aqui muitos discursos falando dos médicos cubanos. Eu não posso falar por outros Estados, mas posso falar por Mato Grosso do Sul. Os médicos cubanos têm feito um trabalho excepcional em vários Municípios do nosso Estado. Se depender de Mato Grosso do Sul, Senadora Angela Portela, nós queremos mais, porque eles têm feito um trabalho excepcional e têm sido muito bem recebidos pela nossa gente. Os prefeitos – basta consultar os prefeitos, eu ando muito nos Municípios – estão felizes com o programa Mais Médicos.

Portanto, minha querida Senadora Angela Portela, há muitos desafios pela frente, muito trabalho. Estamos no caminho certo, a despeito das dificuldades. Mas nós teremos serenidade, equilíbrio, bom senso e espírito público para, com um Governo republicano como o nosso, construir um grande Brasil, um Brasil cidadão, um Brasil de todos nós.

Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Parabéns, Senador Delcídio do Amaral, pelo excelente pronunciamento que faz aqui em defesa do Governo do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – É uma questão de ordem que diz respeito à promulgação do projeto aprovado recentemente. São dois projetos de empréstimos ao Rio Grande do Sul e ao Paraná. Esses dois projetos não foram ainda promulgados, já que não foram publicados no Diário Oficial do Senado. Então, é um apelo que faço a V. Exª para a promulgação urgente dos projetos que autorizam a concessão de empréstimos ao Governo do Rio Grande do Sul e ao Governo do Paraná.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Já foram encaminhados para a publicação hoje, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – De nada.

Há expediente sobre a mesa.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A Presidência designa, como membro titular, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Wellington Dias, e o Senador Wellington Dias, como membro suplente, em substituição à Senadora Ana Rita, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 633, de 2013**, conforme o **Ofício nº 20, de 2014**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo do Senado Federal.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

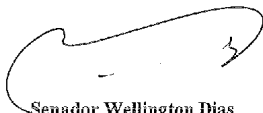
É o seguinte o ofício:

Ofício nº 20/2014 – GLDBAG

Brasília, 25 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco de Apoio ao Governo comunica que, o Senador Humberto Costa passa a compor a Comissão Mista de exame da MP nº 633/2013 como titular, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa à condição de suplente, em substituição à Senadora Ana Rita na referida Comissão.



Senador Wellington Dias
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A Presidência designa as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como suplentes, para integrarem a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, conforme o **Ofício nº 21, de 2014**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

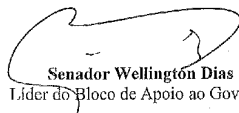
É o seguinte o ofício:

Ofício nº 21/2014 – GLDBAG

Brasília, 24 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Of. nº 80/2014-CN e nos termos regimentais, indico as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin como titulares e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy como suplentes, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.



Senador Wellington Dias
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Pedro Simon, cuja ordem de fala foi cedida pelo Senador Benedito de Lira.

Com a palavra, o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Senadora Angela Portela, que preside esta sessão, senhoras e senhores, eu falaria ontem, mas preferi deixar para o dia de hoje a minha fala sobre o Projeto Real.

Prezada Presidente, um dos símbolos mais importantes da soberania de um povo é a sua moeda. Ela pode ser considerada assim como o documento de identidade de uma nação. Ela é o fruto da lida que sustenta a vida, o passaporte para a cidadania. Ela é a retribuição ao suor do trabalhador. Nem sempre justa, nem sempre suficiente, mas, de todo modo, premente.

A nossa moeda viveu, durante muito tempo, verdadeiras crises de identidade. Perdeu valor, mudou de cor, trocou de nome, acrescentou sobrenomes. As homenagens a figuras importantes da nossa história, cunhadas

nas nossas moedas, duraram pouco. Talvez seja exatamente porque nós somos um povo que não cultiva com o devido respeito a nossa história. Figuras como Rui Barbosa, Portinari, Carlos Chagas, Carlos Gomes, Mário de Andrade e Juscelino tiveram algo assim como uma “morte severina”: morreram de inflação um pouco por dia.

Em menos de uma década, por exemplo, tivemos o cruzado estampando a face de Carlos Chagas, o nosso famoso médico sanitarista, pesquisador e bacteriologista, na nota de dez mil. Durou apenas três anos.

Ele não foi trocado, inicialmente, com a chegada do cruzado novo, mas perdeu três zeros. Quer dizer, não foi, mas virou trocado. Perdeu valor, muito valor. O “novo”, no carimbo, veio depois de uma perda de poder de compra de quase 6.000%, embora a vida curta do cruzado.

Mas o cruzado novo também foi breve e também morreu de emboscada, depois de pouco mais de um ano. Outra vez quase 6.000% de inflação. Em média, mais de 30% mensais. Mais um carimbo na nota com o então agrônomo, naturalista e ecologista brasileiro Augusto Ruschi estampado na face. Coitado do cruzado novo, foi sequestrado. O, o Plano Collor o condenou congelado.

E o cruzado novo virou cruzeiro. De novo. Virou cruzeiro. Nada mais apropriado, porque a inflação continuou a ser uma cruz para todos os brasileiros. Mas o cruzeiro também morreu. Morreu de velhice, depois de três anos seguidos. Vida curta, mas a inflação nas nuvens: 100.000%.

O cruzeiro virou cruzeiro real. O poeta, escritor, crítico literário, musicólogo e ensaísta Mário de Andrade também ganhou um carimbo. E também perdeu três zeros. Os carimbos anteriores eram retangulares ou triangulares. O do cruzeiro real mudou: era redondo.

Mas isso não impediu que a inflação, na sua curta insistência de 11 meses, atingisse mais de 2.000%, a maior de todas as inflações mensais: 34% ao mês, arredondados.

Pelo menos, em todas essas moedas, uma avocação não mudou. Em todas elas, quase que uma oração transformada pela inflação em uma espécie de clamor aos céus: “Deus seja louvado”. Em todas as moedas, lá estava: “Deus seja louvado”. Sem carimbo. Nem retangular, nem triangular, nem redondo.

A bem da verdade, durante o governo Collor, essa avocação ao Criador saiu de cena, saiu da moeda. Não apareceu mais na moeda depois do Collor. Tudo indica, pelos fatos que se sucederam, que não foi uma decisão abençoada essa do Sr. Collor.

Acho que toda essa história da nossa moeda, com tantos zeros cortados por novos planos e tão logo acrescentados pela inflação, pode ser o testemunho mais puro e mais eloquente da importância do Plano Real, que festejamos no dia de ontem.

As figuras notáveis da nossa história, estampadas nas nossas diferentes moedas, deram lugar a uma imagem única que, dizem, era representar a República. Dizem, porque a República também não tem mais as figuras assim tão respeitadas na face de sua moeda. E as atitudes por aqui não têm sido assim tão republicanas.

No reverso das notas de real, animais da nossa fauna: beija-flor, tartaruga, garça, arara, mico-leão-dourado, onça pintada e garoupa.

Como se vê, alguns também correndo sério perigo de extinção. Então, pelo sim, pelo não, o real manteve a escrita: “Deus seja louvado”. Voltou à nossa moeda o que havia sido tirado pelo Sr. Collor. E para reforçar o louvor, agora em letras um pouco maiores. A experiência anterior indica que é bom não arriscar.

O Plano Real completa 20 anos. Duas décadas, quando as outras moedas não passavam de meses, ou pouquíssimos anos. Tanto tempo e quem não se lembra daquele barulhinho torturante das maquininhas de aumentar preços nos supermercados? Aquele tempo em que, cada vez mais, sobrava mês depois do salário?

Quando estocar alimento não era sinal de fartura, mas de um verdadeiro investimento. Era investir porque amanhã custava o dobro. Quando os alimentos sumiam das prateleiras. Quando o congelamento não era sinal de preservação dos alimentos, mas de atitudes quase que desesperadas para conter aumentos galopantes de preço. Dos galopadores que confiscavam os bois no campo. Dos *overnight*, *open market* e tantos outros nomes que dispensavam tradução.

Não valia mais a pena produzir. Bastava ser esperto no mercado financeiro.

Triste memória que só valoriza o Plano Real. Ainda não atingimos o ideal, como todos sabemos e ainda sentimos. Nestes 20 anos, amargamos uma inflação de quase 350%. Alta, é verdade, mas muito, muito aquém dos tempos do cruzado e do cruzeiro.

A tal maquininha de corrigir preços deixou de produzir sons de samba de gafeira e hoje toca valsa. O ritmo é mais compassado. A inflação, que ultrapassou os 30% mensais, hoje é temida, se passa dos 5% anuais! De 30% mensais, hoje, 5% anuais.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Tudo era movido pelo que se chamou “inércia”. Os preços eram aumentados como antecipação à inflação que ainda viria.

Nesse campeonato de regras marcadas, os salários eram sempre os rebaixados. Aos mais pobres, o cartão vermelho da conta negativa.

Mas a importância deste nosso período de 20 anos de relativa estabilidade dos preços vai além da preservação do poder aquisitivo, o que por si só já seria fundamental.

O Real nos devolveu a confiança na moeda. Devolveu, como disse antes, e como decorrência, a importância do simbolismo que ela representa. Contribuiu na devolução, por que não, da nossa autoestima e da nossa própria soberania.

O Plano Real foi concebido durante o governo Itamar Franco. Eu acho que uma das palavras que mais de perto podem traduzir o pensamento do Presidente Itamar Franco é, exatamente, soberania.

A história ainda está a dever o reconhecimento ao Presidente Itamar na sua defesa do País como Nação independente. Não é à toa que ele foi, naquele momento de forte pressão internacional pela privatização das nossas riquezas, e por ser favorável à privatização, folclorizado pela grande imprensa, que tentou até ridicularizar a figura do Itamar.

A grande imprensa chamava Itamar de jurássico, ultrapassado, mas ele não dava maior importância a isso e continuava seu trabalho, continuava seu ideal por um país que ditasse seus próprios rumos em benefício do povo brasileiro, e não da sanha predatória de que o lucro estava acima do bem comum.

Como Líder do governo Itamar Franco aqui no Senado, participei das reuniões preparatórias do Plano Real e vi diretamente do Presidente a firme determinação de que algo havia a ser mudado, principalmente nos rumos da economia, nos efeitos que a inflação desenfreada causava nas populações mais pobres especialmente.

Para ser seu Ministro da Fazenda, Itamar convidou Fernando Henrique Cardoso numa hora muito importante e muito difícil. Fernando Henrique aceitou levar adiante o ministério que ele não queria e escolheu a equipe com a qual ele, com o apoio integral do Presidente, mas com a ação enérgica do Ministro da Fazenda, levou adiante. Ontem festejamos 20 anos do Plano Real.

Passados 20 anos, todos nós temos por obrigação relembrar como um plano de tamanha envergadura foi discutido e votado no Congresso Nacional. Hoje é diferente.

Naquela época, não houve barganha, não houve interferências indevidas no trabalho do Legislativo. A aprovação do Plano Real não foi trocada por emendas parlamentares, nem pela indicação de apadrinhados para cargos no Executivo.

Sempre vale a pena lembrar o contexto daquele 1994. O Brasil saía de um processo doloroso de *impeachment* de um Presidente da República. Vinha de planos econômicos que se valiam de congelamentos de preços que se autoalimentavam na escassez de produtos. Pairava ainda no ar o cheiro de chumbo, separado tão somente por um Presidente que também não fora eleito, porque morreu Tancredo Neves, aclamado pelo povo, ainda que ungido pelo Colégio Eleitoral.

O Presidente Itamar, embora sua reconhecida bagagem política, era também um interino. Como José Sarney, Itamar também foi chamado a assumir a Presidência da República, em momento sensível da política brasileira. Naquele momento, portanto, o Plano Real não teria o sucesso para comemoramos hoje se não houvesse habilidade política para mudar os rumos da economia do País: se o Itamar, se o Presidente Fernando Henrique – primeiro, como Ministro da Fazenda e, depois, como Presidente – não tivesse levado adiante aquele plano, naquele momento.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Não nego a importância de quem, de fato, recebeu os novos paradigmas da economia brasileira. Mas elas teriam sido, como tantas outras, uma formulação teórica tão somente nos livros da academia, não fosse a condução firme da Presidência da República com Itamar, Fernando Henrique Ministro e, depois, como Presidente.

É que o povo brasileiro não acreditava mais em planos econômicos; estava escaldado pelo Plano Cruzado I, pelo Plano Cruzado II, pelo Plano Verão e pelo Plano Collor. Repito: vínhamos de congelamentos que a nada levaram; do confisco de dinheiro, principalmente das cadernetas de poupança, para a quase totalidade dos brasileiros que confiaram no sistema financeiro do Governo Federal – no momento traumático, do ponto de vista de confiabilidade popular.

Portanto, ninguém queria mais ser “fiscal do Presidente”, não importava quem fosse ele, naquele momento. Também não posso negar, por evidente, o merecimento, o reconhecimento e respeito, volto a repetir, da equipe constituída por Fernando Henrique. Ele mesmo, Fernando Henrique, teve a habilidade de coordenar os grupos de trabalho e, com a relevância de seu nome na política e na cátedra, emprestou credibilidade às novas medidas, embora havendo o desgaste de tudo o que viesse a ser chamado de plano para sociedade brasileira.

Não fosse o Plano Real, Fernando Henrique teria poucas ou menores chances de se tornar Presidente da República em 1994. O Plano Real e Fernando Henrique foram a corda e a caçamba naquela eleição.

Alguns tropeços não deixaram de acontecer: lembro-me, por exemplo, do Ministro Rubens Ricúpero, Ministro da Fazenda, na implantação do Plano Real, naquela fatídica conversa com jornalista que foi ao ar inadvertidamente, ao vivo e em cores, pouco antes de ser entrevistado no Jornal da Globo. A sua frase poderia ter sido devastadora para a credibilidade do Plano Real; o meu querido amigo Ricúpero, um grande Ministro, íntegro, sério, respeitável, mas a sua afirmação não foi feliz: “Eu não tenho escrúpulos” – disse ele –, “o que é bom a gente publica, o que é ruim a gente esconde”. E a frase foi gravada e foi publicada. Se ele tivesse dito iguais palavras hoje, talvez não tivesse tido nenhuma repercussão. Ele disse ali, no auge do Plano, quando ele tinha trabalhado com a mais absoluta seriedade, credibilidade, respeitabilidade neste Congresso. Então, soou mal. “O que é bom a gente publica, o que é ruim a gente esconde.” Isso derrubou o Ministro.

Se ele tivesse dito iguais palavras hoje, talvez não tivesse tido maior repercussão. Afinal, agora, nesta Casa, a frase vale para os mensalões, negociações intramuros, formações de governo, mais um ministério, menos um ministério, percentual aqui, emenda ali. Até mesmo para as decisões judiciais, até mesmo para programas de governo que vieram depois, muitos deles cobertos pela falta de transparência e sem que uma antena parabólica tenha permanecido ligada numa conversa a sós; as coisas são ditas abertamente, e nós sabemos o quê.

Eu acho, portanto, nesse momento da celebração dos 20 anos do Plano Real, além do reconhecimento de todos os avanços da economia que ele proporcionou, temos que nos debruçar sobre algo que ainda não está devidamente analisado, principalmente neste Congresso Nacional: as relações com os outros Poderes e o modo de fazer política longe das barganhas.

É sempre bom imaginar hoje o tamanho do envolvimento do Plano Real. Imaginemos um contexto de desconfiança em função dos desgastes anteriores, de acertos, mas também de evidentes fracassos. Foi nesse mesmo contexto que surgiu o Plano Real e foi ele inteiramente discutido neste Congresso Nacional.

Naqueles tempos, contraditoriamente, o Congresso Nacional passava por um momento de legitimidade, era tido e respeitado como tal,...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ...dois anos antes, pelo *impeachment* do Presidente e pela CPI dos Anões do Orçamento, que tinha feito uma verdadeira limpa na política brasileira.

Não discuto agora aquele processo em si, mas não podemos negar que aquelas discussões fortaleceram, aos olhos do povo, a nossa credibilidade naquele momento. Foi com essa mesma credibilidade que discutimos os diferentes segmentos do Plano Real.

O Presidente Fernando Henrique, falando aqui ontem, disse que veio um sem número de vezes à Câmara e ao Senado, ele e os demais Ministros debateram, discutiram, analisaram. O Plano Real foi lavado por dentro e por fora nesta Casa, emendaram tantas vezes quantas foram necessárias, e nunca se falou em troca-troca, nunca se falou em protelar, nunca se falou em exigência, em cobrar pelo que era feito.

Hoje, infelizmente, a situação é diferente, pelo menos no que tange ao Congresso Nacional. Viemos agora de um processo de perda evidente de confiabilidade. A CPI que propiciou aquele processo de *impeachment* e formulou um plano que não conseguiu debelar a inflação galopante, guarda distância estratosférica das nossas experiências mais recentes.

O que dizer, por exemplo, das nossas atitudes nas últimas Comissões Parlamentares de Inquérito, na CPMI do Cachoeira?

Não há mais inflação, pelo menos naqueles níveis, o modelo da volta dos sambas da gafeira, das maquininhas de corrigir preços. Mas mais que isso, a população reclama por mudanças, agora não mais de estabilidade econômica, e principalmente por avanços sociais, por melhor educação, por melhor saúde, saneamento, segurança, por ética na política, principalmente na parte da ética e na parte da moral.

Eu diria que hoje a corrupção é quase que galopante. É preciso – entre aspas – um “plano real” no sentido verdadeiro, concreto, de modo a fazer a política real, digna e séria neste País!

Ontem criaram uma bancada de não sei quantos partidos, que é a Bancada dos Independentes, a bancada de que não se sabe qual o destino, nem qual o objetivo. Se foi possível discutir e legalizar um plano que mudou os rumos da nossa economia, em um contexto de reconhecida incerteza, por que não nos debruçamos sobre os anseios que vêm das ruas, que vêm da alma do povo e concebemos um plano que mude também os rumos da nossa política?

Imaginemos nós o Plano Real sendo discutido nos dias atuais, aos moldes de fazer política de agora. Quantos seriam os Ministérios e os cargos de segundo escalão em jogo para aprovar o Plano Real? Quantas

seriam as nomeações, qual seria a barganha, qual o percentual das emendas parlamentares que deveriam ser liberadas? Quais os partidos cujas reivindicações teriam que ser atendidas?

Eu não vejo um “plano real” agora, no sentido concreto...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... no horizonte próximo da nossa política.

Por quais portas e janelas se esvaíram os reclames das ruas? Por quanto tempo permaneceremos no rodapé da credibilidade popular?

Eu estou certo – repito para ser enfático –, eu estou certo de que as ações do Plano Real têm que ser celebradas aqui e em todos os lugares deste País: o controle da inflação; novos paradigmas para a nossa economia; a recuperação da confiança do mercado; novas tecnologias e maior poder de negociação dos nossos produtores; o reconhecimento do devido valor de nossa moeda; o resgate de um dos símbolos mais importantes da nossa soberania; a diminuição do desequilíbrio na distribuição de renda e de emprego; menores perdas de poder de compra dos salários da população mais pobre.

Tudo isso é fundamental e tem também que ser louvado. Mas não podemos esquecer, não podemos esquecer, repito, é como tudo passou por aqui. Como foi discutido. Qual foi a relação entre os Poderes, principalmente Executivo e Legislativo, no trâmite de matéria tão complexa e que mexeu com os diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Aliás, nessa mesma discussão, não pode ficar de fora, como muitos outros que a nossa história teima em esquecer, alguém que passou por aqui e que exerceu a política na sua dignidade mais plena e mais pura. Talvez possamos com isso dar ao Presidente Itamar Franco o reconhecimento, ainda que póstumo, que ele não teve, pelo menos na devida medida, quando estava entre nós. Se existisse alguém com credibilidade e força moral para capitanear um “plano real” para a política brasileira, a mesma reclamada pelas ruas e praças deste País, este alguém teria sido o Presidente Itamar. Ele se foi, mas deixou entre nós os seus exemplos. Construiu, felizmente, espelhos; delimitou caminhos; abriu pontes; direcionou fachos de luz.

É preciso resgatar o verdadeiro conceito da República e de atitudes republicanas, como na nota do real. É preciso cultivar os principais artífices da nossa história, como os das notas anteriores às do real. É preciso, principalmente, que Deus seja louvado, como em todas as notas que hoje circulam, e que peçamos a Ele que nossas notas de hoje sirvam de instrumento para a dignidade, e não como instrumento de barganha, como tem sido na discussão de planos que reorientem a nossa economia, que reformulem a nossa política e que tornem mais justos os indicadores da nossa sociologia.

Era isso, Sr. Presidente, que eu iria dizer ontem, mas que achei melhor deixar para hoje.

Trago, portanto, o meu abraço pelos 20 anos do Plano Real. Reconheço que ele foi uma grande vitória e que ele mudou a história deste País. Acho que a passagem dele por esta Casa, a forma como foi votado é uma das páginas mais dignas da história do Congresso Nacional. Ele mostrou que podemos fazer política com dignidade. Ele mostrou que podemos negociar o que há de mais sério e importante em alto nível, não barganhando as vantagens pessoais.

Se foi feito ontem, pode ser feito hoje. Pode ser feito hoje, sim. Se a nossa Presidenta, candidata à reeleição, apresentasse, colocasse na mesa uma grande proposta, uma grande discussão, um grande debate em torno do futuro deste País; se a sua proposta fosse além da distribuição de tratores e máquinas, além das promessas normais de candidato; se ela tivesse uma proposta real e objetiva de um grande plano para este País...

E o nosso querido colega da oposição, o Senador pelas Minas Gerais, querido neto do meu grande companheiro Tancredo Neves, o Aécio, tem essas condições. O grande Governador de Pernambuco tem essas condições. O nosso bravo Senador lá do Amapá tem essas condições.

Apresentem essa proposta. Apresentem um plano, um entendimento, um linguajar, que nós vamos debater. Mas não vamos aceitar provocações. Não queremos a interferências de multinacionais, nem de financeiras, nem de empreiteiras.

Queremos discutir o nosso Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Vamos fazer a nossa proposta, colocar o nosso plano, colocar aquilo que, seja qual for o eleito, nós vamos defender. E colocar à mesa aquilo que, seja qual for o eleito, haverá de aceitar.

Acho que podíamos fazer assim como agora se fez lá na Câmara dos Deputados. Está criado um entendimento de oito, nove partidos, e formam não sei o quê. Independentes. Reivindicam não sei o quê. Mas por que não fazer, aqui no Senado, um entendimento desses partidos em torno do Brasil, em torno da nossa rea-

lidade, em torno do nosso futuro, em torno da ética, em torno da moral, em torno da dignidade, numa hora em que nós estamos no chão em termos de credibilidade popular? Nós estamos no chão em termos de respeitabilidade política!

Eu acho que o que a Câmara fez, aquela união daqueles oito, nove partidos, não sei para quê, o Senado podia fazer: o entendimento dos nossos partidos. E nós sabemos por quê. Para o nosso Brasil e para a sociedade brasileira.

Obrigado, meu querido Paim. Desculpe-me a intimidade, mas merece, pela gentileza do tempo que concedeu.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sr^a Angela Portela, 2^a Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor não sabe o meu orgulho ao ouvir o senhor se dirigir a mim como “meu amigo Paim”. Muito obrigado, meu amigo Pedro Simon.

Passamos a palavra, neste momento, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^a e Srs. Senadores, presentes, aqueles que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, ano passado, nós concluímos a CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, que durou mais de dois anos. E conseguimos dar encaminhamentos a algumas questões que foram diagnosticadas por esse grupo de Senadores que atuaram na CPI, de que eu fiz parte.

É um crime extremamente grave, abominável, que passa despercebido no dia a dia da sociedade, mas que está presente sobretudo nas áreas de grande vulnerabilidade social, que mexe com algo em torno de US\$30 bilhões, Senador Pimentel, e que assombra o mundo inteiro.

A CNBB, neste ano, escolheu para a Campanha da Fraternidade o tema “Fraternidade e Tráfico Humano”, demonstrando a preocupação em combater esse crime, orientar os jovens e os adultos quanto à gravidade e, sobretudo, sobre como se proteger desse crime que assusta todos os países.

Há uma diferença básica entre tráfico de pessoas e sequestro: no sequestro, a vítima vai contra a vontade; no tráfico, a vítima vai seduzida por uma proposta.

Muitos jovens, milhares de jovens estão deixando o Brasil acreditando numa proposta, desejando, legitimamente, uma ascensão social, uma melhoria de vida, e ido para outros países. Lá chegando, deparam-se com outra realidade: o trabalho escravo, a exploração sexual, a exploração de crianças e adolescentes, mulheres e homens.

Até jovens que acalentam o desejo de jogar num clube de futebol no exterior saem daqui, inocentemente, acalentando aquele sonho de praticar um esporte, jogar bola, ser um jogador famoso e realizado. Quando chegam aos seus destinos finais, encaram uma realidade adversa, cruel, uma realidade completamente diferente da que lhe foi prometida.

Tanto que o Ministério da Saúde publicou, no ano passado, um manual, uma cartilha orientando os jovens e as jovens que por acaso recebam algum tipo de proposta nesse sentido.

Nesta semana, a União Europeia trouxe um dado que nos deixa profundamente tristes. Informa a União Europeia que o Brasil é o segundo país do mundo em tráfico de mulheres, e, se o crime é abominável quando cometido contra adultos, imaginem os senhores e as senhoras quando esse crime é cometido contra crianças! E as crianças do Brasil são traficadas não só para o exterior, mas há o tráfico interno. A CPI diagnosticou mais de 200 rotas de tráfico internacional de pessoas, entre elas de crianças – crianças que são traficadas para adoção, que são traficadas para a rede de pedofilia, que são traficadas para a comercialização de órgãos. É um crime bárbaro, grave e que merece a atenção da sociedade.

Por isso mesmo, a CNBB escolheu, sabiamente, este tema para a Campanha da Fraternidade. E lá na minha cidade, em Natal, a abertura será feita por Dom Jaime, que é o Bispo de Natal, num bairro chamado Bairro Planalto.

Mas por que esse bairro? É um bairro pobre da periferia, e será lançada a Campanha da Fraternidade nesse bairro porque foi nesse bairro onde aconteceu o caso mais emblemático de tráfico de crianças: cinco crianças foram traficadas, e até hoje as autoridades policiais não conseguiram respostas para as famílias e para a sociedade. Talvez, Senador Paim, por se tratar de famílias paupérrimas, famílias que habitavam no chamado Forno do Lixo. Portanto, eram pessoas de grande vulnerabilidade social e pouquíssima influência. Talvez seja essa a causa maior de até hoje não se conseguir desvendar esse crime.

A CPI foi lá, fizemos audiências públicas, chamamos a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público. Fomos duas vezes, ouvimos todo mundo e, graças a um esforço nosso, fomos ao Ministério da Justiça, ao Mi-

nistro Eduardo Cardozo; fomos à então Ministra Gleisi Hoffmann; fomos à Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, e conseguimos que a Polícia Federal entrasse nesse caso, juntamente com a Interpol.

Mas já se passou mais de um ano e até agora nada foi dito, nada foi informado e nada foi esclarecido.

Por isso mesmo, Senador Paim, hoje, à tarde, às 17 horas e 30 minutos, a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da qual eu faço parte, a Subcomissão de Tráfico de Pessoas, a qual eu presido, nós vamos à Superintendência da Polícia Federal para solicitar respostas à Polícia Federal, ao seu Superintendente.

Queremos saber em que pé está a investigação feita pela Polícia Federal e pela Interpol, se tem alguma resposta que a gente possa levar para essas famílias tão sofridas, que acalente o pranto dessas mães que até hoje não conseguiram abrandá-lo.

Eu ouvi uma das mães declarar que preferia que o filho estivesse morto, porque, pelo menos, ela iria prantear, no seu túmulo, a perda e a saudade, pois, no momento, ela não tem sequer onde prantear a saudade do filho, porque não sabe onde ele está. Não sabe se está vivo ou se está morto. Se está morto, onde está? Se está vivo, como está? São dúvidas atroz, cruéis, que atormentam o coração dessas mães e dessas famílias.

É por isso que hoje nós vamos lá, juntamente com a Senadora Ana Rita – fiz o convite aos Senadores da Comissão de Direitos Humanos, da Subcomissão de Tráfico de Pessoas –, para procurar saber da Polícia Federal algumas respostas.

Eu gostaria muito, Senador Paim e Senador Pimentel, que, no dia 9 de março, quando o Arcebispo vai lançar a Campanha da Fraternidade, eu gostaria, se possível, de chegar ao bairro do Planalto, periferia de Natal, na celebração, e levar alguma notícia para as mães, que, seguramente, estarão presentes. Eu gostaria de dizer algumas coisas, levar algum dado novo que possa reacender as esperanças ou, pelo contrário, apagar essa chama votiva que teima em existir no coração de cada uma delas.

Portanto, Sr. Presidente, trago aqui esta informação e, ao mesmo tempo, convido os Senadores que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão para, juntamente conosco, irmos à Polícia Federal tentar esclarecer esse fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este foi o Senador Paulo Davim, que falou para uma comunicação inadiável.

Agora, fala o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito. Em seguida, como já chegou, falará, como Líder, o Senador Luiz Henrique.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, à tarde, depois da sessão solene comemorativa dos 20 anos do Plano Real, assistimos a um verdadeiro desfile promovido por Senadores e Senadoras do PT, desta tribuna, tentando reescrever a história do Plano Real sob a ótica das suas “verdades” – entre aspas – ou das suas mentiras, apostando na ausência de memória do povo brasileiro, subestimando a inteligência de todos nós.

Fiquei impressionado ao perceber a tentativa de apropriação indébita do sucesso exponencial do Plano Real, que foi marco divisor de águas, muito mais que um plano econômico, a mudança do conceito da sociedade na administração das suas finanças e da Administração Pública, sobretudo ao assumir responsabilidade maior a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiquei impressionado! Isso despertou minha curiosidade e fui à internet buscar vídeos que guardem pronunciamentos feitos à época por lideranças do Partido dos Trabalhadores, sobretudo por sua maior liderança, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmava, taxativamente, tratar-se o Plano Real de um estelionato eleitoral. Esqueceram-se de que o PT votou contra o Plano Real, que o PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que o PT ingressou com ação direta de inconstitucionalidade tentando impedir que o País pudesse destruir o monstro da inflação a partir do Plano Real.

Essa ação direta de inconstitucionalidade não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, mas imaginem os brasileiros o que teria ocorrido com o nosso País se ela tivesse sido julgada e acolhida.

Vou pontuar algumas das alevisias ouvidas ontem da tribuna do Senado Federal.

A primeira inverdade é a de que, no grande festejo, pela manhã, o Presidente Itamar Franco não recebeu o devido reconhecimento. Não é verdade! Nunca nos esquecemos do Itamar Franco. O Fernando Henrique nunca se esqueceu do Itamar Franco. O Aécio Neves jamais se esqueceu de Itamar Franco, tanto que o apoiou para voltar ao Senado da República exercendo seu último mandato. Foi homenageado aqui, desta tribuna, por Aécio e por Fernando Henrique. É público e notório que o Presidente Itamar, apoiando e prestigiando seu Ministro da Fazenda, lançou, com grande coragem, a autêntica revolução econômica do Brasil, que seria implantada em 1º de julho de 1994. Era criado o padrão monetário que estabilizaria a economia brasileira, o Real, e o Senador Pedro Simon, há pouco, fez um retrospecto competente sobre os acontecimentos daquela época.

A tergiversação produziu algumas pérolas na ofensiva orquestrada para desqualificar a equilibrada fala do ex-Presidente Fernando Henrique. Com referência ao gesto do Presidente Fernando Henrique de pedir apoio ao PT e ao próprio Lula para o Plano Real, afirmou-se que foi negado o benefício da dúvida à Oposição e que não cabia ao Governo solicitar apoio à Oposição para seus projetos, mesmo considerando que o País vivia dramática situação.

Lembro-me bem – Pedro Simon era governador do Rio Grande do Sul e eu era governador do Paraná – de que nós estávamos sufocados pela inflação de mais de 80% ao mês, que impedia qualquer planejamento para a semana seguinte. Mesmo assim, o Presidente da República não tinha direito de pedir apoio à Oposição.

A postura do PT foi votar contra o Plano e qualificar o Plano Real de estelionato eleitoral. O PT agiu sistematicamente contra o Plano Real e tentou torpedear políticas que complementaram o próprio Plano Real, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, recorrendo à Suprema Corte, como já disse, e atirando com grosso calibre no Proer, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, votando, sistematicamente, contra toda medida que garantisse as reformas e a estabilidade da economia.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal eu posso falar por experiência própria, porque tive a primazia de ser o Relator da Lei de Responsabilidade Fiscal no Senado Federal e conhecer de perto a pressão, estimulada pelo Partido dos Trabalhadores, de inúmeros prefeitos que não desejavam a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois ela coibia a irresponsabilidade administrativa e dificultava a ação das administrações municipais, sobretudo, que teriam que adotar um novo modelo de gestão para conter um processo de endividamento que era impulsionador da inflação no País.

Todos sabem que o Proer foi crucial para o processo de estabilização da moeda. Impediu o colapso do sistema bancário. Foi ferozmente combatido pelo PT e por seus principais líderes.

O Proer recebeu, na sequência, elogios do Presidente Lula e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, por ajudar a conter a crise mundial de 2008. Sem o Proer, a economia do Brasil teria naufragado naquele momento. E o Presidente Lula, à frente do governo do Brasil, divulgava, internacionalmente, ser o Proer uma solução também para o sistema financeiro norte-americano, em crise.

O Plano Real, o Plano Real foi desdenhado pelo PT. O PT desdenhou do Plano Real e dos seus criadores, mas valeu-se dele para sobreviver no governo, conquistando altos índices de popularidade. Ao falar em inclusão social, não pode ignorar que o Plano Real foi e é o principal instrumento de inclusão social no País.

É evidente que a Constituição de 88 garantiu instrumentos para a inclusão social, como, por exemplo, a universalização do sistema de previdência, incluindo os trabalhadores rurais, que passaram a ter aposentadoria com salário integral. Isso significa muito mais do que todo o Programa Bolsa Família ou os benefícios da prestação continuada. Tem origem na Constituinte de 88 e contribui extraordinariamente para a inclusão social de milhões de brasileiros. Mas, sem dúvida, o Plano Real é a mola mestra propulsora da inclusão social.

O PT caminhou unido contra a implantação do Plano Real e de seus desdobramentos. Vamos recordar o que eles diziam. É preciso cultivar a memória para que, quando se desejar reescrever a história, ela seja reescrita com a verdade, sem omissões e tergiversações.

Lula dizia:

Esse plano de estabilização não tem nenhuma novidade em relação aos anteriores. Suas medidas refletem as orientações do FMI. O fato é que os trabalhadores terão perdas salariais de, no mínimo, 30%. Ainda não há clima, hoje, para uma greve geral, mas, quando os trabalhadores perceberem que estão perdendo com o Plano, aí, sim, haverá condições. (O Estado de S. Paulo, 15.01.94).

O Plano Real tem cheiro de estelionato eleitoral. (O Estado de S. Paulo, 06.07.94) Guido Mantega.

Existem alternativas mais eficientes de combate à inflação (...) É fácil perceber por que essa estratégia neoliberal de controle da inflação, além de ser burra e ineficiente, é socialmente perversa. (Folha de S. Paulo, 16.08.94) Marco Aurélio Garcia.

O Plano Real é como um relógio Rolex, desses que se compram no Paraguai e tem corda para um dia só (...) a corda poderá durar até o dia 3 de outubro, data do primeiro turno das eleições, ou talvez, se houver segundo turno, até novembro. (O Estado de S. Paulo, 07.07.94) Gilberto Carvalho.

E o PT usou e exibiu esse “Rolex” nos últimos anos para sobreviver com popularidade no governo.

Mais uma grande falácia foi proferida desta tribuna: que o Presidente Henrique deixou de reconhecer que coube ao Presidente Lula e ao PT resgatar, praticamente salvar o Plano Real! Ouvimos ontem, desta tribuna, essa falácia!

O Plano Real foi muito mais além do que o mais bem-sucedido plano de combate à inflação crônica: foi um divisor de águas.

Representou uma mudança radical de atitude que permeou toda população brasileira; trouxe previsibilidade à economia; recuperou a fé da população no valor de sua moeda; restaurou a confiança internacional do Brasil; representou para todos nós o otimismo e a capacidade de planejar racionalmente.

A tentativa de estabelecer comparações com a crise enfrentada pelo Brasil em 1994, quando o real era implantado, com o cenário que o Presidente Lula encontrou ao assumir em 2003 foi mais uma falácia disparada na tarde de ontem desta tribuna.

Afirmar que “o patriarca do Plano Real entregou o País nas mesmas condições adversas enfrentadas antes da implantação do plano” é um deboche com a verdade.

Vamos restabelecer a verdade: a desconfiança aumentou ao longo de 2002, no calor da campanha eleitoral. Em que pesem análises que procuravam fugir ao pessimismo, muitos observadores internacionais temiam a decretação de alguma forma de moratória em 2003, no contexto da adoção – que alguns julgavam certa – de políticas populistas por parte de um novo governo, encabeçado pelo PT.

Em 2 de julho de 2000, a conselheira econômica de Lula, economista Maria da Conceição Tavares, em artigo na *Folha de S.Paulo*, defendia a ideia de que “está mais do que na hora de submeter à população um plebiscito nacional sobre a dívida externa que esclareça os prejuízos decorrentes de manter essa situação de submissão às regras do FMI”.

O próprio Lula, em artigo no *Valor Econômico*, do dia 2 de abril de 2000, escrevia: “precisamos, em primeiro lugar, readquirir o controle sobre nossa política fiscal e monetária, hoje comandada pelo FMI, a serviço da geração de superávits primários para pagar credores”.

É importante ressaltar que, mesmo pouco tempo antes das eleições, esse tom era mantido. O receio que havia – o risco PT – era uma realidade e provocou, entre outros, inflação ascendente, dólar pressionando e falta de confiança internacional.

Esta é a verdade. Tanto é que o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou ao Palácio do Planalto os candidatos à Presidente da República, inclusive Lula, que assumiram o compromisso de manter, de assegurar o cumprimento das providências que seriam naquele momento adotadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, exatamente para debelar a crise que se avizinhava em razão...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... do terror que se espalhava: medo de um novo governo populista comandado pelo Presidente Lula. Essa é a verdade.

Em agosto de 2002 – Sr. Presidente, eu serei rápido aqui –, dois meses antes da disputa presidencial, Guido Mantega afirmava que o superávit primário de 3,75% do PIB definido para 2003 “era um obstáculo para o País aumentar o seus gastos sociais”. Portanto, deve ser considerada a seriedade da situação externa do País no final de 2002, indicando que, sem a recuperação do crédito externo e o acesso aos recursos do FMI, havia riscos de Lula ter de assumir em 2003 com uma situação gravíssima.

O que fez Lula ao assumir? Elevou a taxa de juros básica, abandonando o que era tabu para o PT, definiu um aperto da meta do superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003, anunciou as metas de inflação, ordenou cortes dos gastos públicos, entre outras medidas.

Não há patriarca do Plano Real. A despeito da “amnésia seletiva” que acometeu muitos oradores na tarde de ontem, foi graças ao empenho pessoal de Fernando Henrique Cardoso, eu diria que até visceral, somado à sua capacidade de gestão e de articulação, amparado por uma excelente equipe de auxiliares, que o Brasil se livrou da hiperinflação crônica que implodia a vida de milhões de famílias, levando-as ao desespero de não poder enxergar o futuro de filhos e netos.

A louvação quanto aos feitos gloriosos da era petista...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... em detrimento dos avanços alcançados anteriormente é uma “fixação marqueteira”. A estabilidade trazida pelo Plano Real reduziu a proporção de pobres de 40% para cerca de 30% da população total. No período presidencial seguinte, nova redução para aproximadamente 20%.

Ao decantar em prosa e verso a redução da dívida pública brasileira é mais um capítulo da contabilidade criativa. Entidades influentes e credenciadas do pensamento econômico global vocalizam o descrédito no indicador brasileiro que mostra a queda da dívida pública do País. A própria OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – já alertou em relatórios sobre o Brasil que “as autoridades deveriam direcionar seus esforços de redução do endividamento para a dívida bruta, em vez da dívida líquida”. A dívida bruta, nos últimos dois anos, aumentou de 61,8% para 64,2% do PIB.

O que vem produzindo a discrepância entre os indicadores foi a adoção de sucessivas manobras contábeis para ampliar gastos públicos, sem reflexos nos resultados oficiais. E a dívida bruta brasileira, a dívida interna, ultrapassa dois trilhões de reais atualmente.

A propósito, recomendo a leitura de recente estudo da competente Consultoria Legislativa aqui do Senado – que merece sempre ser reverenciada –, que explicita que a “dívida bruta em relação ao PIB deixou de cair desde o início de 2009”. A partir de 2011, o indicador tem crescido rapidamente: 4,1 pontos percentuais do PIB entre dezembro de 2010 e agosto de 2013.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – A louvação petista fecha os olhos ao deplorável estado em que se encontra a infraestrutura em nosso País. É impossível se esperar crescimento onde não existem estradas, pontes, ferrovias, portos, aeroportos, silos, etc.

Estou concluindo, Presidente.

Onde está a transposição do Rio São Francisco? O trem-bala? As refinarias? As hidrelétricas? Até mesmo a Petrobras, empresa que sempre conseguiu ser eficiente à margem da ineficiência e crises durante vários governos, está sendo largada, ou tragada, para dentro da incompetência e equívocos da gestão petista.

Ao contrário da retórica ufanista traçada pelo marqueteiro de plantão, o PT colheu os frutos do fortalecimento advindo da consolidação do Plano Real, sem falar de um momento excepcional vivido pela conjuntura internacional entre os anos de 2003 e 2008.

O Brasil real do PT é o Brasil da contabilidade criativa, do maior déficit com o exterior de todos os tempos – mais de 10 bilhões de dólares só em janeiro –, do controle de preços públicos, da bolsa-empresário do BNDES, da pressão inflacionária que já compromete a renda dos mais pobres, da desmoralização da política econômica, da destruição das estatais, dos empréstimos secretos para ditaduras, da omissão quanto à violação dos direitos humanos em países da América Latina. Mas não é apenas isso! O Brasil real do PT é o Brasil dos 50 mil assassinatos por ano, da educação avaliada pelo Pisa como uma das piores do mundo,...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – ... da estagnação do IDH, da corrupção como método de governo, das obras fictícias, etc.

O Plano Real dotou-nos do grande vértice na moderna vida econômica: uma moeda que se estabilizou e que tem possibilitado melhorar a vida de milhões de brasileiros.

Concluindo, Presidente, é importante não olvidar: que o governo de Fernando Henrique Cardoso deixou um “tripé” de políticas – metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal – que, se mantido ao longo dos anos, poderia criar as condições para o desenvolvimento econômico futuro, com inflação baixa e equilíbrios externo e fiscal. Um elenco robusto de mudanças estruturais: Lei de Responsabilidade Fiscal, o ajuste fiscal nos Estados, reinserção do Brasil no mundo, através da obtenção de fluxos de investimentos diretos externos de, na média, quase 20 bilhões de dólares/ano nos oito anos. Enfim, o PT herdou uma herança bendita! Não pode desdenhar dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Esse foi o Senador Alvaro Dias.

Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pediria a V. Ex^a que pudéssemos ler o requerimento de pedido de urgência do projeto conhecido como Pronacampo, o Projeto de Lei da Câmara nº 98, que trata exatamente das escolas rurais do Brasil.

O Governo da Presidenta Dilma é um governo que prioriza as escolas rurais, que, pela primeira vez, estabelece uma política pública de escolas de tempo integral, de creches para as crianças no interior do Brasil, nos Municípios mais humildes, mais pobres do Brasil. Também é o Governo, Sr. Presidente, que consegue fazer com que o índice de emprego, mesmo no momento de dificuldade, continua elevado no nosso País gerando emprego para quem precisa trabalhar.

É um Governo, portanto, que tem políticas sociais, política macroeconômica e um Governo que trabalha para o presente olhando para o futuro.

Portanto, nós gostaríamos de pedir a V. Ex^a, com o entendimento que há com os Líderes das Bancadas, a permissão de lermos e apreciarmos o requerimento de urgência sobre o Pronacampo, deixando para a semana que vem o mérito dessa matéria tão importante para milhares e milhares de crianças e jovens na zona rural e no campo do nosso País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É com muita satisfação, Senador Eduardo Braga, que estou envolvido, e diria até sentimentalmente, com essa proposta, cujo requerimento passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Autoria da Srª Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 2014.

Senadora Ana Rita.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Autoria da Srª Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 2014. – Senadora **Ana Rita**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra agora, pela Liderança da Maioria, ao Senador Luiz Henrique; e em seguida, como orador inscrito, ao Líder do Governo, querido amigo, José Pimentel.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago a esta tribuna o Ofício nº 116, que acabo de receber do Coordenador dos Secretários de Fazenda Estaduais no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Os governadores de Estado, por intermédio de seus secretários, encaminharam à minha pessoa, um ofício requerendo que seja colocado em votação o relatório relativo ao PLC nº 99, de 2013, uma vez que sou Relator da matéria.

Esse PLC estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida, celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências. Ou seja, o projeto que trata da redução dos encargos da dívida que está sufocando os Estados e, de forma mais dramática, o Estado de V. Exª, o Rio Grande do Sul.

O que dizem os Secretários de Fazenda?

No final de 2013, durante a apreciação deste Relatório [referiu-se ao meu relatório, à minha pessoa] na reunião conjunta das Comissões CAE/CCJ [Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania], houve o anúncio de um acordo com o Governo Federal no sentido de que, após a aprovação nas comissões [em dezembro], o projeto seria encaminhado para votação no plenário no início deste exercício.

S. Exª o Presidente Renan Calheiros proclamou esse entendimento, estabelecendo como prazo de votação a primeira semana da atual Sessão Legislativa, portanto, do mês de fevereiro.

Continua o documento:

Entretanto, até a presente data, o Congresso ainda não cumpriu o compromisso firmado com os Senadores no sentido de votar o PLC 99/2013 [o referido projeto de lei da Câmara], projeto que trata da dívida econômica dos Estados e Municípios com a União.

O adiamento sistemático dessa votação contraria o compromisso firmado no ano passado e provoca o adiamento de uma medida de extrema importância para o equilíbrio fiscal dos Estados e do Distrito Federal [o que vale também para os Municípios, principalmente para o Município de São Paulo, que

terá dificuldades de honrar seus compromissos neste exercício, se não logarmos aprovar essa redução dos encargos da dívida].

Observamos que os Estados vêm sofrendo perdas de receitas [dizem os Secretários], principalmente em relação às transferências do Governo Federal, e enfrentam, desde 2012, uma expressiva e involuntária elevação de gastos decorrentes dos reajustes do Piso Nacional da Educação, conforme legislação federal, e da nova regulamentação dos gastos com saúde, prevista na Lei Complementar nº 141, de 2012. Além das dificuldades de fechamento do exercício de 2013, ocasionadas pelo não repasse dos recursos relativos ao auxílio financeiro às exportações [a famosa Lei Kandir], as desonerações do IPI reduziram as receitas do FPE [Fundo de Participação dos Estados] e do Refis.

Esse é o texto que me foi enviado pelo Secretário de Fazenda do Pará, José Barroso Tostes Neto, em nome de todos os Secretários de Fazenda dos 27 Estados brasileiros, na condição de coordenador desses Secretários junto ao Confaz.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estávamos prontos para votar essa matéria na terça-feira que representou o início da Sessão Legislativa, quando me chegou um pedido da parte do Governo no sentido de retardar essa votação. No dia seguinte, estive no gabinete de S. Ex^a o Presidente Renan Calheiros o Ministro da Fazenda, Prof. Guido Mantega, que expôs a razões pelas quais o Governo não desejava que o projeto fosse votado naquela semana.

Eram razões de Estado, eram razões relativas ao relacionamento do País com a comunidade financeira internacional, e nós acedemos ao apelo.

O próprio Governador Teotônio Vilela, que enfrenta uma situação fiscal dramática no Estado de Alagoas, disse que poderíamos votar essa matéria no mês de abril ou no mês de maio. O importante era que a votássemos.

Hoje, Sr. Presidente, li o meu parecer sobre três emendas apresentadas pelo ilustre Senador amapaense Randolfe Rodrigues. O próprio Senador Randolfe, na última sessão plenária em que deliberaríamos sobre essa matéria, pediu a retirada das emendas, não queria que as emendas fossem deliberadas pelo Plenário. Esse requerimento foi rejeitado, para que a matéria voltasse às Comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos.

Como falei há pouco, li meu parecer rejeitando as emendas. A aprovação de uma só emenda redundará na volta do projeto à Câmara dos Deputados. Nós sabemos que, neste ano, as duas Casas do Congresso vão ter um regime especial e reduzido de votações em função de todo o processo eleitoral, que começa já com as convenções no mês de junho. Por isso, Sr. Presidente, se o projeto retornar para a Câmara, provavelmente não haverá deliberação sobre o projeto neste ano, com consequências drásticas para a maioria dos Estados brasileiros que pagam juros que correspondem à metade dos que são pagos pela União no financiamento e refinanciamento da sua dívida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lido o meu parecer, houve pedido de vista coletiva, o que significa que as emendas serão deliberadas apenas no próximo dia 12 de março. Temos um prazo regimental, um prazo inarredável: até o dia 27 de março, deveremos ter deliberado sobre essas emendas, a fim de que o projeto venha ao plenário.

O que podemos fazer e o que devemos fazer? Devemos deliberar sobre elas até o prazo regimental, que se encerra no dia 27 de março, e, a partir daí, devemos ajustar, numa negociação política com o Governo Federal e com os governadores, uma data que signifique que essa matéria será votada.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já termino, Sr. Presidente.

Não podemos comprometer os objetivos da União como tal, explanados pelo Ministro da Fazenda.

Esse é o apelo que quero fazer desta tribuna. Seria muito importante que os nossos governadores e seus secretários de fazenda e os prefeitos de São Paulo e do Rio de Janeiro e seus secretários de finanças estivessem aqui no dia 12 de março, não só para que se opere a votação, mas para que se reinicie uma negociação que permita a votação dessa matéria...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...durante o primeiro semestre deste ano, para que possamos, assim, garantir um alívio nas finanças dos Estados e dos Municípios.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Gim Argello.
O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer...

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado a todos.

Sr. Presidente, eu agradeço a manifestação da galeria.

Quero fazer referência para todos os que estão aqui ao Projeto de Lei nº 137, de 2013, que é de minha autoria e que dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade do seu titular. Trata-se somente do direito de sucessão. Para as Sras Senadoras e os Srs. Senadores entenderem bem, trata-se somente da validade. É a mesma coisa que nós fizemos aqui com relação aos taxistas do Brasil.

Já conversei sobre esse projeto com a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, que autorizou que eu e o Líder Pimentel colhêssemos as assinaturas do requerimento de urgência na Câmara. No Senado, o Relator dessa matéria, que está na CCJ, é o Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ, que, hoje, garantiu-me que, no próximo dia 12, o projeto será terminativo na CCJ, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer ao Sr. Presidente Renan Calheiros, que falou: “Gim, se for do Senado, pode trazer.” Mas o projeto é terminativo na CCJ. Então, nós vamos fazer a votação terminativa no dia 12, na CCJ, e o enviaremos diretamente para a Câmara.

Quer só agradecer a V. Exª e a todos aqui, aos donos das bancas de jornais, das bancas de feira, dos quiosques e dos *trailers* do Distrito Federal que estão aqui presentes.

Eu gostaria de fazer referência ao Presidente da União dos Proprietários de *Trailers*, Quiosques e Similares do Distrito Federal (Unitrailers), que é o Sr. Luiz Ribeiro. Quero agradecer a presença dele e a de todos os donos de quiosques e *trailers* de Brasília.

Agradeço ao Presidente do Sindicato dos Jornaleiros do DF, o Sr. José Maria, que se encontra também em nossas galerias; ao Presidente do Sindicato dos Feirantes do DF, o Valdenir; ao Vice-Presidente da Afecup; e a todos os jornaleiros e feirantes do Distrito Federal, que estão unidos pelo menos ideal, que é a aprovação do PLS nº 137, de 2013.

Então, meus amigos, está combinado: no dia 12, pela manhã, na CCJ, quem vai ser o Relator do nosso projeto é o Presidente Vital do Rêgo. Então, no dia 12, se Deus quiser, terminativamente, vamos resolver essa situação no Senado, com o apoio de todas as Sras Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

Agradeço, em especial, ao Presidente Renan Calheiros, ao Líder Eduardo Braga, ao Líder Pimentel, ao Senador Romero Jucá.

Eu também queria agradecer ao Líder Aloysio, com quem falei e que concordou com a matéria, e ao Ricardo. De pronto, também faço um agradecimento especial ao Paulo Paim, que muito incentivou esse projeto. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Gim Argello, nós é que queremos cumprimentar V. Exª, que tem mobilizado o Parlamento com relação a uma questão importantíssima, que é a necessidade de nós termos uma regra, e toda vez que houver morte de detentor de concessão pública, essa concessão possa ser continuada pelas pessoas que tenham as mesmas condições. Esse é um assunto que mobiliza o País inteiro.

Quero cumprimentar V. Exª e também o Senador Vital do Rêgo, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e é Relator dessa importantíssima matéria.

Eu quero assumir o compromisso com todos de, tão logo nós tenhamos essa matéria votada, portanto, preparada na Comissão de Constituição e Justiça, nós poderemos, como pede o Senador Gim Argello, apreciá-la aqui no plenário do Senado Federal.

(Manifestação da galeria.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também, em meu nome e em nome do PMDB, registrar o nosso apoio ao projeto a que se referiu o Senador Gim Argello. Nós estamos ao lado dos pequenos comerciantes, dos pequenos prestadores de serviços, e esse projeto será aprovado com o nosso voto no dia 12, na próxima quarta-feira, após o carnaval, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero também, por um dever de justiça aos pequenos comerciantes, a todos aqueles que dependem desse projeto, registrar o grande trabalho do Senador Gim Argello. O Senador Gim Argello tem sido um gigante defendendo os mais humildes, os mais necessitados, e nós aqui reconhecemos e somos parceiros dessa luta do Senador Gim Argello e de todos aqueles que precisam de mais, Sr. Presidente.

Portanto, o PMDB, maior partido do Brasil e maior partido do Senado, estará firme votando e aprovando esse projeto no dia 12, junto com o Senador Gim Argello, Sr. Presidente.

Obrigado.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – É um minuto. É só para cumprimentar o Senador Gim Argello pela brilhante iniciativa.

Esse projeto é um projeto nacional. A situação desses pequenos comerciantes em cada cidade deste País, de fato, é delicada. Tenho certeza de que esse projeto terá o apoio de todos os partidos, inclusive do PT – já conversamos, não há problema nenhum. Ele vai ser aprovado por unanimidade.

As palmas aqui são para vocês e para o Gim Argello, porque a ideia é dele.

(Manifestação da galeria.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro pela ordem, rapidamente, sem abusar da boa vontade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, às 17 horas, Sr. Presidente, assumirá o novo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, junto com o novo Vice-Presidente, Ives Gandra da Silva Martins Filho, e com o novo Corregedor, João Batista Brito Pereira.

Eu gostaria de registrar a importância dessa transmissão de cargo e registrar também que o Presidente que deixa o mandato por completar 70 anos, o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, é um grande Presidente, um grande brasileiro, honra a magistratura brasileira. Realizou um grande trabalho como Ministro do TST e merece todas as homenagens, inclusive porque hoje, coincidentemente, é o dia do seu aniversário, quando ele completa 70 anos.

Nós gostaríamos, aqui, de registrar a importância do Tribunal Superior do Trabalho para o Brasil, para os brasileiros, para os trabalhadores, e desejar ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor que assumem um novo mandato uma profícua gestão em prol do povo brasileiro e da Justiça do Trabalho.

É esse o registro que eu gostaria de fazer.

Gostaria de pedir a transcrição dos currículos do Presidente Antonio José de Barros, do Vice-Presidente Ives Gandra da Silva Martins Filho e do Corregedor João Batista Brito Pereira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

– Currículos do Sr. Antonio José de Barros Levenhagen, do Sr. Ives Gandra da Silva Martins Filho e do Sr. João Batista Brito Pereira.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
CURRICULUM RESUMIDO

IDENTIFICAÇÃO

NOME: JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

FILIAÇÃO: Valdemar Rodrigues Pereira e Luiza Brito Pereira

NACIONALIDADE: Brasileira

NATURALIDADE : Sucupira do Norte - Maranhão

DATA DE NASCIMENTO : 04 de setembro de 1952

ESTADO CIVIL: Casado

NOME DA ESPOSA: Leila Rejane Fernandes Pereira

FILHAS: Ana Luisa Fernandes Pereira

Débora Cristina Fernandes Pereira de Queiroz

NETO: Levi Pereira de Queiroz

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

SQS 316, Bloco "C", Apto. 501

70387-030 BRASÍLIA-DF

Fone: (61) 9976-9393

ENDEREÇO PROFISSIONAL:

Tribunal Superior do Trabalho

SAF Sul -- Quadra 8 -- Lote 1 -- Bloco B -- 4º andar -- Gabinete 5

70070-600 -- Brasília - DF

Fone: (61) 3043-4694

CURSOS

Primário: Concluído no Grupo Escolar "João Pessoa", em dezembro de 1966, turno vespertino - Colinas -MA

Gionasial: Centro Integrado de Ensino de Colinas – CINEC, concluindo em dezembro de 1970 - Colinas - MA

Colegial: Concluído no Colégio Comercial do Agreste, em dezembro de 1973, turno noturno - Colinas - MA

Superior: Curso de Bacharel em Direito, Formou-se pelo Centro Universitário do Distrito Federal UDF.

Pós-Graduação: Pós-graduado em Direito Público, com habilitação para o magistério superior, cursado no Instituto de Ciências Sociais, da Associação de Ensino Unificado do DF - UDF, "colação de grau", no dia 10 de setembro de 1981 - Brasília - DF.

VIDA PROFISSIONAL

Foi advogado militante especializado na área trabalhista e consultor trabalhista – a partir de 1982, perante o Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Federal de Recursos, e Supremo Tribunal Federal, até 1988.

Foi Membro do Ministério Público do Trabalho a partir de maio de 1988. Subprocurador-Geral do Trabalho (1989/2000).

De janeiro a dezembro de 1991, fez o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro tendo apresentado, na conclusão, monografia sobre "O Sindicalismo no Brasil".

Foi professor de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho no curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF .

Aprovado em diversos concursos públicos na área do Direito, dentre os quais no Concurso Público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Trabalho, tendo ingressado no Ministério Público do Trabalho em maio de 1988.

É magistrado, no cargo de Ministro do Tribunal Superior Trabalho, desde 31 de maio de 2000.

Conferencista em diversos congressos e seminários e autor de vários artigos publicados em revistas e periódicos especializados.

É Presidente da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho desde o ano de 2004 e integra a Seção Especializada em Dissídios Individuais e o Órgão Especial do TST desde a sua instalação.

Foi membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Integrou a delegação brasileira como observador na 91.^a Conferência Internacional do Trabalho da OIT em Genebra na Suíça em junho de 2003.

Integrou o grupo de estudos sobre *"El sistema de las normas internacionales de Trabajo"*, realizado em Genebra, na Suíça, e Turín, na Itália, em setembro de 2004.

BIBLIOGRAFIA

Participa, como co-autor de várias obras dentre as quais:

- a) "O NOVO CÓDIGO CIVIL", autor do capítulo "Sociedade Cooperativa". Livro em co-autoria em homenagem ao Professor Miguel Reale. Editora Ltr 1^a ed. 2003 – 2^a ed. 2006.
- b) "DIREITO COLETIVO DO TRABALHO EM UMA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL", autor do capítulo "O Sindicalismo no Brasil. Uma proposta para o seu fortalecimento". Obra em co-autoria. Editora LTr – SP - 2003.
- c) "PROCESSO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES", autor do capítulo "Os Embargos no Tribunal Superior do Trabalho", ed. Saraiva - 2006

TÍTULOS DE CIDADANIA

1. Cidadão Piauiense, cujo título foi outorgado pelo Decreto Legislativo nº 198, de 22 de junho de 2005.

2. Cidadão Cearense, cujo título foi outorgado pela Lei Estadual nº 14.130, de 11/ de junho de 2008 (DO de 25/6/2008).

3. Cidadão Colinense, cujo título foi outorgado pelo Decreto Legislativo nº 98/2012 (Câmara Municipal de Colinas-MA).

ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

Antonio José de Barros Levenhagen é natural de Baependi (MG), filho de Antônio José de Souza Levenhagen e de Thereza de Barros Levenhagen. Casado com Juçara Caldas Levenhagen com quem teve duas filhas, Emanuella Caldas de Barros Levenhagen e Marcella Caldas de Barros Levenhagen.

Seu pai, o professor Doutor Levenhagen, no período de 1941 a 1959, como Escrivão do Crime concursado da Comarca de Baependi, desenvolveu várias atividades de cunho social. Foi por sucessivos anos provedor do Hospital Cônego Monte Raso, tendo sido, à frente da administração, o responsável maior pela materialização da entidade, inclusive construindo prédio amplo, imponente e dotado dos mais requintados recursos hospitalares da época.

Também nesse período, fundou o Ginásio Nossa Senhora de Montserrat, instalando-o provisoriamente num velho e tradicional solar. Depois, foi obrigado a lançar-se a nova aventura: a de construir o prédio próprio do Ginásio. Num tempo recorde de aproximadamente seis meses, demoliu o antigo prédio da Santa Casa de Baependi e aí construiu o edifício do Ginásio, sem que para isso contasse com qualquer recurso público, valendo-se tão somente das contribuições de seus concidadãos. Instalado em prédio próprio o Ginásio se expandiu nas suas atividades tendo sido criado, além do 1º Grau, a Escola Técnica de Comércio. Ao Ginásio foi dado o nome de Nossa Senhora de Montserrat por ser a padroeira de Baependi, do qual foi Diretor e professor por mais de oito anos.

Valendo-se da prática como Magistrado e de seus estudos especializados em Direito Processual Civil e Direito Civil, editou, em 1973, o seu primeiro trabalho, intitulado "Curso de Direito Processual Civil", sobre o revogado Código de 1939. De 1973 a 1982 escreveu inúmeros outros trabalhos jurídicos, todos pela Editora Atlas S/A, de São Paulo, parte dos quais se encontra inclusive na Biblioteca de Washington, U.S.A., tendo sido comercializados, ao tempo de seu falecimento, em 1984, mais de 4 milhões de exemplares dos seguintes títulos: "Novo Código de Processo Civil"; "Código Civil à Luz da Nova Lei Processual"; "Leis do Inquilinato Comentadas"; "Posse, Possessória e Usucapião"; "Manual de Direito Processual Civil"; "Processo de Execução"; "Recursos no Processo Civil"; "Medidas Cautelares e Ações Especiais"; "Sucessão Legítima, Inventário e Partilha"; "Do Casamento ao Divórcio"; "Nova Lei do Inquilinato"; "Comentários Didáticos ao Código Civil"; "Comentários ao Código de Processo Civil"; "Vade Mecum", e finalmente "Nova Lei de execução Fiscal".

O Ministro Barros Levenhagen formou-se em Direito, em 1975, pela Faculdade de Direito de Varginha/MG. Ingressou na Magistratura do

Trabalho da 2ª Região, por concurso público, tendo sido empossado como Juiz Substituto em junho de 1980. Foi promovido por merecimento a Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarulhos-SP, de onde se removeu, a pedido, sucessivamente para as Varas do Trabalho de Taubaté e Cruzeiro-SP.

Em 1986, removeu-se para o recém-criado Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas-SP, tendo sido designado Juiz Substituto daquela Corte a partir de 1989. Promovido por merecimento a Juiz do TRT da 15ª Região em janeiro de 1993, onde presidiu a Primeira Turma no biênio 95/96. Foi diretor-presidente da Escola da Magistratura da 15ª Região no biênio 97/98. Integrou as Comissões de Vitaliciamento, Revista e Regimento Interno do TRT de Campinas. Ex-Promotor de Justiça da Comarca de Passa Quatro/MG e Juiz de Direito concursado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Foi ainda professor de Direito Comercial, Direito Processual Civil e Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Varginha-MG. Nomeado Ministro Togado do TST a partir de 14 de outubro de 1999. Foi Presidente da Quarta Turma, integra a SEDC, a SBDI-1, SBDI-2, o Órgão Especial, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Foi diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) entre março de 2009 e março de 2011. Foi agraciado, dentre outras honrarias, com a inclusão na Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 2ª Região, no grau de Grã Cruz; com o diploma da "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha", no grau Grã Cruz, pelo TRT da 3ª Região; com o diploma da Ordem do Mérito de D. Bosco, no grau de Grande-Cruz, pelo TRT da 10ª Região; com a Grande Medalha da Inconfidência Mineira pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com a Medalha Professor Doutor Antônio José de Souza Levenhagen, pela Faculdade de Direito de Varginha e com a "Comenda Desembargador Guido de Andrade", pela Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS. Colaborador em obras jurídicas coletivas e articulista em revistas especializadas em Direito. Tem especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho. Parainfo da Turma de Formandos do 1º semestre de 2004 do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. Patrono da Turma de Formandos do 2º semestre de 2009 das Faculdades Planalto - IESPLAN / Universidade Paulista - UNIP.

Ocupou o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no biênio 2011/2013 e, atualmente, é o Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, eleito para o biênio 2013/2015.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

CURRÍCULO RESUMIDO

Ives Gandra da Silva Martins Filho, nascido em São Paulo a 9 de maio de 1959, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1981) e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (1991), é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 14 de outubro de 1999. Tomou posse como Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho em 05 de março de 2013. Integra na qualidade de membro nato o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Órgão Especial do TST e as Seções Especializadas em Dissídios Individuais e Coletivos. É professor do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), da qual foi o 1º Diretor (2006). Coordena as Revistas LTr e Lex-Magister de Direito do Trabalho. É membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e da Academia Paulista de Magistrados.

Foi Presidente da 7ª Turma (2007-2013) e da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST (2010-2013), da qual também foi Membro (2008-2009). Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2009-2011), Subprocurador-Geral do Trabalho (1988-1999, aprovado em 1º lugar no concurso público para ingresso no Ministério Público do Trabalho), Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República (1997-1999) e Assessor do Ministro Coqueijo Costa no TST (1983-1988, tendo ingressado como analista judiciário por concurso público). Lecionou Direito do Trabalho e Processo do Trabalho no curso de graduação da UnB (1984-1988) e Direito Comparado do Trabalho no curso de pós-graduação do CEUB (1990). Advogou em causas cíveis e trabalhistas (1982).

Tem participado como expositor em inúmeros congressos, recebeu variadas condecorações, coordenou várias obras coletivas e possui dezenas de artigos publicados pela imprensa especializada, além das seguintes obras publicadas:

- “Manual de Direito e Processo do Trabalho” (Saraiva – 2012 – São Paulo, 20ª edição);
- “A Legitimidade do Direito Positivo” (Forense Universitária, 1992, Rio);
- “Processo Coletivo do Trabalho” (LTr, 2009, São Paulo, 4ª edição);
- “Manual Esquemático de História da Filosofia” (LTr, 2000, São Paulo, 3ª edição);
- “Manual Esquemático de Filosofia” (LTr, 2010, São Paulo, 4ª edição);
- “Ação Civil Pública Trabalhista” (Nossa Livraria, 1997, Recife);
- “O Sistema Legal e Judiciário Brasileiro” (LTr, 2000, São Paulo);
- “História do Brasil – Resumo Esquemático” (LTr, 2011, São Paulo, 2ª edição);
- “O Mundo do Senhor dos Anéis” (Martins Fontes, 2002, São Paulo, 3ª edição);
- “Teoria e Prática do Recurso Extraordinário Trabalhista” (Saraiva, 1986, São Paulo, em co-autoria com Maria Bernadete Silva Pires);
- “Manual de Contribuições Especiais” (Revistas dos Tribunais, 1987, São Paulo, em co-autoria com Ives Gandra Martins);
- “História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho” (LTr, 2011, 3ª edição, São Paulo, em co-autoria com Amauri Mascaro e Irany Ferrari).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Quero, em primeiro lugar, registrar, com muita satisfação, a presença de atletas do time de basquete feminino do Sport Club do Recife. É uma honra muito grande tê-las aqui, no Senado Federal.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O item 1, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma votação nominal.

Está na pauta a Proposta de Emenda à Constituição, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal.

É o seguinte o item na íntegra:

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

Ontem, nós tiramos essa matéria de pauta e repetimos hoje o que fizemos ontem, exatamente por não haver um quórum que recomende a apreciação dessa importantíssima matéria.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero só ratificar o que V. Ex^a acaba de dizer, com uma observação.

Eu acho que esta matéria não é do meu interesse, não é do interesse do meu Partido, não é do interesse da oposição. É uma proposta de emenda à Constituição que tem interesse permanente para os brasileiros, que precisam ser administrados por um Governo que tem as contas equilibradas, que tem a Administração Pública sob controle, com quadros apropriados à gestão de cada órgão.

E isso tudo é tratado na proposta de emenda à Constituição que eu coloco e que é muito simples: ela simplesmente elimina a possibilidade de você criar órgão novo por medida provisória, ou por decreto, ou por lei simples, sem o devido debate, um debate que pode ser proporcionado por uma matéria de lei complementar, que exige a maioria mais um, ou seja, a maioria dos presentes na Câmara e no Senado: 41 votos no Senado e 513, divididos por 2 mais 1, na Câmara.

Isso leva a quê? Leva ao debate, leva à discussão, ao contraditório. Em vez de você criar um Ministério atrás do outro e que não diz até hoje a que veio, você debate a criação do Ministério. Isso para que a sociedade, inclusive pelos seus representantes nas duas Casas, possa opinar e você crie despesa com responsabilidade, para que um dos fundamentos daquilo que levou à estabilidade da moeda, o Plano Real, que é o equilíbrio fiscal, que é o superávit primário, seja objeto permanente de atenção.

Essa minha proposta de emenda à Constituição, que é do interesse do Brasil, de governos que são hoje oposição e que amanhã podem ser governo – e vice-versa, mas o Brasil permanece o mesmo –, seja interesse permanente do País.

Então, do que eu preciso? De quórum acima de 70 Senadores presentes, para não correr o risco de ser derrotada uma matéria que não pertence a mim. Esta matéria tem sido, inclusive, objeto de algumas manifestações da grande imprensa com referências elogiosas, não a mim, mas ao mérito da matéria. E passa longe de mim imaginar que esta matéria possa ser derrotada, porque aí seria derrotado não um projeto de lei do Senado, mas um projeto de lei que objetiva o interesse do Brasil.

De modo que, por essa razão, agradecendo a V. Ex^a a retirada da matéria de pauta, pelo fato de hoje termos apenas 53 Senadores presentes, eu reitero a minha disposição de, passadas as festas carnavalescas, com o quórum qualificado, nós voltarmos a ter esta matéria na pauta, esperando o voto majoritário dos Senadores, para que o Brasil disponha desse plano legislativo de aperfeiçoamento das contas públicas do Brasil.

Com agradecimentos a V. Ex^a, essa era a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esta proposta de emenda à Constituição, Senador José Agripino, Srs. Líderes partidários, passará a constar da Ordem do Dia do dia 11 de março, primeira terça-feira após o carnaval.

Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 2:**

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 2009; 74, 183, 261, de 2012; 235 e 515, de 2013, por regularem matéria correlata (inclusão de disciplinas no ensino fundamental e médio).*

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em relação ao item 3, que está na pauta e é de minha autoria, o Líder Aloysio Nunes Ferreira nos pediu que fizéssemos uma composição sobre essa matéria.

Em face disso, Sr. Presidente, estou pedindo para retirá-lo da pauta de hoje, para, se V. Ex^a concordar, voltar dia 12 de março, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem problema nenhum. Não havendo objeção da Casa, retiramos a matéria, na forma em que pede o Senador Pimentel, para constar da Ordem do Dia do dia 12.

É o seguinte o item adiado:

Item 3:

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, solicitar a V. Ex^a a questão do requerimento de regime de urgência sobre o Pronacampo, que já foi lido antes da Ordem do Dia e, portanto, estaria pronto para ser incluído para votação. Há entendimento entre os Líderes e os Senadores e as Senadoras aqui presentes. Portanto, não teríamos nenhum problema. E, obviamente, quanto às matérias cuja votação V. Ex^a já combinou, não haveria também nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a. (*Fora do microfone.*)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Jarbas Vasconcelos, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para indagar a V. Ex^a se há ainda espaço para uma inscrição em comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a logo após a Ordem do Dia.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Terminará rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Projeto de Lei da Câmara nº 98.

Em primeiro lugar, portanto, nós vamos submeter, como proposto pelo Senador Eduardo Braga, a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 98, conforme acordado, ontem, na reunião com os Líderes partidários e com os presidentes das comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Não havendo objeção, passa-se, imediatamente, à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 98, de 2013 (nº 3.534/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.*

– Parecer nº 72, da Comissão de Direitos Humanos, que teve como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Rita, é favorável; e

– Parecer nº 73, da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, que teve como Relatora também a Senadora Ana Rita, é favorável, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, para agradecer a V. Exª, aos Líderes, aos Senadores e Senadoras pela sensibilidade de votarmos ainda hoje esta matéria, que é importante para o Ministério da Educação e para a educação brasileira, principalmente nas escolas rurais, do campo, nas escolas comunitárias do interior do nosso País, nas escolas indígenas. O meu Estado, Sr. Presidente, o Estado do Amazonas, tem a maior população indígena brasileira, e toca muito de perto o povo do interior do Estado do Amazonas e, obviamente, os quilombolas.

Portanto, dizer da importância deste Projeto de Lei da Câmara nº 98, de autoria da Presidência da República, aqui relatado pela Senadora Ana Rita, e que, de forma bastante eficiente, foi debatido e discutido nas diversas Comissões, mas, de forma especial, na Comissão de Educação.

Então, apenas para recomendar, mais uma vez, a aprovação deste importante Projeto para a educação no campo, na área dos indígenas e dos quilombolas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, com a palavra V. Exª, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso deixar de falar rapidamente deste Projeto. Nós o discutimos nas Comissões de Educação e de Direitos Humanos, com o relatório da Senadora Ana Rita.

E, aqui, ficam nossos elogios à Presidenta da República pela sensibilidade. Centenas de escolas no interior, que atendiam o trabalhador rural, os quilombolas e os povos indígenas estavam, no meu entendimento, inclusive, arbitrariamente sendo fechadas, e as crianças ficando sem escolas.

Por isso, meus cumprimentos à Presidenta e a todos os Líderes, que, por unanimidade, entenderam que esse projeto teria de ser votado em regime de urgência ainda no dia de hoje.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Esse projeto, Srªs e Srs. Senadores, em muito boa hora, como todos sabem, dificulta o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Elas só poderão ser fechadas a partir da sanção do projeto e mediante manifestação do órgão normativo, como os Conselhos Municipais de Educação, por exemplo.

No Brasil, existem, hoje, 151 mil matriculados em 1.253 estabelecimentos de ensino. Portanto, a importância desse projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2013

(Nº 3.534/2012, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 28.
Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria comunicar à Casa que, ontem, nós aprovamos, na reunião com os Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal, a primeira sessão temática de 2014, que será realizada no dia 26 de março e terá como tema a segurança pública.

Ela começará ao meio-dia, para não interromper e não apressar a reunião da Comissão que se reúne na quarta-feira, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Sessão Especial, no dia 25 de agosto de 2014, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear entidade profissional Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região Distrito Federal – CRECI/DF, por oportunidade do transcurso de seu 50º aniversário de fundação.

Justificação

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal – CRECI/DF foi fundado em 20 de novembro de 1964 (20-11-1964) na realização em São Paulo, da 4ª Plenária do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI), após a publicação da Lei nº 4.116, sancionada em 27 de agosto de 1962. A sanção dessa lei marca a data comemorativa do Dia Nacional do Corretor de Imóveis. Essa lei foi revogada por ter sido julgada parcialmente inconstitucional, pois não apresentava a grade curricular necessária para uma formação técnica específica. Nova regulamentação à profissão foi obtida com a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, a qual, além de permitir o exercício da profissão ao Técnico em Transações Imobiliárias, ratificou também a atuação dos Conselhos Federal e Regionais, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, operacional e financeira. Cabe aos Conselhos Regionais a disciplina e fiscalização do trabalho dos profissionais que compõem a categoria.

A expressão *profissional liberal*, autônomos, empregados ou empregadores, compreende o universo de trabalhadores que podem exercer com liberdade e autonomia uma profissão decorrente de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida. O exercício de suas atribuições corresponde à aplicação prática de seu conhecimento técnico em favor de um ente, pessoa física ou jurídica, com vínculo empregatício ou não,

podendo ser regulamentado por órgão fiscalizador. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, os profissionais liberais somam cerca de cinco milhões de profissionais que atuam em todo o país.

O Corretor de Imóveis assim como tantos outros profissionais liberais, doam seus conhecimentos técnicos ou científicos em favor da sociedade brasileira. Seu diferencial é oferecer mão de obra qualificada e conhecimentos específicos, vale dizer, a cessão de soluções técnico-científicas para o equacionamento das inúmeras questões suscitadas pelo desenvolvimento do mercado imobiliário.

Entidade profissional da categoria, o CRECI/DF como toda autarquia pública não tem fins lucrativos e é mantida exclusivamente pelas contribuições das categorias de profissionais que representa. Agrega nos dias de hoje, mais 22 mil e quinhentos profissionais que pelo pluralismo das atividades, empresários, construtores, corretores individuais, enfim todos aqueles que compõem ativamente o mercado imobiliário do Distrito Federal, tem como objetivo a valorização e qualificação da categoria e a eficiente prestação de serviços à sociedade brasileira.

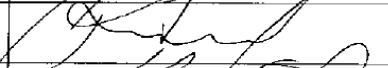
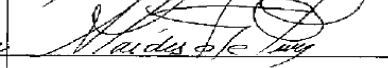
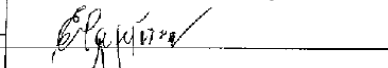
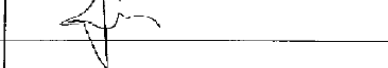
O CRECI/DF com autonomia administrativa de autarquia federal autorizada por lei federal tem como objetivo promover no âmbito do território do Distrito Federal um melhor conhecimento e maior desenvolvimento da profissão, favorecendo a troca de informações e experiências entre profissionais do mercado imobiliário, sobretudo zelando, nos limites da sua competência e abrangência, pelos direitos dos profissionais da corretagem de imóveis na sociedade moderna. Tem representatividade jurídica para fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de corretor de imóveis, atuando no mercado imobiliário distrital.

Assim, a homenagem ao CRECI/DF, objeto do presente Requerimento, terá grande significação e justifica o nosso pedido de apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores.

Sala da Comissão, – Senador **Gim**, PTB/DF.

Sala da Comissão,

Senador GIM (PTB/DF)

Senador Gim	
ROUERO JUAN	
Ataides de Oliveira	
EPITÁCIO CAFETEIRA	
EDUARDO LOPES	
Sen. Maria do Carmo	

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros,

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 74, inciso II, c/c o art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a criação de Comissão Temporária Externa, sem ônus para esta Casa, composta por seis senadores, para que a Bancada de Senadores dos Estados de Rondônia e do Acre acompanhem a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará Mirim, no Estado de Rondônia e no Estado do Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas.

Justificação

Em 19 de fevereiro do corrente ano foi publicada no *Diário Oficial* da União, na seção 1, página 50 a Portaria nº 58, de 17 de fevereiro de 2013 (em anexo), na qual a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil reconhece, no Estado de Rondônia, a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Rolim de Moura. O Governo do Estado de Rondônia também já havia decretado estado de emergência por meio do Decreto Estadual nº 18.608, de 13 de fevereiro de 2014 (em anexo).

A situação dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré é ainda mais delicada porquanto os municípios se encontram isolados devido à interdição da BR-425.

A condição do estado vizinho do Acre é igualmente alarmante, já que o estado encontra-se isolado pela interdição da BR-364 devido ao alagamento da pista pelas cheias dos rios. Dessa forma, o Estado do Acre corre sérios riscos de ficar desabastecido.

Assim, emerge a criação da Comissão Temporária Externa para que as Bancadas de Senadores dos Estados de Rondônia e do Acre possam acompanhar a situação de calamidade dos seus estados.

Sala das Sessões, – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO – Senador **Jorge Viana**, PT/AC.

Anexos:

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
PORTARIA Nº 58, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado de Rondônia.

O Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, com base no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 7 de novembro de 2008, publicada no *Diário Oficial* da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e Considerando o Decreto Estadual nº 18.608, de 13 de fevereiro de 2014, de Rondônia, Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000147/2014-61, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações, COBRADE: 1.2.1.0.0, a situação de emergência nos Municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho e Rolim de Moura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

DECRETO Nº 18.608, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara Situação de Emergência nos Municípios do Estado de Rondônia, afetados por Inundações, conforme específica e dá outras providências.

O Governador do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, com fulcro nos artigos 2º e 7º, VII da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e no artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, e

Considerando que o Estado de Rondônia sofre as consequências das enchentes dos rios que banham o seu território, ultrapassando a capacidade de acomodação das águas, fato que provoca notórios prejuízos de ordem econômica e social aos Municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Rolim de Moura e Nova Mamoré, ratificados *in loco* pela Defesa Civil, por meio da realização de levantamentos dos danos e prejuízos econômicos, sociais, ambientais e materiais;

Considerando que as águas do Rio Madeira atingiram, na data da edição deste Decreto, a cota de 17,40m, com perspectiva de elevação, havendo transbordamento e invasão da parte baixa do Município de Porto Velho e das áreas que circundam a mencionada Municipalidade, impedindo o acesso às ruas, ao comércio e às áreas residenciais, inclusive à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sem olvidar os Distritos à montante do Rio Madeira, como Fortaleza do Abunã, Abunã e Jaci-Paraná e à jusante Belmont, Cujubinzinho, São Carlos, Calama, Nazaré e adjacências, deixando, pelo menos, 541 famílias desabrigadas, tornando necessária a mobilização para a retirada dos habitantes locais;

Considerando a situação que demanda providências especiais nos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, decorrente da elevação das águas do Rio Madeira, com repercussão em seus afluentes, que ultrapassaram o nível da Rodovia BR-425, isolando-os de outros centros urbanos, provocando sérios embaraços à rotina da população, inclusive daqueles habitantes que necessitam de atendimento médico na Capital, bem como compromete o abastecimento das cidades referenciadas;

Considerando que o Município de Rolim de Moura foi atingido pelas inundações causadas pela elevação do nível das águas do Rio Anta, o qual extrapolou o sistema de escoamento da cidade, deixando ruas alagadas e famílias desabrigadas em áreas de risco;

Considerando a deficiência das ações e serviços das coordenadorias municipais de Defesa Civil, na busca do saneamento dos problemas advindos dos desastres que afetam o Estado,

Decreta:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência, nos termos do artigo 7º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, em decorrência do desastre classificado como Inundação – 1.2.1.0.0 – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE, nos Municípios a seguir relacionados:

- I – Porto Velho (Decreto Municipal nº 13.406, de 7 de fevereiro de 2014);
- II – Guajará-Mirim (Decreto Municipal nº 8.201, de 12 de fevereiro de 2014);
- III – Rolim de Moura (Decreto Municipal nº 2.768, de 27 de janeiro de 2014); e
- IV – Nova Mamoré (Decreto Municipal nº 2.916, de 12 de fevereiro de 2014).

Parágrafo único. Diante da real possibilidade de que outros Municípios de Rondônia venham a experimentar situação análoga aos dos Municípios enumerados nos incisos deste artigo, ficam a eles estendidos os efeitos deste Decreto, bastando que a Municipalidade reconheça, formalmente, a situação de emergência declarada por desastre classificado como Inundação.

Art. 2º. Fica determinada a mobilização de todos os órgãos estaduais para atuarem sob a direção da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, por meio da reabilitação e reconstrução do cenário;

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir em suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 3º Ficam autorizadas:

- I – a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;
- II – às autoridades administrativas e aos agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, nos termos do artigo 5º, incisos XI e XXV, da Constituição Federal, em caso de risco iminente:
 - a) penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação; e
 - b) usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, 13 de fevereiro de 2014, 126º da República. – **Confúcio Aires Moura**, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2014

Na forma do disposto no art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos Voto de Aplauso pela posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho – TST, a realizar-se hoje, dia 26 de fevereiro:

- I – inserção em ata de voto de aplauso;
- II – apresentação de congratulações aos ministros empossados:
 - a) Antonio José de Barros Levenhagen, na Presidência;
 - b) Ives Gandra da Silva Martins Filho, na Vice-Presidência; e
 - c) João Batista Brito Pereira, na Corregedoria-Geral.

Justificação

Instalado em 1941 a Justiça do Trabalho vem dedicando-se a na igualdade social dos trabalhadores brasileiros.

Nestes anos tivemos a edição da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o Décimo Terceiro Salário para os trabalhadores, a extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais, o combate ao trabalho infantil, a nova Carta Política de 1988, a criação do Conselho

Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional da Magistratura Trabalhista, o processo judicial eletrônico que deram a dimensão que temos hoje na justiça do trabalho que tem o TST como guardião dos trabalhadores.

O Presidente empossado, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, antes de ser aprovado no concurso para juiz do trabalho no TRT da 2ª Região (São Paulo), integrou o Ministério Público e da Justiça Estadual em Minas Gerais, onde nasceu. Em 1986, foi removido para o recém-criado Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas). Foi presidente da Quarta Turma e integrou a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), a Seção Especializada em Dissídios Individuais I e a Seção Especializada em Dissídios Individuais II, além de presidir o Órgão Especial do TST e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

O novo Vice-Presidente o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, paulistano, foi técnico judiciário do TST aos 23 anos. Cinco anos depois, com a aprovação em concurso para procurador, foi para o Ministério Público do Trabalho. Em 1999 assumiu como ministro da Corte pelo quinto constitucional. Presidiu a Sétima Turma e a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST além de ocupar a Corregedoria-Geral da Corte.

O Corregedor ministro João Batista Brito Pereira, exerceu a advocacia em Brasília antes de ingressar no Ministério Público do Trabalho. Tomou posse como ministro do TST em maio de 2000. Presidiu a Quinta Turma e integrou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além de ser membro do Órgão Especial da Corte.

A posse dos novos dirigentes, dentro das normas vigentes, é sinal do amadurecimento democrático do Brasil, e a certeza de que o Tribunal Superior do Trabalho continuará zelando pelos trabalhadores brasileiros.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2014

Solicita informações ao senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre o contrato celebrado entre o BNDES e entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra-MST para evento realizado no 6º Congresso Nacional do MST.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que este providencie junto ao BNDES as seguintes informações acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios:

Cópia integral do processo de contratação do BNDES com entidades ligadas ao MST para financiar eventos realizados no 6º Congresso Nacional do MST, incluindo proposta inicial, análise da proposta, pareceres jurídicos, comprovantes das transferências, a comprovação da existência da entidade contratante.

Quantos contratos a BNDES fechou com entidades ligadas ao MST desde 2003 e o valor de cada um, com o CNPJ da entidade contratante.

Justificação

Realmente, este governo consegue a cada dia demonstrar a sua capacidade de utilizar a máquina pública em interesse próprio. Inacreditável que uma instituição como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) feche contrato de R\$ 350 mil com entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra para a realização de evento durante o 6º Congresso Nacional do MST.

O evento, há duas semanas, terminou em conflito com a Polícia Militar na Praça dos Três Poderes que deixou 32 feridos, sendo 30 policiais. Houve, ainda, uma tentativa de invasão do Supremo Tribunal Federal. Dinheiro do povo, do patrimônio dos trabalhadores, sendo desviado completamente de sua finalidade.

O Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois elas podem garantir que o governo haja de acordo com os interesses nacionais e não de acordo com os seus próprios interesses e prioridades políticas.

Sala da Sessão, de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 144, DE 2014**Solicita informações ao senhor Ministro das Minas e Energia sobre o contrato celebrado entre a Petrobras e entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra-MST para evento realizado no 6º Congresso Nacional do MST.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, para que este providencie junto à Petrobras as seguintes informações acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios:

- 1) Cópia integral do processo de contratação da Petrobras com entidades ligadas ao MST para financiar eventos realizados no 6º Congresso Nacional do MST, incluindo proposta inicial, análise da proposta, pareceres jurídicos, comprovantes das transferências, a comprovação da existência da entidade contratante.
- 2) Quantos contratos a Petrobras fechou com entidades ligadas ao MST desde 2003 e o valor de cada um, com o CNPJ da entidade contratante.

Justificação

Realmente, este governo consegue a cada dia demonstrar a sua capacidade de utilizar a máquina pública em interesse próprio. Inacreditável que uma instituição como a Petrobras feche contrato de R\$ 650 mil com entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra para a realização de evento durante o 6º Congresso Nacional do MST.

O evento, há duas semanas, terminou em conflito com a Polícia Militar na Praça dos Três Poderes que deixou 32 feridos, sendo 30 policiais. Houve, ainda, uma tentativa de invasão do Supremo Tribunal Federal. Dinheiro do povo, do patrimônio dos trabalhadores, sendo desviado completamente de sua finalidade.

O Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois elas podem garantir que o governo haja de acordo com os interesses nacionais e não de acordo com os seus próprios interesses e prioridades políticas.

Sala da Sessão, de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2014**Solicita informações ao senhor Ministro da Fazenda sobre o contrato celebrado entre a CEF e entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra-MST para evento realizado no 6º Congresso Nacional do MST.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, para que este providencie junto à CEF as seguintes informações acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios:

- 1) Cópia integral do processo de contratação da CEF com entidades ligadas ao MST para financiar eventos realizados no 6º Congresso Nacional do MST, incluindo proposta inicial, análise da proposta, pareceres jurídicos, comprovantes das transferências, a comprovação da existência da entidade contratante.
- 2) Quantos contratos a CEF fechou com entidades ligadas ao MST desde 2003 e o valor de cada um, com o CNPJ da entidade contratante.

Justificação

Realmente, este governo consegue a cada dia demonstrar a sua capacidade de utilizar a máquina pública em interesse próprio. Inacreditável que uma instituição como a Caixa Econômica Federal feche contrato de R\$ 200 mil com entidade ligada ao Movimento dos Sem Terra para a realização de evento durante o 6º Congresso Nacional do MST.

O evento, há duas semanas, terminou em conflito com a Polícia Militar na Praça dos Três Poderes que deixou 32 feridos, sendo 30 policiais. Houve, ainda, uma tentativa de invasão do Supremo Tribunal Federal. Dinheiro do povo, do patrimônio dos trabalhadores, sendo desviado completamente de sua finalidade.

O Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois elas podem garantir que o governo haja de acordo com os interesses nacionais e não de acordo com os seus próprios interesses e prioridades políticas.

Sala da Sessão, de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2014

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013, que “*Define crimes de terrorismo e dá outras providências*”, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ –, além da tramitação constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Eduardo Braga**, Líder do Governo no Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2014

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013, que “*Define crimes de terrorismo e dá outras providências*”, seja apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE –, além da tramitação constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Eduardo Braga**, Líder do Governo no Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, incisos II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013, que “*define crimes de terrorismo e dá outras providências*”, seja encaminhado ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por estar no âmbito de sua competência.

Justificação

O projeto de lei em questão trata sobre a tipificação do crime de terrorismo, tratando-o como “Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação de liberdade da pessoa.”

Por ser uma definição aberta e que pode abarcar inclusive alguns movimentos sociais e manifestações populares, é essencial que o referido projeto tramite pela Comissão de Direitos Humanos.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2014

Requeiro, com fundamento no art. 255, inciso II, letra c, nº 12, e no art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013 – que define crime de terrorismo e dá outras providências – seja remetido para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Justificação

No início de 2013, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, instituiu uma comissão para tratar da consolidação da legislação federal. Essa comissão apresentou, como fruto de seu trabalho, dentre outros, o PLS 499/2013, que define o crime de terrorismo.

Por outro lado, a Comissão que elaborou proposta de novo código penal, após ouvida a Comissão de Juristas, ter realizado diversas audiências públicas e, tendo o consenso de todos os Partidos nela representados, apresentou uma definição para o que é crime de terrorismo, sua qualificação e seu apenamento, que vai de encontro ao proposto pelo PLS 499/2013.

Além disso, existem diversos projetos, sobre o mesmo tema, tramitando na Casa, como, por exemplo o PLS 508/2013, de autoria do Senador Armando Monteiro, e o PLS 404/2013, do Senador Lobão Filho.

Sendo assim, é de fundamental importância que a CCJ seja ouvida, com a finalidade de realizar a instrução final sobre esse importante tema nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2014

Requeremos, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e §5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 4 de abril de 2014, destinada a comemorar o cinquentenário do “Comício das Reformas” realizado pelo Presidente João Goulart na Central do Brasil – Rio de Janeiro.

Justificação

Em 13 de março de 1964 foi realizado pelo Presidente João Goulart na Praça da República, em frente à estação Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, aquele que ficou conhecido como o Comício das Reformas.

O Comício das Reformas foi realizado como forma de demonstrar o apoio popular às reformas de base – agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral – que o governo de Jango pretendia implementar no país.

Acompanhado por quase duzentas mil pessoas, o ato foi iniciado às 15 horas e contou com quinze oradores antes da chegada do presidente João Goulart.

Às 20 horas, Jango iniciou seu discurso de mais de uma hora, no qual anunciou as reformas que deveriam ser implementadas no país, bem como as medidas que acabara de tomar: a desapropriação das terras existentes num raio de 10km das rodovias federais, além das terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União; e a encampação de todas as refinarias particulares de petróleo, que passaram ao controle da Petrobrás.

Anunciou ainda que seriam realizadas a reforma eleitoral, a reforma universitária e a reforma bancária. Frisou que a desapropriação de terras anunciada não era ainda a reforma agrária, já que “reforma agrária feita com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária” e sim “negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário”.

Devido à importância do ato, bem como à atualidade das questões ali tratadas, solicitamos a realização desta Sessão Especial, para que possam ser lembradas as principais bandeiras de Jango e demonstrada a importância da realização das reformas de base naquele momento histórico.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

SENADOR ARMANDO MONTEIRO

SENADOR A. S. JALLES BRAGA

SENADOR RENAN CALHEIROS

SENADOR PEREIRA TABOAS

SENADOR EDUARDO SUPICÝ

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Encerrada a Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores.

Temos inscritos o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para fazer um destaque, abusando, inclusive, da generosidade de V. Ex^a.

No dia 28 de fevereiro, a Suframa, que é o órgão responsável pela gestão e administração da Zona Franca de Manaus, completará 47 anos de existência.

Quero aqui, portanto, registrar o trabalho, a dedicação dos funcionários, dos trabalhadores da Suframa, que, sem a sua eficiência, não teria sido possível, após 47 anos, resistir a tantos planos econômicos, a tantas dificuldades que o Brasil enfrentou como desafio nesses 47 anos.

Hoje, a Zona Franca de Manaus representa nada mais, nada menos do que 120 mil empregos diretos, mais de 500 mil empregos indiretos, e o povo do Amazonas e aquela região dependem desse modelo para a sua subsistência e sobrevivência com responsabilidade social, econômica e ambiental.

Deixo aqui registrado os nossos votos de felicitações à Suframa e os parabéns aos trabalhadores daquela importante instituição, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela Liderança do PSDB, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, depois, o Senador Jarbas Vasconcelos, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, só para observar que eu acabei de me inscrever também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, duas breves comunicações à Casa de iniciativas que tomei.

Em primeiro lugar, quero comunicar que recorri, hoje, tendo para isso número regimental de assinaturas, da decisão da Comissão de Constituição e Justiça que rejeitou a Proposta de Emenda Constitucional nº 33, da qual eu fui o primeiro signatário, que visa a desconsiderar a inimputabilidade dos maiores de 16 anos e menores de 18 anos, depois de transcorrido um processo judicial adequado perante a Vara da Infância e da Adolescência, no caso em que esses adolescentes tenham cometido crimes hediondos, crimes de excepcional gravidade e que, portanto, caberia à Justiça aplicar-lhes o Código Penal e, no caso de condenados, cumprirem pena num estabelecimento à parte, separados dos demais.

Em segundo lugar, também quero noticiar meu requerimento de informação a respeito de algo que me parece extremamente preocupante, que é o financiamento do BNDES, da Caixa Econômica Federal e agora da Petrobras a um movimento que redundou numa enorme pancadaria, no Distrito Federal, promovido pelo MST, uma autêntica arruaça que deixou 30 policiais militares feridos, alguns com gravidade e que, não obstante isso, receberam a benção da Presidência da República, que lhes concedeu, com todas as honras, uma audiência, no dia seguinte, a esta baderna promovida por este movimento estatizado, financiado por essas empresas estatais.

Sr. Presidente, o tema do meu pronunciamento hoje é o comentário a respeito não da Sessão Comemorativa do Plano Real, mas das consequências, das reações que essa sessão suscitou – durante essa memorável comemoração dos Vinte Anos do Plano Real, com a presença do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir da iniciativa do Senador Aécio Neves. No dia seguinte, houve uma série de pronunciamentos aqui no Senado e que continuaram ainda hoje. O primeiro pronunciamento foi o do meu querido amigo Senador Anibal Diniz, que fez um registro do acontecimento e na sua linha de conduta, observada nesta Casa, sem sectarismo, sem paixões, quando fez o reconhecimento da importância que teve o Plano Real e da figura do Presidente da República nessa construção coletiva e contínua da história recente brasileira.

Eu imaginava que esse fosse o tom adotado pelo PT, que, curiosamente, não mandou nenhum representante. Nenhum Parlamentar petista, nem da Câmara nem do Senado, esteve presente aqui nessa sessão, embora outros partidos, inclusive os da Base do Governo, foram representados aqui e muito de seus integrantes usaram da palavra durante a sessão.

Depois do discurso de Anibal Diniz, tenho a impressão de que veio uma ordem unida: vamos desancar o Plano Real e desancar o Presidente Fernando Henrique. Acho que foi isso, não tenho outra explicação possível, a não ser uma ordem de baixar o centralismo no PT com a ordem de desancar Fernando Henrique, desqualificar sua ação e sua passagem pela Presidência da República; falsificar, em uma história inventada, os acontecimentos recentes do País, a participação de Fernando Henrique e do PT nesses acontecimentos recentes que levaram à construção do Plano Real, sua consolidação e a estabilidade de nossa economia – aliás, ameaçada hoje pela gestão temerária do PT, especialmente no que diz respeito à transparência das contas públicas.

Mas talvez não tenha sido ordem unida, Presidente. É que existe alguma coisa à flor da pele. Eu tenho para mim que o Presidente Fernando Henrique tira o PT do sério. Olha, ele não é candidato. Ele exerce exemplarmente a sua função tutelar de ex-Presidente da República. Mas a figura dele tira o PT do sério.

O que houve aqui não foi uma sequência de discursos, foi um festival de faniquitos.

Será que existe alguma mágoa, algum ressentimento pelo fato de o Presidente Fernando Henrique ter derrotado duas vezes o Presidente Lula, e no primeiro turno? Não creio, porque o próprio Presidente Lula tem, em relação ao Presidente Fernando Henrique, uma relação de extrema cordialidade. Têm lá as suas rusgas, as suas diferenças. De vez em quando, um chispa para cá, outro chispa para lá, mas se respeitam. Há longa relação, desde os tempos ainda das greves de São Bernardo.

A Presidente Dilma, eu não creio. Eu acho que a Presidente Dilma também tem gestos de deferência, de civilidade, embora, ultimamente, um pouco nervosa pela possibilidade das eleições, cisme em chamar os seus opositores de caras de pau e pessimistas. Mas, ao que eu saiba, o Presidente Fernando Henrique tem sido poupado desses apodos. Acho que é remorso, remorso talvez por não ter colaborado com o Plano Real.

Eu ouvi uma explicação agora há pouco da recusa do PT em sequer discutir com o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso as linhas gerais do que viria a ser o Plano Real pelo fato de que a oposição tem que ter evidentemente a sua reserva, o seu resguardo, reservar o seu juízo crítico. É claro. Mas o que impede o diálogo? O que impede a colaboração?

Meus caros colegas, eu me lembro – eu ainda era Deputado Federal – quando o Presidente Lula assumiu. Já na transição, aliás, na votação do Orçamento do primeiro ano da gestão do Presidente Lula, nós tínhamos maioria no Congresso Nacional e, no entanto, a orientação do Presidente Fernando Henrique foi de que todos nós deveríamos nos alinhar à orientação daquele que representava já o Governo eleito na Comissão de Orçamento, que era o Deputado Bittar, do PT do Rio de Janeiro. E assim foi feito.

O Presidente Lula chega, instala-se na Presidência da República, tendo, felizmente, esquecido aquela pregação que desencadeou, inclusive, um pânico quando a sua vitória se vislumbrava no horizonte – a ideia de plebiscito da dívida externa e coisas assim –, o Presidente Lula chega ao Governo e, pragmaticamente, resolve dar continuidade à reforma da Previdência. Depois, o Presidente Lula nos procurou, a nós Parlamentares do PSDB. Tivemos uma reunião com o Presidente Lula, na casa do Presidente da Câmara, o Deputado João Paulo Cunha, em torno do nosso Líder Jutahy Magalhães, e ali, ouvindo as explicações do Presidente Lula, tendo ele inclusive revelado a nós as dificuldades que encontrava junto a setores do seu Partido, recebeu do PSDB o total apoio para a continuidade do processo de reforma da Previdência.

Eu estou lembrando esse episódio, meus caros colegas, não porque queira ficar aqui fazendo arqueologia da história, é porque eu acho que esse tipo de atitude é de alguma forma emblemática e paradigmática.

Um partido que se recusa a dialogar com outro, porque tem expectativa de que o outro possa apresentar um candidato, o PT; e outro partido, com outro temperamento político – e eu tenho certeza de que não é apenas do PSDB, mas do Democratas e de outros partidos, de outras correntes políticas brasileiras –, que se dispõe a dialogar e a conversar sobre o nosso País, sobre os seus problemas, sem a preocupação de puxar a brasa para as nossas respectivas sardinhas. Um partido que coloca o seu projeto de poder, o seu projeto partidário acima dos interesses nacionais; e outro, consciente das suas limitações, consciente de que uma andorinha não faz verão, consciente de que é preciso formar maiorias em torno de projetos e propostas amadurecidas, discutidas e que se dispõe a dialogar.

Essa mesma atitude do PT, infelizmente, contamina e se exacerba, hoje, neste ocaso do mandato da Presidente Dilma, em que ela se aproxima da hora da verdade, a hora da reeleição.

Quiseram fazer aqui uma defesa *post mortem* do Presidente Itamar Franco, como se o Presidente Itamar Franco tivesse sido agredido por nós. O Presidente Itamar foi agredido pelo PT. O PT expulsou a Deputada Luiza Erundina das suas fileiras porque ela aceitou integrar o Governo Itamar Franco naquele momento dramático, traumático, em que o Brasil vivia um processo de muita incerteza institucional a partir do *impeachment* do Presidente Collor.

O PT expulsou Luiza Erundina. Não queria conversa com Itamar Franco. Votou contra o Plano Real, votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, votou contra o Fundef. votou contra o Fundef!

Felizmente, a história não parou ali. Felizmente, a história caminhou. Felizmente, o Presidente Lula teve o bom senso de guardar os fundamentos da estabilidade da economia. Felizmente o Fundef se estabeleceu, gerou frutos e demos um passo adiante com o Fundeb. Felizmente, a responsabilidade fiscal é algo que está hoje perfeitamente ancorado na consciência dos brasileiros, dos gestores brasileiros e mesmo dos cidadãos brasileiros.

A história não está congelada no passado. Mas, se estivesse... Ah, meu Deus!

O fato, Sr. Presidente, é que essas reações mostram um tipo de temperamento e de cultura política salvacionista. O Brasil vivia na pasmaceira, o Brasil estava parado, o Brasil estava à margem da história, e, de repente, chega o PT para resgatá-lo. Tudo começa a partir daí.

Srs. Senadores, mesmo algo que nós valorizamos imensamente, assim como o PT, que é a luta pela redução das grandes desigualdades nacionais, sociais do nosso País, não começa com o PT, muito menos com o PSDB.

O grande marco do Brasil novo, mas novo mesmo, em termos de liberdade, em termos de estruturas políticas, em termos, inclusive, dos fundamentos de políticas sociais foi a Assembleia Nacional Constituinte, é a Constituição de 88, que, aliás, o PT se recusou a assinar. Ali é que está o salário mínimo unificado nacionalmente. Ali é que está o salário mínimo para o trabalhador rural que não teve condições de contribuir para a sua aposentadoria. Ali é que está o delineamento do Sistema Único de Saúde.

Não. A história não começou nem com os senhores nem conosco. Essa é uma construção do povo brasileiro. O Brasil hoje – Fernando Henrique tem razão – está melhor do que antes. Eu sei, todos nós sabemos que está melhor do que antes em todos os planos. Agora nós queremos avançar, queremos mais, queremos corrigir o que está errado. E um partido que nega a história, que se nega a aprender com as lições da história, como se a história não existisse, é um partido que não olha para os seus próprios erros, não olha para as próprias deficiências da sua gestão, que estão à vista de todos. Não adianta – como fez recentemente uma ilustre Senadora do PT – querer mover uma moção contra o Banco Central norte-americano ou o Ministro das Comunicações dizer que os empresários fazem beicinho e que precisam ser objeto de um tratamento psicológico. Não! Os fatos estão aí, gerando preocupação, inquietude, desconfiança, e gerando também esperança de mudar.

Tenho para mim que o partido que reage dessa forma à sua própria história e à história do Brasil não tem condições de aprender, não tem condições de avançar, de se livrar da má herança que ele mesmo criou.

Por isso nós queremos mudar.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – Sr. Presidente. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me concederia um aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu ficaria fascinado por debater com V. Ex^a, mas o Regimento não me permite, uma vez que estou usando a palavra pela Liderança.

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – Sr. Presidente.) – Pensei que fosse como orador inscrito. Perdão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Lamento, mas não faltará oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ontem presenciei a sessão solene em comemoração aos 20 anos do Plano Real. Assisti parte do discurso de Fernando Henrique Cardoso, queria deixar registrado a minha admiração pelo ex-Presidente da República. E, dizer da experiência exitosa que foi o Plano Real, que completa agora 20 anos.

Não foi apenas um Plano de combate à inflação. Os mais velhos sabem o que era o processo inflacionário, que incomodava a classe média, que incomodava os assalariados, os pobres. A inflação degradava o salário mínimo, o salário que era pago ao trabalhador.

Trocou-se a moeda e foi importante criar o Real para que o País pudesse dizer, de fato, que tinha uma moeda.

Eu era Prefeito da Cidade de Recife no início da década de 90, em 94, quando o Plano foi implantado. Como Prefeito, eu procurei ajudar esse processo. Ao contrário do Partido dos Trabalhadores que protestou contra o Plano Real e que tem a coragem de dizer que foi o Partido dos Trabalhadores que deu sustentabilidade, que deu consequência ao Real.

Eu realmente fico pasmo com tamanho cinismo, porquanto o PT votou contra o Plano Real que ficou pendurado por uma medida provisória aqui por muitos e muitos anos, pois o PT não votava e ainda ameaçava ir à justiça. Votou contra a Constituição, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi o principal suporte legal para que o Plano Real se sustentasse, desse certo como deu, acabando com o processo inflacionário no Brasil.

Um Partido que votou contra tudo isso não pode chegar aqui e querer fazer o povo, a mídia, de bobos da corte. Esse processo não é de conhecimento somente dos mais velhos. Os mais jovens, hoje, têm acesso a todas as comunicações e podem acompanhar.

Mas o que também me traz à tribuna, Sr. Presidente, eu não poderia deixar escapar, de forma alguma, é o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*. O principal editorial de hoje tem o seguinte título: “Ela fala pelo Brasil.”

Mas antes disso gostaria de relembrar um fato e reforçar minha admiração por Fernando Henrique Cardoso.

De certa feita, eu, Governador do Estado, estava almoçando num restaurante do grande Recife, a televisão estava ligada, quando uma pessoa veio até a minha mesa, abraçou-me e me deu parabéns pelo pronunciamento que Fernando Henrique Cardoso estava fazendo na Alemanha, mostrou os braços dizendo que estava toda arrepiada porque o presidente estava falando em inglês, ele estava explicando a situação do Brasil. Essa pessoa, de classe média, estava empolgada – não tinha votado nele, havia votado em branco –, mas estava entusiasmada e admirada pelo fato de o Brasil ter um Presidente da República que, quando falava em português, francês ou inglês, deixava-os todos felizes.

Aquela imagem ficou na minha cabeça. Depois, ainda como Governador e, agora, como Senador da República, pude acompanhar as falas de Lula e de Dilma no exterior.

Lula fez um governo populista e usava uma linguagem bastante popular. De vez em quando, submetia todos nós a vexames, mas algo admissível.

A Dilma, confesso aos senhores, quando vai falar, eu abaixo o volume da televisão. Não é por nada, eu fico torcendo para que ela não se atrole, para que ela conclua o que vai dizer. Eu fico torcendo, juro por Deus a vocês, para que ela diga coisa com coisa.

O editorial de hoje do *O Estado de S. Paulo*, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é sobre o discurso de Dilma na Europa. Ela Foi visitar os líderes da União Europeia. O título é:

“Ela fala pelo Brasil.”

Eu queria que os senhores prestassem a atenção, eu vou ler o editorial de hoje de um dos principais jornais do Brasil:

“Até mesmo o lusófono presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso – que é de Portugal e preside a União Europeia –, deve ter tido sérias dificuldades para entender os dois discursos da presidente Dilma Rousseff proferidos em Bruxelas – Bruxelas é a sede, que tem o Parlamento inclusive europeu – a propósito da cúpula União Europeia (EU)-Brasil. Não porque contivessem algum pensamento profundo ou recorressem a termos técnicos, mas, sim, porque estavam repletos de frases inacabadas, períodos incompreensíveis e ideias sem sentido.

Ao falar de improviso para plateias qualificadas, compostas por dirigentes e empresários europeus e brasileiros, Dilma mostrou mais uma vez todo o seu despreparo.

Não sou eu, Senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco, quem diz, é o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* que diz que quando Dilma fala de improviso mostra todo o seu despreparo.

Fosse ela uma funcionária de escalão inferior, teria levado um pito de sua chefia por expor o País ao ridículo, mas o estrago seria pequeno; como ela é a presidente, no entanto, o constrangimento é institucional, pois Dilma é a representante de todos os brasileiros – e não apenas daqueles que a bajulam e temem adverti-la sobre sua limitadíssima oratória.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Queria um pouco da tolerância de V. Ex^a.

Logo na abertura do discurso na sede do Conselho da União Europeia, Dilma disse que o Brasil tem interesse na pronta recuperação da economia europeia, “haja vista a diversidade e a densidade dos laços comerciais e de investimentos que existem entre os dois países” – reduzindo a UE à categoria de “país”. Em seguida, para defender a Zona Franca de Manaus, contestada pela UE, Dilma caprichou: “A Zona Franca de Manaus, ela está numa região, ela é o centro dela (...) porque é a capital da Amazônia (...). Portanto, ela tem um objetivo, ela evita o desmatamento, que é altamente lucrativo – derrubar árvores plantadas pela natureza é altamente lucrativo (...)”. Assim, graças a Dilma, os europeus ficaram sabendo que Manaus é a capital da Amazônia, que a Zona Franca está lá para impedir o desmatamento e que as árvores são “plantadas pela natureza”.

Dilma continuou a falar da Amazônia e a cometer desatinos gramaticais e atentados à lógica. “Eu quero destacar que, além de ser a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, mas, além disso, ali tem o maior volume de água doce do planeta, e também é uma região extremamente atrativa do ponto de vista mineral. Por isso, preservá-la, implica, necessariamente, isso que o governo brasileiro gasta ali. O governo brasileiro gasta um recurso bastante significativo ali, seja porque olhamos a importância do que

tiramos na Rio+20 de que era possível crescer, incluir, conservar e proteger.” É possível imaginar, diante de tal amontoado de palavras desconexas, a aflição dos profissionais responsáveis pela tradução simultânea. Ao falar da importância da relação do Brasil com a [...] [União Europeia], Dilma disse que “nós vemos como estratégica essa relação, até por isso fizemos a parceria estratégica”. Em entrevista coletiva no mesmo evento, a presidente declarou que queria abordar os impasses para um acordo do Mercosul com a [...] [União Europeia] “de uma forma mais filosófica” – e, numa frase que faria Kant chorar, disse [abro aspas]: “Eu tenho certeza que nós começamos desde 2000 a buscar essa possibilidade de apresentarmos as propostas e fazermos um acordo comercial”.

Depois, em discurso a empresários, Dilma divagou, como se grande pensadora fosse, misturando Monet e Montesquieu – isto é, alhos e bugalhos. “Os homens não são virtuosos, ou seja, nós não podemos exigir da humanidade a virtude, porque ela não é virtuosa, mas alguns homens e algumas mulheres são e é por isso que as instituições têm que ser virtuosas. Se os homens e as mulheres são falhos, as instituições, nós temos que construí-las da melhor maneira possível, transformando... aliás isso é de um outro europeu, Montesquieu. É de um outro europeu muito importante, junto com Monet.”

E vem o trecho final:

Há muito mais – tanto que este espaço não comporta. Movida pela arrogância dos que acreditam ter mais a ensinar do que a aprender, Dilma foi a Bruxelas disposta a dar as lições de moral típicas de seu padrinho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) –

Acreditando ser uma [...] [estratégia] congênita, a presidente julgou desnecessário preparar-se melhor para representar de fato os interesses do Brasil e falou como se estivesse diante de estudantes primários – um [verdadeiro] vexame para o País”.

Sr. Presidente, não é porque sou oposição que isso me inquieta. Eu fico incomodado quando a Dilma vai falar aqui no Brasil,...

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – e ainda mais quando discursa em outros países. É realmente uma dificuldade enorme que ela tem de se expressar, porque ela imagina que entende de economia, não entende de economia coisa nenhuma. Acha que entende do contexto internacional, dessa dificuldade que a gente passa, e vai ao exterior tentar ensinar, como tentou ensinar à Chanceler alemã o que deveria ser feito para a Europa sair da crise.

Era esse, Sr. Presidente, o registro que eu queria fazer. Quero agradecer a sua tolerância, e dizer aos companheiros petistas, sobretudo àqueles com quem eu mantenho uma boa relação, que não venho aqui no sentimento anti-PT, mas é porque eu acho muito estranho o PT querer combater o Plano Real...

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – ... depois de ter votado contra ele e contra leis que lhe dariam sustentação, e ainda dizer que os governos de Lula e o governo de Dilma salvaram o Plano Real. Não é verdade! E isso não pode ficar registrado numa Casa como o Senado da República, mesmo esta Casa acanhada como se encontra. Além disso, trouxe a opinião do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre as dificuldades que a Presidente Dilma tem de juntar coisa com coisa em seus pronunciamentos. Esse despreparo da presidente poderia ser tolerado aqui no Brasil, se tratando de política interna, de andanças eleitorais por aqui, mas representar o Brasil, lá fora, desta maneira, é realmente um vexame.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Ela fala pelo Brasil, *O Estado S. Paulo*.

ELA FALA PELO BRASIL

Até mesmo o lusófono presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, deve ter tido sérias dificuldades para entender os dois discursos da presidente Dilma Rousseff proferidos em Bruxelas a propósito da cúpula União Europeia (UE)-Brasil. Não porque contivessem algum pensamento profundo ou recorressem a termos técnicos, mas, sim, porque estavam repletos de frases inacabadas, períodos incompreensíveis e ideias sem sentido.

Ao falar de improviso para plateias qualificadas, compostas por dirigentes e empresários europeus e brasileiros, Dilma mostrou mais uma vez todo o seu despreparo. Fosse ela uma funcionária de escalão inferior, teria levado um pito de sua chefia por expor o País ao ridículo, mas o estrago seria pequeno; como ela é a presidente, no entanto, o constrangimento é institucional, pois Dilma é a representante de todos os brasileiros - e não apenas daqueles que a bajulam e temem adverti-la sobre sua limitadíssima oratória.

Logo na abertura do discurso na sede do Conselho da União Europeia, Dilma disse que o Brasil tem interesse na pronta recuperação da economia europeia, "haja vista a diversidade e a densidade dos laços comerciais e de investimentos que existem entre os dois países" - reduzindo a UE à categoria de "país".

Em seguida, para defender a Zona Franca de Manaus, contestada pela UE, Dilma caprichou: "A Zona Franca de Manaus, ela está numa região, ela é o centro dela (da Floresta Amazônica) porque é a capital da Amazônia (...). Portanto, ela tem um objetivo, ela evita o desmatamento, que é altamente lucrativo - derrubar árvores plantadas pela natureza é altamente lucrativo (...)". Assim, graças a Dilma, os europeus ficaram sabendo que Manaus é a capital da Amazônia, que a Zona Franca está lá para impedir o desmatamento e que as árvores são "plantadas pela natureza".

Dilma continuou a falar da Amazônia e a cometer desatinos gramaticais e atentados à lógica. "Eu quero destacar que, além de ser a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, mas, além disso, ali tem o maior volume de água doce do planeta, e também é uma região extremamente atrativa do ponto de vista mineral. Por isso, preservá-la implica, necessariamente, isso que o governo brasileiro gasta ali. O governo brasileiro gasta um recurso bastante significativo ali, seja porque olhamos a importância do que tiramos na Rio+20 de que era possível crescer, incluir, conservar e proteger." É possível imaginar, diante de tal amontoado de palavras desconexas, a aflição dos profissionais responsáveis pela tradução simultânea.

Ao falar da importância da relação do Brasil com a UE, Dilma disse que "nós vemos como estratégica essa relação, até por isso fizemos a parceria estratégica". Em entrevista coletiva no mesmo evento, a presidente declarou que queria abordar os impasses para um acordo do Mercosul com a UE "de uma forma mais filosófica" - e, numa frase que faria Kant chorar, disse: "Eu tenho certeza que nós começamos desde 2000 a buscar essa possibilidade de apresentarmos as propostas e fazermos um acordo comercial".

Depois, em discurso a empresários, Dilma divagou, como se grande pensadora fosse, misturando Monet e Montesquieu - isto é, alhos e bugalhos. "Os homens não são virtuosos, ou seja, nós não podemos exigir da humanidade a virtude, porque ela não é virtuosa, mas alguns homens e algumas mulheres são, e por isso que as instituições têm que ser virtuosas. Se os homens e as mulheres são falhos, as instituições, nós temos que construí-las da melhor maneira possível, transformando... aliás isso é de um outro europeu, Montesquieu. É de um outro europeu muito importante, junto com Monet."

Há muito mais - tanto, que este espaço não comporta. Movida pela arrogância dos que acreditam ter mais a ensinar do que a aprender, Dilma foi a Bruxelas disposta a dar as lições de moral típicas de seu padrinho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditando ser uma estadista congênita, a presidente julgou desnecessário preparar-se melhor para representar de fato os interesses do Brasil e falou como se estivesse diante de estudantes primários - um vexame para o País.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – O próximo orador é o ilustre Senador José Pimentel. V. Exª tem vinte minutos na forma regimental.

Mas antes de mais nada, se o senhor me permite, eu gostaria de ler aqui o requerimento que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 138, de 2014**, do Senador Ciro Nogueira, que solicita, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, a fim de integrar a delegação brasileira como representante do Senado Federal na 130ª Assembleia da União Interparlamentar, por indicação do Presidente do Senado Federal, no período de 15 a 20 de março do corrente, em Genebra, Suíça.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Com a palavra o ilustre Senador, Ministro, Deputado, homem competente, José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Jayme Campos, Sras e Srs. Senadores, nós temos assistido, nos últimos dias e, particularmente, na sessão solene de ontem neste plenário, a um debate sobre os últimos 20 anos de governo e do Plano Real.

É bom lembrar que, nesses 20 anos de governo e de Plano Real, nós tivemos oito anos de gestão do PSDB e tivemos quase 12 anos, 11 anos e pouco, de gestão do Partido dos Trabalhadores, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores não veio a plenário na hora da sessão solene porque, durante esses últimos 11 anos e poucos meses, nós tivemos dois presidentes do nosso Partido – o Presidente Lula, por oito anos, e a Presidenta Dilma no exercício dos seus primeiros quatro anos –, e nenhum deles foi convidado. Portanto, eu entendo que é um desrespeito ao Estado nacional fazer uma sessão solene para discutir os últimos 20 anos da nossa economia e chamar apenas um presidente e não os demais.

Ao contrário disso, o Partido dos Trabalhadores tem o respeito por todos aqueles que foram presidentes do Brasil. Nós, quando fomos, a Presidência da República, a Presidenta Dilma quando foi à África do Sul participar do sepultamento de um dos grandes presidentes dos séculos XX e XXI, Nelson Mandela, teve o cuidado de convidar os quatro presidentes vivos do Brasil: convidou o Presidente José Sarney, convidou o Presidente Collor de Mello, convidou o Presidente Fernando Henrique Cardoso e convidou Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Apenas uma rápida interrupção. Creio que V. Ex^a está obturando o dente errado, porque quem convida é o Presidente do Senado. A cerimônia de ontem não foi uma cerimônia do PSDB, foi uma sessão solene do Congresso Nacional, objeto de um requerimento do Senador Aécio Neves, votado pelo Plenário, e quem convida é o Presidente da Casa. Eu mesmo não fui convidado, eu vim aqui porque eu sou um Senador. Não houve convites, as pessoas vieram. Quem convida para uma sessão no Congresso Nacional é o Presidente do Congresso Nacional, no caso, o Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu não estou dizendo que cabe a A, B ou C. O que eu estou registrando é que, durante os últimos 20 anos, o PSDB administrou por 8 anos, e o Partido dos Trabalhadores está indo para 12 anos. Estou aqui registrando que, para a sessão solene para tratar dessa matéria, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou também por 8 anos, não foi convidado, e a Presidenta Dilma, que está completando seus 4 anos, também não foi convidada. É isso que estou registrando, e é por isso que a nossa Bancada fez questão de não vir aqui. Não estou atribuindo isso aos autores do requerimento, estou dizendo que nós não fomos convidados.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quem convida é o Presidente Renan Calheiros, não é o PSDB, vamos deixar claro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas é porque V. Ex^a, nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, cobrou a presença do PT aqui. Estou simplesmente registrando...

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu teria tido um enorme prazer em tê-los aqui, enorme prazer, como sempre tenho em conviver com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro, da mesma forma.

Portanto, estou registrando o motivo. E me causa muita estranheza que, quando vão ser discutidos os últimos 20 anos de uma política socioeconômica que levou o Brasil para um patamar muito melhor do que o que tínhamos nos anos 80 e no início dos anos 90... Isso é inegável e não é fruto de apenas um governo ou de um partido, mas de um conjunto de governos que conduziram o processo nacional durante esse período.

Por exemplo, nós sabemos que, na política econômica, o governo do PSDB se dividiu em dois grandes períodos.

No primeiro período, era o câmbio fixo, um real para um dólar. A paridade trouxe gravíssimos problemas para todos os países que aplicaram essa política cambial.

Após a falência do Brasil em 1998, quando tivemos de ir ao Fundo Monetário Internacional porque não fechamos as contas, aí sim, no segundo governo, corrigiu-se esse processo para o câmbio flutuante, que mantemos até hoje por entender que é uma das melhores políticas de câmbio – o câmbio flutuante se ajusta à realidade de mercado. Esperamos que ele se estabilize em torno de R\$2,40 ou R\$2,50 para que a nossa indústria

seja competitiva, porque a paridade de um dólar para um real era inviável. Todos os países que implementaram esse tipo de política tiveram suas economias quebradas.

Quero também registrar que, nos anos de 1998, 2001 e 2002, o Brasil foi obrigado a ir ao Fundo Monetário Internacional porque não conseguia fechar as suas contas.

Em 2003, nós herdamos uma dívida de US\$20 bilhões para com o Fundo Monetário Internacional. Hoje, o Brasil não deve um centavo ao Fundo Monetário Internacional. Liquidamos também a dívida com o Clube de Paris, ainda dos anos 80. E somos credores em torno de US\$15 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional. Essa política nos levou a que nós livrássemos das imposições do FMI. Desde 2005, aquela secretária do FMI, que descia aqui todo mês para fiscalizar as nossas contas públicas, felizmente, deixou de vir, porque o Brasil, com os trabalhadores, com os empresários, com o Pacto Federativo, com a contribuição dos Municípios, dos 27 governadores e do Governo Federal, liquidou e saiu daquele vexame que tínhamos com o Fundo Monetário Internacional.

Em janeiro de 2003, nós herdamos a reserva internacional de US\$38 bilhões. Dos US\$38 bilhões, US\$20 bilhões eram empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Portanto, a nossa reserva líquida era de US\$18 bilhões. Hoje, nós temos uma reserva internacional de US\$376 bilhões, que permite liquidar toda a dívida externa brasileira, os avales que a União prestou, e ainda sobra um bom saldo, algo em torno de 20% desse montante.

É por isso que o Brasil hoje pode falar em dívida pública líquida, porque ele tem reserva, ele tem outras riquezas com que, em 2003, nós não podíamos contar. É verdade que a dívida pública em 2003 era basicamente a dívida líquida, porque nós não tínhamos reservas internacionais. É por isso que hoje o Brasil pode falar em dívida líquida, ao contrário daqueles que chamam de economia criativa ou de mecanismo criativo de apresentação das nossas contas. Isso é possível fazer, porque nós temos uma reserva significativa.

E a nossa dívida, em 2003, era 60,4% do Produto Interno Bruto. Essa dívida hoje – a internacional – temos como liquidar. E a interna é de 33,8% do Produto Interno Bruto.

Evidentemente, isso não é resultado apenas de um governo, mas de um conjunto de ações que foram acertando as contas públicas e da responsabilidade dos Governos Federais, com o Pacto Federativo, para que pudéssemos chegar a esse resultado.

É evidente que aqueles que não querem fazer esse debate, ao chamar uma sessão solene, não trazem um grupo político, o Partido dos Trabalhadores, que, nos últimos 11 anos e 3 meses, governa o Brasil e é um dos grandes construtores desse saldo e desse resultado.

Se nós formos para o mundo do emprego, a grande luta do movimento sindical era pela estabilidade – e eu sou uma pessoa que, nos anos 80, nos anos 90, assisti a essa luta –, porque nós não sabíamos se no dia seguinte teríamos um emprego; o mercado era restritivo e não tínhamos onde desempenhar as nossas atividades.

O Estado Nacional teve de implantar uma política de demissão de servidores públicos, porque não tinha mais como pagar e equilibrar as suas finanças. Hoje, o Brasil vive um clima de pleno emprego; é um País que gera emprego suficiente para empregar a sua população. Essa taxa de desemprego está na casa de 5% a 5,5%, quando todos os analistas declaram que é o mundo do pleno emprego.

Se compararmos com 2003, nós temos hoje um saldo de 17,8 milhões de empregos, empregos de verdade, com carteira assinada, que foram gerados a partir de 2003, tendo a micro e a pequena empresa como principal instrumento de geração de emprego. Se nós voltarmos a 2003, nós tínhamos um pouco mais de 1 milhão de micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Com a Lei Geral, aprovada no final do segundo governo Lula, em 2006, e os ajustes feitos de lá para cá, por este Congresso Nacional, nós hoje temos 8,4 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil. E é este setor que é responsável em grande parte pela chamada nova classe média, que já são 42 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social, vindo para a nova classe média, e que, numa primeira fase, demandou muito consumo e agora está à procura de conhecimento.

Quando você analisa, quando você identifica aqueles que se inscrevem no Enem, aqueles que procuram as universidades, são filhos e filhas dessa nova classe média que ascendeu na pirâmide social a partir de 2006, fruto de uma política de geração de trabalho, formalização do emprego, aumento da micro e pequena empresa, e, particularmente, da criação de um grande mercado nacional.

Nós também precisamos ter clareza de que, nesse processo de políticas sociais, de políticas públicas, já tivemos 36 milhões de pessoas saindo da miséria, vindo para condições mais dignas, e que precisam continuar se desenvolvendo, continuar crescendo, para ter uma porta de saída do Bolsa Família. E o Pronatec é um grande instrumento para contribuir com essas famílias para deixarem o Bolsa Família tão logo adquiram uma nova profissão, se qualifiquem e assumam os empregos que o Brasil está oferecendo.

Estamos qualificando 8 milhões de pessoas numa forte parceria com o Sistema S, com as universidades, com a iniciativa privada, com os Institutos Federais de Educação, para que possamos ter trabalhadores quali-

ficados para assumirem os bons empregos que o Brasil está gerando. Muitas vezes, a empresa pede mão de obra para atender às suas demandas. Embora haja um conjunto de homens e mulheres procurando emprego, eles não podem assumir esse emprego porque não têm qualificação. O Pronatec vem para isso.

Eu estive observando que, nos anos 80 e nos anos 90, o Brasil não abriu uma única sala de escola técnica federal. Muito pelo contrário, esvaziou as que existiam. No governo do Partido dos Trabalhadores, no primeiro e no segundo governo Lula, nós construímos e entregamos 280 Institutos Federais de Educação e, no Governo da Presidenta Dilma, estamos fazendo mais 220 Institutos Federais de Educação como forma de permitir que, em toda cidade do Brasil com mais de 50 mil habitantes, haja um Instituto Federal de Educação. É isso que nós estamos aprovando no Plano Nacional de Educação. É isso que nós estamos fazendo para que o Brasil, efetivamente, possa gerar emprego, possa ter desenvolvimento econômico e possa crescer.

Este País, nos anos 80 e nos anos 90, não fazia concurso público para admitir professores universitários. Em 2003, a Universidade Federal do Ceará, da qual eu tive o privilégio de ser aluno, ser advogado e bacharel em Direito na época, não conseguia pagar as contas de água, luz e telefone, tampouco recuperar os seus prédios, porque não tinha dinheiro para ali investir. Essa realidade era presente nas outras universidades. Hoje, nós já temos mais de 50 mil professores concursados e admitidos nesses 11 anos e 3 meses do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, à frente da Presidência da República. E nós temos um processo de incorporação e de inclusão das nossas crianças, dos nossos meninos, das nossas meninas nas universidades brasileiras.

Lembro muito bem que, desde 1965, as universidades particulares tinham a faculdade de pagar impostos ou de oferecer o montante em impostos em serviços. A partir de 2004, nós transformamos essa parte dos impostos em vagas nas universidades particulares, que é o ProUni.

Temos, hoje, 1,2 milhão de meninos, filhos de lavadeira, de pescador artesanal, de dona de casa, de assentado da agricultura familiar frequentando as universidades porque tivemos a coragem de enfrentar esse debate e aprovar o ProUni.

Lembro muito bem que aqueles que governaram durante os oito anos, na primeira fase dos últimos vinte anos, foram ao Supremo Tribunal Federal para declarar o ProUni inconstitucional. Felizmente, o Supremo Tribunal Federal declarou que era correto ter uma política diferenciada para esse setor. Já temos centenas de dezenas de jovens formados e exercendo a sua atividade. Aqueles que falam tanto do Partido dos Trabalhadores, lamentavelmente, nos seus governos, não tiveram o cuidado de olhar para os mais pobres, de permitir que esses meninos e essas meninas pudessem chegar às universidades.

Isso não é resultado apenas de um partido, mas de uma ação conjugada com a aprovação no Congresso Nacional para que se torne realidade. Mas é preciso que, nesses vinte anos, ao fazer esse debate, essas questões também apareçam. Talvez tenha sido por isso que não quiseram convidar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez tudo isso, e foi governo por oito anos, tampouco a Presidenta da República para estar presente na avaliação dos últimos vinte anos da economia brasileira.

Quero, também, registrar que, quando chegamos em 2003, o investimento público era de 2,6% do Produto Interno Bruto. Estamos investindo hoje 4,4% do mesmo Produto Interno Bruto, mas precisamos aumentar muito para construir a infraestrutura de que o Brasil precisa, e é isso o que estamos fazendo com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Sabemos que já fizemos um pouco, precisamos fazer muito mais.

É por isso que, nesse primeiro Governo da Presidenta Dilma, o nosso grande olhar foi no sentido de mudar os marcos regulatórios. Iniciamos pelo Código Florestal, por ter clareza de que o Brasil vai-se transformar no maior produtor de grãos do Planeta. Já somos o segundo, devemos isso ao agronegócio, à agricultura familiar, às várias formas de produção agrícola que o Brasil tem, mas precisamos, também, ter uma política de preservação ambiental. E é por isso que passamos aqui, dois anos, discutindo e construindo um novo marco do Código Florestal para permitir isso.

É um texto que não é da vontade desde ou daquele agrupamento, é um texto mediado. O Congresso Nacional fez essa mediação.

Se nós partimos para a questão da infraestrutura, veremos que tínhamos uma verdadeira dificuldade na política de portos, dificultando a exportação, dificultando o escoamento da produção. Nós tivemos a preocupação, em 2010 e 2012, durante dois anos, de discutir o novo marco regulatório dos portos brasileiros. Terminamos de aprová-lo e, agora, estamos fazendo a sua implantação, a sua estruturação. Precisávamos adequar o nosso marco legal às PPPs (Parcerias Público-Privadas). Precisávamos adequar uma série de outras legislações para que a infraestrutura brasileira possa, efetivamente, dar conta da sua demanda. É isso o que está sendo feito nesses vinte anos.

Aqueles que resolveram convidar apenas uma pequena parcela para vir fazer esse debate queriam, exatamente, fugir dessa discussão em que se diz, efetivamente, o que está sendo feito pelo Brasil.

Por isso, queria registrar que aqueles que cobravam a presença, nesta tribuna, do Partido dos Trabalhadores, dos nossos gestores, deveriam, primeiro, dizer por que não chamaram os gestores do Partido dos Trabalhadores, não de apenas oito anos, mas de onze anos e três meses, indo para os doze anos, ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nossa Presidenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Em votação, o **Requerimento nº 134, de 2014**, do Senador Cícero Lucena, que requer licença dos trabalhos da Casa para participar da 7ª Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Parlamentar Euro-latino-americana, a realizar-se em Atenas, na Grécia, no período de 27 a 29 de março, de 2014, conforme indicação da Presidência do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Convido, para fazer uso da palavra, em nome da minoria, o ilustre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, ilustríssimo Senador Jayme Campos, complexo de comunicação do Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, ao comemarmos 20 anos do lançamento do Plano Real, o melhor presente que se poderia dar ao País seria ter da Presidente Dilma e de seu mentor, o ex-Presidente Lula, o reconhecimento de que o Plano Real foi o marco indiscutível da modernidade econômica do Brasil.

Talvez agora, num momento delicado para a economia, com recessão técnica apontada pelo Banco Central, o atual Governo tenha a humildade de reconhecer como foi importante receber, como herança do governo Fernando Henrique Cardoso, um país preparado para um futuro promissor.

O Plano Real mostrou para os brasileiros e para o mundo que era preciso e possível vencer a ferocidade da inflação com medidas sérias e comprometidas com a austeridade e o equilíbrio fiscal.

Hoje o Plano Real revela-se como um modelo que serve de inspiração para qualquer país desejoso de encontrar os caminhos para a estabilidade econômica sustentável e duradoura.

Neste instante do Governo Dilma, em que a Presidente mostra dificuldades em manter o controle sobre os destinos do Brasil e nítida incapacidade para conduzir a economia, há duas perguntas que precisam ser feitas: por que o Plano Real deu certo ao contrário dos planos anteriores? E por que a estabilidade econômica tem corrido tantos riscos com as manobras do Governo Dilma, que se iniciaram ainda no governo Lula?

O Plano Real não teria sido o sucesso que foi – e ainda consegue ser – caso tivesse ficado apenas nas medidas da primeira hora. De fato, o objetivo imediato era dar um freio na inflação e trazê-la para patamares aceitáveis não só pelo mercado brasileiro, mas também pela comunidade internacional.

Não era possível atrair investimentos sérios para um País cambaleante, em que a previsibilidade de ganhos era incerta, como resultado de uma economia fraca e à mercê de uma inflação descontrolada. Quem não se lembra das maquininhas de remarcação de preços tilintando de manhã e de noite num ritmo assustador? O Brasil estava mergulhado num círculo vicioso em que se ajustavam os valores futuros pela inflação passada. A indexação da economia estimulava os aumentos e garantia a sobrevivência do dragão, cada vez mais voraz.

Senadora Ana Amélia, quando Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência da República, em dezembro de 1992, a inflação acumulada em 12 meses estava em 1.119%.

Em 1991, ela havia sido de 472%. Com o país mergulhado em crise política e com a economia em frangalhos, não havia a menor perspectiva entre a população de que houvesse qualquer arrefecimento na inflação.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a, a quem desejo êxito, que concorre a um futuro governo do Mato Grosso, também em decorrência da recessão, a arrecadação tributária não era suficiente para cobrir as despesas. Havia um déficit fiscal que mostrava a vulnerabilidade do governo. Como consequência, ordenava-se ao Banco Central a impressão do dinheiro necessário para fazer frente às despesas.

O resultado era inquietante, Presidente: um quadro inflacionário que precisava ser vencido com premissas para pensar no desenvolvimento do Brasil. Nenhum país poderia construir o futuro com inflação de 40% ao mês.

A hiperinflação impossibilitava os empreendedores de antecipar – mesmo aproximadamente – quais seriam os preços dos bens dali a alguns meses, ou até a alguns dias. Qualquer investimento de longo prazo se tornava inviável.

Quando o empreendedor se torna incapaz de calcular com alguma exatidão quais recursos podem ser empregados lucrativamente em projetos de longo prazo, a estrutura de produção da economia é radicalmente “encurtada”.

Não seria esse o mesmo processo que começamos a ver outra vez no Brasil, o de um setor produtivo inquieto com o futuro incerto da economia sob o comando da Presidente Dilma? Parece que o Governo de hoje não aprendeu com quem fez história e soube entender os erros e os acertos do passado.

A Presidente poderia buscar inspiração na postura do Presidente Fernando Henrique, que liderou o grupo dos arquitetos do Plano Real, e reuniu economistas do calibre de Edmar Bacha, Gustavo Franco e Pedro Malan para pensar o Brasil do futuro.

A experiência havia mostrado claramente que as tentativas anteriores de controlar a inflação não deram certo porque faltaram medidas posteriores para modernizar o mercado e oferecer marcos regulatórios estáveis e duradouros.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, a coragem maior do Presidente Fernando Henrique foi a de promover a privatização das empresas estatais, que não tinham qualquer condição de fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento do País.

Eis outro desafio para o Governo atual, que, por ranço ideológico, não consegue sequer assumir a necessidade de privatizar. Fica no meio termo, mais preocupado em marcar um discurso centrado em conceitos e concepções ultrapassadas e antigas. Não é por acaso o amor por Fidel Castro e a construção do porto de Mariel.

Como seria a telefonia e a internet no Brasil do mundo globalizado e de comunicação em tempo real se hoje tivéssemos de contar apenas com a Embratel e a Telebrás? A privatização promoveu a modernidade, sim!

Os marcos regulatórios criaram as condições objetivas para que o investidor pudesse saber ao certo as regras do jogo no médio e longo prazos. O Brasil, com o Plano Real, passou a ser atraente e viável para o mercado internacional.

Os fundamentos desse engenhoso processo de modernização da economia brasileira tiveram mais duas grandes âncoras: o rígido equilíbrio fiscal e a abertura da economia ao capital estrangeiro.

A máquina pública era imensa, com 100 autarquias, 40 fundações e 20 empresas públicas, além das estatais e dois mil cargos com denominações imprecisas e remunerações distorcidas.

Como existia o temor de que o controle da inflação gerasse uma demanda por produtos e consequente aumento de preços, o Plano Real promoveu, também, a abertura do mercado interno, como forma de aumentar a oferta e estimular a indústria nacional à livre concorrência.

O Plano Real enfrentou três grandes crises econômicas: a do México, em 1995; a da Ásia, entre 1997 e 1998; e a da Rússia, em 1998. Apesar da fuga de capitais, em nenhum desses momentos o Brasil entrou em recessão, como, lamentavelmente, apontam os números da economia hoje.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Plano Real, sem estardalhaço, confisco, canetadas ou manobras de *marketing*, conseguiu trazer a inflação brasileira para 1,6% em 1998, a menor desde 1940, quando o Índice de Preços ao Consumidor começou a ser medido.

Como resultado imediato do Plano Real, estudos da Fundação Getúlio Vargas mostraram que, de 1993 a 1995, houve redução de quase 20% da população em condições de miséria no Brasil.

É fundamental lembrar nesta tribuna como foi importante o saneamento do sistema bancário brasileiro e o controle dos gastos públicos por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim como o Presidente Fernando Henrique não se acomodou e teve a coragem e o desprendimento de governar centrado nas questões de Estado, era preciso que seus sucessores tivessem continuado as reformas necessárias ao futuro do Brasil.

Não deixaremos de reconhecer aqui a ampliação dos programas sociais realizada pelo governo Lula e no Governo Dilma, tampouco a ampliação do número de escolas técnicas e de vagas no ensino superior. Não vamos negar o que se fez e se faz de positivo.

Porém, ao longo de mais de uma década, os Governos do PT não foram capazes de vencer um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. Não conseguiram oferecer educação pública de qualidade, capaz de funcionar como mecanismo democrático e duradouro de ascensão social e profissional na sociedade do conhecimento. Sem educação de qualidade, não é possível acabar com o círculo vicioso da miséria e do assistencialismo.

Pior do que isso, Sr. Presidente, é o Brasil se encontrar hoje, no momento da comemoração dos 20 anos do Plano Real, numa situação de ameaça inflacionária, descrédito internacional e crescimento pífito.

Ou o Brasil se levanta e retoma a bandeira do Plano Real ou jogaremos o gigante de volta ao berço esplêndido, entorpecido pela ideologia e intimidado pelo fracasso da economia.

Parabéns ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e a todos os ideólogos do Plano Real, um marco da modernidade do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Cumprimento o ilustre Senador Cyro Miranda.

Convido, para fazer uso da palavra, na ordem de inscrição, pela Liderança... Não. Convidamos, na ordem de inscrição, a Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Ivo Cassol. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy, na ordem de inscrição. V. Exª tem 20 minutos, na forma regimental.

Convido V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, para fazer uso da palavra, por 20 minutos.

Após o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Casildo Maldaner, na ordem de inscrição, mas viria, na ordem de inscrição, pela Liderança partidária, a Senadora Ana Amélia, após a fala do Senador Eduardo Suplicy, inscrita pela Liderança do PP – Senadora Ana Amélia, que muito bem representa o Estado do Rio Grande do Sul. V. Exª será a próxima oradora, após a fala do Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª está com a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente, Senador Jayme Campos, Srs. Senadores, felizmente, através da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões de Verdade que estão em atividade nos mais diversos pontos do País, estamos conhecendo melhor fatos que, infelizmente, entristeceram o nosso País; fatos que ocorreram durante a ditadura militar, durante um tempo em que não havia liberdade de expressão, a imprensa era censurada, não havia a liberdade plena de reunião. Muitos eram perseguidos, mesmo que não tivessem cometido quaisquer delitos segundo a lei, mas, por causa de suas ideias – perseguidos, presos e torturados.

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela Presidenta Dilma Rousseff em um ato em que, justamente, reuniu os ex-Presidentes da República José Sarney, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva – estaria presente Itamar Franco, se estivesse vivo, enfim – e Fernando Henrique Cardoso. Então, em um momento até de conagração, de unidade de propósitos entre aqueles Presidentes dos mais diversos partidos, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade, que hoje é presidida pelo eminente professor de Direito Pedro Dallari.

Dentre os fatos que as Comissões de Verdade estão apurando, seja lá em São Paulo – porque lá foi instituída também a Comissão da Verdade, na Assembleia Legislativa de São Paulo e, na Câmara Municipal de São Paulo, outra. Na Prefeitura Municipal de São Paulo, ainda na semana passada, em cerimônia presidida pelo Prefeito Fernando Haddad, em que tive a oportunidade de estar presente –, seja nas diversas Comissões de Verdade, inclusive aquelas em nível estadual e federal, como a do Rio de Janeiro, em cooperação com a Comissão Nacional da Verdade –, ainda no início de fevereiro, ouvi o depoimento de um coronel que atuou na ditadura militar de 1964 a 1985 e que corroborou informações difundidas nas últimas décadas por testemunhas, historiadores e ex-presos políticos, de que o Exército montou uma farsa para justificar o desaparecimento do ex-Deputado Federal Rubens Paiva.

Conforme mostrou a reportagem do Jornal Nacional, o Coronel reformado Raymundo Ronaldo Campos prestou depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, no final do ano passado, em que admite ter participado do que ele próprio chamou de um teatro montado.

Rubens Paiva morreu após ser barbaramente torturado por militares, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1971, e seu corpo nunca foi encontrado. A versão oficial das Forças Armadas, sustentada até hoje, é de que Paiva desapareceu após seu carro – que era conduzido por militares que o escoltavam no banco do trás – ser cercado por dois outros veículos, ocupados por guerrilheiros, que abriram fogo. No meio do tiroteio, segundo a versão oficial, o ex-Deputado teria saído do banco de trás do Fusca – que foi incendiado – e desaparecido, após o resgate dos guerrilheiros.

Há, contudo, inúmeros indícios que desmentem a versão difundida pelo Exército. O ex-tenente médico Amílcar Lobo atendeu Rubens Paiva à época e, em depoimento, ele disse que seu estado era crítico após as torturas.

De acordo com o depoimento de Raymundo Ronaldo Campos à Comissão da Verdade, ele, que à época ocupava o posto de capitão, recebeu ordens do Major Francisco Demiurgo Santos Cardoso, já falecido, para levar o carro até uma região inóspita do Rio e atear fogo para simular que o veículo havia sido interceptado por terroristas. Raymundo Ronaldo Campos afirmou ter conduzido o carro até o local onde ele foi queimado, no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

No depoimento, ele contou ainda que, na companhia de outros militares, abriu o motor do carro e fez vários disparos, mas que o veículo só pegou fogo após eles botarem fogo no tanque de gasolina.

O Capitão reformado do Exército afirmou, contudo, que não soube do destino do corpo de Rubens Paiva, tendo participado somente do – entre aspas – “cineminha armado pelo Exército” para, segundo suas palavras, “justificar o desaparecimento de um prisioneiro”.

Ora, aqui está uma informação que ainda não está completa, falta se saber exatamente qual foi o destino do corpo de Rubens Paiva. Espero que a Comissão Nacional da Verdade possa ainda completar as informações que não estão completas sobre o seu destino.

Eu resolvi falar sobre Rubens Beyrodt Paiva, que nasceu em Santos, em 1929, foi eleito Deputado Federal pelo PTB de São Paulo em 1962, que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ações do Ipes/Ibad, instituição que participou do Golpe de 1964, e que, após o Golpe, foi cassado. Rubens Paiva exilou-se na Iugoslávia e depois na França. Em 1965, voltou ao Brasil, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, mas manteve contato com os exilados. Em 1996, após a sanção da Lei dos Desaparecidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi emitido o seu atestado de óbito. O corpo, entretanto, nunca foi encontrado. Em 1971, foi levado por militares. Segundo o médico Amílcar Lobo, que atuava no DOI-Codi, Rubens Paiva morreu por causa das sessões de tortura no Rio. Mas, prontuário feito, em 1972, pela Marinha apontava Rubens Paiva como morto. Questionada, em 1993, a Força, a Marinha, omitiu esse dado, e o caso é, então, investigado pela Comissão da Verdade.

Por que resolvi falar disso? Porque no jornal *O Estado de S. Paulo*, neste último final de semana, Marcelo Rubens Paiva, filho do Deputado Rubens Paiva, escreveu um admirável, belo artigo, publicado no Caderno 2 de *O Estado de S. Paulo*. Eu achei tão bonito esse artigo que resolvi trazê-lo à tribuna do Senado.

Prezada Senadora Ana Amélia, prezado Senador Pedro Taques, eis aqui as palavras de Marcelo Rubens Paiva. Eu gostaria, inclusive, que o Senador Aécio Neves pudesse ter um pouco de atenção sobre as palavras de Marcelo Rubens Paiva.

Em 1995, Antônio Callado lembrou na sua coluna da Folha de S. Paulo do passeio de lancha:

“Outra recordação que me ficou nítida liga-se a Búzios. Ali fui, num fim de semana de 1971... Quando paramos a uns 100 metros da praia, vimos alguém, uma moça, que nadava firme em nossa direção. Minutos depois subia a bordo, cara alegre, molhada do mar, Eunice Paiva, mulher do deputado Rubens Paiva, amigo de Renato, amigo meu, de todos nós, um dos homens mais simpáticos e risonhos que já conheci. Eunice andara preocupada. Rubens fora detido pela Aeronáutica dias antes e nenhuma notícia sua tinha chegado à família. Mas agora Eunice, que fora também presa, mas em seguida libertada, podia respirar, tranquila, podia nadar em Búzios, tomar um drinque com os amigos, pois acabara de estar com o ministro da Justiça, ou da Aeronáutica, que lhe havia garantido que Rubens já tinha sido interrogado, passava bem e dentro de uns dois dias estaria de volta a sua casa. Dois dias depois, isto sim, os jornais recebiam uma notícia tão displicente que se diria que seus inventores não faziam a menor questão que fosse levada a sério: Rubens estaria sendo transferido de prisão, num carro, quando guerrilheiros que tentavam libertá-lo tinham atacado e sequestrado o prisioneiro. O que correu pelo Rio, logo que se suspeitou de sua morte, é que ele morrera às mãos, ou pelo menos de tortura diretamente comandada pelo brigadeiro João Paulo Penido Burnier, aquele mesmo que queria fazer explodir o gasômetro do Rio para pôr a autoria do crime na conta dos comunistas. A família Paiva nunca mais teve notícias oficiais de Rubens. Nunca se encontrou a cova onde o terão atirado depois do assassinato. A cara de Eunice continuou molhada e salgada durante muito tempo, tal como naquela manhã de Búzios. A água é que não era mais do mar.”
Li para ela, assim que a coluna foi publicada.

Reparei na minha mãe o sorriso.

Você se lembra? “Claro, foi dias depois de eu ser solta, eu estava magérrima, queimada, de biquíni, linda”, respondeu vaidosa.

A imagem da minha mãe queimada, magérrima, aliviada, linda, de biquíni, aos 41 anos, subindo “alegre” no verão de 1971 na lancha na praia de Manguinhos, perto da casa escondida na montanha, sem luz e telefone, do Françoise Moreau, para onde fomos depois de ficar 13 dias presa do DOI/Codi do Rio de Janeiro, não saiu da memória do Callado.

Escritor é assim: se lembra daquilo que escorre contradição.

O bom escritor não é o que se lembra de tudo, mas do essencial, e associa o sal da água a lágrimas que não são do mar.

Ela tinha perdido muitos quilos na prisão. Ficou numa cela de fundo, em que ninguém aparecia.

Nada de sol. No primeiro dia, foi chamada para depor. Provavelmente enquanto meu pai era torturado na sala ao lado. Ela não o viu. Viu sua foto no álbum de presos, o que a deixou contraditoriamente aliviada,

pois então ele estava ali, nas mesmas dependências, vivo, mas angustiada, pois suas fotografias faziam agora companhia a presos "terroristas procurados", "mortos em combate", torturados!

Minha mãe não sabia de muita coisa.

Não conhecia detalhes da luta armada, organizações clandestinas, guerrilheiros na selva, nas cidades. Lia notícias filtradas pela censura ou autocensura de terroristas tombados em combate, sequestros de embaixadores, assaltos a bancos.

Meu pai, que sabia de muita coisa, a poupava por "questão de segurança". Seria inútil torturá-la, apesar de ela saber que, mesmo visado, ele fazia alguma coisa contra o regime que o cassou e o exilou em 1964 e, então, ia à forra.

Pelas novas revelações, meu pai morreu na madrugada em que minha mãe foi presa, e seu corpo levado em seguida.

Ela foi deixada numa cela no fundo do corredor mais 12 dias.

Pra quê?

Melhor nem pensar...

Tenho um estranho agradecimento ...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

Tenho um estranho agradecimento a fazer aos militares brasileiros: obrigado por não terem matado também a minha mãe.

Aqui, Presidente Senador Jayme Campos, encerra esse belo artigo, o Marcelo Rubens Paiva, um dos melhores escritores brasileiros, um cronista do Caderno 2, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e é importante que posamos todos nos solidarizarmos com esta tragédia que ocorreu com essa família.

Encaminho o meu abraço solidário a Marcelo Rubens Paiva e a todas as suas irmãs e ressalto o quanto importante é o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e de cada uma das comissões que estão revelando esses fatos que, na medida em que se tornarem bem conhecidos, estarão bem colocados na nossa memória para que fatos dessa natureza nunca mais possam acontecer em nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – O Senador Roberto Requião apresentou o **Requerimento nº 101, de 2014**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 25 a 30 de março, para participar da próxima Sessão Plenária da Assembleia da Eurolat, em Atenas, Grécia.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário Parecer da CRE, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 101, de 2014.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 78, DE 2014

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 101, de 2014, do Senador Roberto Requião que "Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, e na qualidade de membro da delegação externa para a EUROLAT, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 25 a 30 de março de 2014, com o fim de participar da próxima Sessão Plenária da Assembleia da EUROLAT, a realizar-se entre os dias 27 e 29 do referido mês, em Atenas, Grécia. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 25 e 30 de março de 2014."

Relatora: Senadora **Vanessa Grazziotin**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento nº 101, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno desta Casa e na qualidade de membro da delegação externa para a EUROLAT, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 25 a 30 de março de 2014, com o fim de participar da próxima Sessão Plenária da Assembleia da EUROLAT, a realizar-se entre os dias 27 e 29 do referido

mês, em Atenas, Grécia. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 25 e 30 de março de 2014.

O convite para esse evento foi endereçado ao Senador por parte do Presidente do Parlamento do Mercosul, Senhor Rubén Martínez Huelmo.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão, por esta autorizada.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

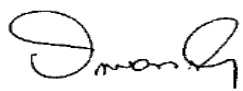
III – Voto

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 101, de 2014.

Sala de Reuniões, 20 de fevereiro de 2014.

Sala de Reuniões, 20 de fevereiro de 2014.


, Presidente


↓
, Relator

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

REQUERIMENTO Nº 101, DE 2014

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 20/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR: SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Gleise Hoffmann (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP) (PRESIDENTE)
Francisco Donelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Convido, antes de mais nada, a Senadora Ana Amélia para falar em nome da Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – O Senador Humberto Costa apresentou o **Requerimento nº 95, de 2014**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40, do Regimento Interno,

licença dos trabalhos da Casa, nos dias 20 e 21 de março de 2014, para participar da 33ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, em Santo Domingo, República Dominicana.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário Parecer da CRE, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 95, de 2014.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 79, DE 2014

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 95, de 2014, do Senador Humberto Costa que “Requer, com fundamento nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e na condição de membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, licença para representar o Senado Federal, em missão no exterior, na 33ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas a ser realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014. Comunica, ainda, que se ausentará do País no período de 19 a 22 de março, incluindo os dias necessários para deslocamento.”

Relatora: Senadora **Vanessa Grazziotin**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento nº 95, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno desta Casa e na condição de membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, autorização com ônus para o Senado Federal, para representar esta Casa, em missão no exterior, na 33ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014, em Santo Domingo – República Dominicana. Comunica, ainda, que, autorizado, ausentar-se-á do País no período de 19 a 22 de março de 2014, incluindo os dias necessários para deslocamento, nos termos do art. 39 do referido Regimento.

O convite para esse evento foi endereçado ao Senador por parte do Presidente do ParlAmericas, Senhor Randy Hoback, Membro do Parlamento do Canadá, Presidente do ParlAmericas.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão, por esta autorizada.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

III – Voto

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 95, de 2014.
Sala de Reuniões, 20 de fevereiro de 2014.

Sala de Reuniões, 20 de fevereiro de 2014.

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

REQUERIMENTO Nº 95, DE 2014

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 20/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR: SENADOR VANESSA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Gleise Hoffmann (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSB, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP) (PRESIDENTE)
Francisco Donelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – Com a palavra, a ilustre Senadora Ana Amélia, pela liderança do PP.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioridade/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Jayme Campos, caros colegas Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Nós hoje tivemos uma – eu diria – memorável discussão na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, presidida pelo Senador Vital do Rêgo, em relação ao debate em torno da PEC nº 48, de 2012, de minha autoria, que conseguiu o apoio dos Senadores. Mas o mais importante não foi o apoio para que a matéria, que é emenda constitucional, venha para o plenário para debate. Foi exatamente o grau de interesse, de envolvimento dos Parlamentares num debate que tem tudo a ver com reforma política, tem tudo a ver com a moralização nos procedimentos e no processo eleitoral em nosso País.

O instituto da reeleição, que foi aprovado nos anos 1990, criou, ao longo do tempo e da prática da manutenção da reeleição, uma disputa desequilibrada com os concorrentes que não estão no cargo, não são detentores do cargo executivo, seja ele prefeito ou prefeita, Governador ou Governadora, Presidente ou Presidente, homem ou mulher.

E de lá para cá tem se visto cada vez mais esse desequilíbrio na disputa entre quem não tem o poder e quem tem o poder, porque naturalmente, por mais cuidado que tenha o gestor para que a máquina não seja usada, ele já sai numa condição de vantagem competitiva incomparavelmente maior do que o seu adversário. Ele dispõe da máquina do governo, viajando pelo País ou pelo seu Estado, o prefeito fazendo a sua andança pelo interior do Município, e no exercício do mandato. É tudo legal, é tudo correto, não há nada fora do limite.

Só que essa exposição e esse esforço que normalmente, na proximidade da eleição, os gestores – e aí é generalizado –, claro, tratam de capitalizar tudo aquilo que armazenaram lá nos dois primeiros anos, até o terceiro ano, para agora apresentar à população como projetos a serem continuados na reeleição. E exatamente a PEC nº 48 procura introduzir o aspecto de justiça na disputa, introduzir também um grau de moralização no processo eleitoral.

Eu queria agradecer não só ao Senador Vital do Rego, por haver incluído a matéria na pauta da CCJ no dia de hoje, mas queria agradecer, especialmente, o empenho e a exemplar fundamentação, inquestionável, apresentada pelo Relator, Senador Luiz Henrique da Silveira. O Senador Luiz Henrique, um político de alta envergadura, por duas vezes Governador de Santa Catarina, mostrou, com seu caso pessoal, a incongruência e a situação esdrúxula que é a lei eleitoral brasileira.

Na reeleição, quem está no poder pode continuar no poder. Já o governador que está no cargo – Presidente da República não entra, porque é inviável que um Presidente deixe o cargo para ser candidato ao Senado –, no exercício do mandato, se ele, por exemplo, for candidato ao Senado ou à Câmara Federal, terá de se desincompatibilizar do cargo seis meses antes da eleição. Agora, se ele é candidato à reeleição, ele fica até o dia da eleição. Então, realmente, é inexplicável essa exigência em relação ao processo eleitoral.

Assim é que o Senador Luiz Henrique foi de uma felicidade muito grande na excelente argumentação que fez nas justificativas todas apresentadas. Da mesma forma, o entendimento da maioria dos Senadores, membros da CCJ – e não faço parte dela – no sentido de que já que... O ideal seria que não tivéssemos reeleição, mas já que mudar o direito à reeleição é muito difícil, então precisamos abrir uma brechazinha, por pequena que seja, para a alteração desses procedimentos, e essa PEC nº 48 prevê exatamente isso.

O grande valor desse debate será o de expor, aqui, neste plenário, já que se trata de uma proposta de emenda à Constituição, a argumentação de todas as Sras e Srs. Senadores para que a sociedade, que costuma acompanhar os nossos trabalhos pela TV Senado e pela Rádio Senado, possa diretamente saber como nós estamos tratando desse assunto e qual é o comprometimento desta Casa com a moralização do processo eleitoral.

É exatamente esse o caminho. Foi isso que as ruas manifestaram durante os protestos do meio do ano passado e agora, mais recentemente. A sociedade está querendo, pedindo, desejando e, eu diria até, impondo à classe política uma nova forma, uma nova atitude diante desses grandes desafios.

A minha proposta previa, inicialmente, o afastamento por quatro meses antes do pleito do detentor de cargo executivo, como eu disse, prefeito, governador ou Presidente da República, como forma de evitar esse desequilíbrio no processo eleitoral e o uso inadequado da máquina pública para fins eleitorais.

É esta, a meu ver, uma forma de acabar ou pelo menos de minimizar ou de mitigar as vantagens políticas competitivas nas disputas eleitorais que, no caso de candidatos à reeleição, são muito maiores, aumentando o

desequilíbrio da disputa, em comparação com aqueles que participam das eleições pela primeira vez e estão sem o comando da máquina pública.

No relatório do Senador Luiz Henrique, aprovado hoje, o prazo de desincompatibilização obrigatório foi ajustado. Na avaliação do Relator, a saída terá de ser feita no primeiro dia útil após a homologação da candidatura pelo seu respectivo partido. Em vez de quatro meses anteriores ao pleito, foi aprovada a renúncia ou a chamada desincompatibilização a partir do primeiro dia útil após a homologação da candidatura, ou seja, três meses antes da eleição. Já é um avanço. Isso permite que o licenciamento ou a desincompatibilização aconteça depois das convenções partidárias posteriores ao pedido de registro das candidaturas e após essa referida homologação.

É preciso reconhecer a necessária equidade nas condições dessa competição. Quando um dos competidores é o titular do cargo em disputa, com a capacidade de decidir sobre os temas centrais de interesse coletivo, automaticamente, o equilíbrio deixa de existir, pois, obviamente, quem está no comando terá mais possibilidades de mobilizar os interesses na disputa eleitoral.

Aliás, lembro, a propósito, o exemplo que o Senador Agripino, do Rio Grande do Norte, trouxe durante a discussão. Nas eleições de um determinado ano, no início dos anos 2000, ele estava liderando todas as pesquisas, e o candidato que tentava a reeleição dispunha, com a venda de uma companhia estatal, de um volume de recursos muito grande. E, de fato, aquele candidato que detinha o cargo de governador utilizou aqueles recursos para aquilo que nós estávamos comentando há pouco: aproveitar-se do benefício para mostrar serviço para o eleitor às vésperas do pleito. E, com isso, o líder nas pesquisas perdeu a eleição, isto é, por conta dessa concorrência, que eu considero, no mínimo, injusta, desleal e antidemocrática.

São os casos do Senador Luiz Henrique, que teve de sair para disputar o Senado, o que é uma incongruência, e do Senador Agripino, que deixou de ser governador do seu Estado porque o então governador dispunha de um instrumento poderoso, qual seja, o de poder aplicar recursos às vésperas da eleição.

Então, na verdade, os menos poderosos ou os marinheiros de primeira viagem política, Senador Pedro Taques – V. Ex^a está nessa lista –, ficam inevitavelmente numa desvantagem competitiva na disputa eleitoral. Isso é ruim para os aspirantes a políticos.

Não vai ser desestimulante, no seu caso, que é um Senador que tem mais quatro anos de mandato; contudo, não é por isso que precisamos mudar. Precisamos mudar, porque é preciso mudar. Não é porque os candidatos aqui que não forem felizes na disputa poderão se contentar em ficar mais quatro anos nesta Casa. Aliás, é muito honrosa a nossa posição como Senadores, porque o povo que nos mandou para cá está nos acompanhando, está acompanhando a todos aqui, o Senador Paim, o Senador Suplicy, o Senador Magno Malta, o Senador Jayme Campos. Eles estão nos acompanhando; eles veem o que nós fazemos, o que nós dizemos também. Por isso, não é uma compensação; é mudar para melhor.

Então, nesse aspecto é isso.

Desde a aprovação, aqui no Congresso Nacional, em 1997, da reeleição para cargos do Poder Executivo, a chance de reeleição tem garantido uma vantagem política a todos aqueles que buscam a renovação do mandato. Em todos os cargos, seja para prefeito, seja para governador, seja para a Presidência da República. Com isso, os candidatos à reeleição garantem também exposição natural a todos os atos que praticam. É uma forma de “publicidade” que tem sido utilizada, nos últimos 16 anos, por todos os Presidentes, governadores e prefeitos interessados na recandidatura ou em continuar mais um mandato.

Acho, portanto – e acredito mesmo –, bastante oportuna a discussão dessa matéria, sobretudo nesse ano, quando teremos eleições. É claro que se esta PEC, digamos, por milagre, fosse aprovada aqui e também na Câmara, nas duas Casas, nos dois turnos, ela não valeria para as eleições deste ano. O jogo está jogado. Assim, essa PEC só valerá para as eleições de 2018.

Ao afastar o candidato à reeleição de forma antecipada às eleições, as chances de uso do recurso público para fins eleitorais diminuem, mesmo que seja na aparência, mas nós precisamos dar um sinal de que estamos dispostos a mudar. Pode não ser essa a reforma política sonhada, tão exigida por todos, como foi tratado hoje o fim da reeleição, mas é um começo razoável e coerente.

É evidente que nós também concordamos que acabar com a reeleição, ampliando o prazo de mandato, seja de prefeito, seja de governador, seja de Presidente da República, é o caminho mais razoável. Mas, Senador Pedro Taques, as mesmas forças que, lá nos anos 90, em 1997, foram contra a reeleição, foram radicalmente contra a reeleição, hoje são as forças que impedem o fim da reeleição. Essa é a política.

Se nós não tivermos a coragem de começar a mudança, a população começará a mudar os políticos que ela elege. Então, nós temos que pensar seriamente sobre essa lógica, que, no caso da disputa à reeleição, é uma lógica perversa, na palavra do Senador Agripino.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT-MT) – Senadora Ana Amélia, essa proposta de emenda capitaneada por V. Exª, cujo debate foi rico hoje na Comissão de Constituição e Justiça, busca criar condição de oportunidade, de igualdade no processo eleitoral. Nós todos sabemos a dificuldade da disputa de uma eleição com aquele que vai à reeleição. Isso ofende a igualdade de todos perante o processo eleitoral – de todos aqui, esses que são candidatos e não estão disputando a reeleição. E V. Exª, agora no final, fez referência ao que eu denomino de efeito X da hipocrisia política. O que é esse efeito X da hipocrisia política? Aqueles que estavam no poder, por ocasião da promulgação da Emenda Constitucional nº 16, de 1997, foram favoráveis; aqueles que eram oposição foram contra. E, agora, isso se inverteu. Pelo efeito X, agora, aqueles que estão no poder não querem apelar dele. O poder, segundo alguns, dá orgasmos – já disseram inclusive tal expressão. Quero cumprimentá-la pela oportunidade da proposta de emenda à Constituição. E V. Exª não está sendo oportunista, porque essa PEC, como bem disse, em sendo aprovada aqui nesta Casa, o que, tendo em conta os debates de hoje, sem fazer adivinhações, será impossível – mas nós temos que torcer...

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT-MT) – ... mas nós temos que torcer para que isso ocorra – não valerá para as eleições que se avizinham, porque a anterioridade eleitoral já está fincada na Constituição, sabemos disso. Mas parabéns pela proposta de emenda à Constituição!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Taques.

Hoje, como V. Exª disse, foi um debate muito rico, Presidente. Assim, queria agradecer novamente aos Senadores Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, que fizeram uma defesa muito contundente da matéria, bem como aos Senadores José Agripino, Flexa Ribeiro. E, realmente, para mim, foi um momento de muita alegria como legisladora.

Então, renovo, aqui da tribuna, Senador Jayme Campos – nós que estamos juntos, trabalhando muito na Comissão de Assuntos Sociais –, encerrando este pronunciamento, meus agradecimentos aos Senadores e dizendo que confio que, no plenário, vamos ampliar esse debate, porque a sociedade vai nos acompanhar e, certamente, vai ver como estamos decidindo sobre isso.

Eu queria só, antes de terminar, Presidente Jayme Campos, dizer que V. Exª, na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, no início deste nosso mandato aqui, deu muita atenção ao tema que vou me referir. Hoje, tivemos uma cerimônia no Auditório Nereu Ramos, liderada pelos Deputados Romário e Mara Gabrilli – o Senador Suplicy estava lá presente também –, porque na sexta-feira, dia 28, marca-se o registro da atenção que as políticas públicas devem dar às chamadas doenças raras ou doenças negligenciadas.

Então, eu queria cumprimentar o Deputado Romário, a Deputada Mara Gabrilli e a Deputada Carmen, também de Santa Catarina, pelo seu envolvimento num tema dessa natureza, o que é muito relevante. Então, estava lá o Ministro Garibaldi Alves, como sempre faz, prestigiando as iniciativas do Congresso Nacional, o Dr. José Eduardo, representante do Ministro da Saúde também. Penso que foi enriquecedor aquele seminário, Senador Suplicy, com o que, creio, estamos dando uma contribuição.

Até chamo a atenção: um Deputado como o Romário, um atleta muito conhecido, dedicado a uma questão de interesse público, que é a saúde, em especial no que diz respeito às doenças raras. Hoje mesmo, nós, na Comissão de Assuntos Sociais, comandada pelo Senador Waldemir Moka, tratamos dessa questão das doenças raras. Sou autora de uma proposta, a 3086, que acaba com a carência no caso de...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... acaba com a carência, no caso de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, para os portadores de doenças raras como a esclerosa lateral amiotrófica e a hepatopatia grave, que é um tipo incomum de doença do fígado. Os portadores dessas doenças não podem esperar para receber o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando se enquadram nos benefícios previdenciários.

Também é o caso do projeto do Senador Paulo Paim, que está aqui, PLS nº 319, de 2013, em tramitação na CAS – do qual fui a Relatora, com muita honra –, que altera a mesma legislação citada no meu projeto, a Lei nº 8.213, de 1991.

Nesse caso, a proposta inclui nos programas previdenciários, sem a necessidade de cumprimento de prazos de carência, os portadores de outras doenças incapacitantes, como as reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas.

As pesquisas científicas voltadas ao melhor entendimento e compreensão sobre as doenças raras também devem ser estimuladas. Por isso, a importância de outro projeto, o PL nº 6566, de 2013, em tramitação na

Câmara dos Deputados, do qual também fui Relatora, que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas.

Penso que esse foi um trabalho muito importante. O Senador Vital do Rêgo também é autor de uma proposta – e faço justiça a ele – em relação a doenças raras. O projeto do Senador Vital do Rêgo, em tramitação na CAE, prevê uma política mais clara, no âmbito do SUS, para uma atuação mais descentralizada, integrada e articulada entre União, Estados e Municípios para tratar das doenças raras.

Antes de terminar, não posso deixar de acolher o Senador Suplicy, que estava presente lá no seminário sobre as doenças raras.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentá-la, Senadora Ana Amélia, por também estar nessa batalha acompanhando os Deputados Romário, Mara Gabrilli, Carmen Zanotto e outros que estão colaborando, para que venhamos a dar toda a atenção às denominadas doenças raras. De fato, há uma conjunção de esforços tanto do Ministro Garibaldi Alves quanto, antes, do Ministro Alexandre Padilha e agora do Ministro Arthur Chioro. Pelas palavras do próprio Dr. José Eduardo Fogolin, que representou o Ministro Artur Chioro, nos colocou o conteúdo dessa Política Nacional de Doenças raras a qual se passará a dar maior atenção. Eu apresentei...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... graças às sugestões do Instituto Baresi, nesses últimos três anos, três projetos: um que institui o dia nacional, acompanhando do Dia Internacional das Doenças Raras; o outro para instituir a política nacional de doenças raras – muitos dos tópicos que eu mencionei estão contidos na portaria que foi ali objeto dos comentários, de janeiro último –; e também outro projeto sobre o fundo social. Tanto o projeto do dia nacional de doenças raras quanto o do fundo destinado às pesquisas para as doenças raras já foram aprovados pelo Senado e encaminhados à Câmara. O terceiro está por ser também considerado. Mas eu quero aqui transmitir o meu apoio à iniciativa de lei de V. Ex^a também, colaborando com esse propósito tão importante. Meus cumprimentos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Suplicy.

Só quero dizer que o seminário já apresentou um efeito prático, porque o Dr. José Eduardo Fogolin, que é o Secretário Coordenador das questões de doenças de alta e média complexidade do Ministério da Saúde, abriu espaço, pelo questionamento da Deputada Mara Gabrilli sobre os novos procedimentos de protocolos em relação à atuação dos médicos geneticistas. Esse espaço é muito importante, porque amplia a possibilidade de do atendimento de um universo maior de portadores de doenças raras.

Então, obrigada, Senador Suplicy. Muito obrigada, Presidente Jayme Campos, pela generosidade do tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Antes de conceder a palavra pela ordem a V. Ex^a, Senador Magno Malta, eu quero anunciar e chamar para vir à tribuna o ilustre Senador pelo Estado do Mato Grosso Pedro Taques.

Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro muito importante. Ontem, eu estive em Belo Horizonte, Minas Gerais, e, pela manhã, eu tive a oportunidade de falar ao Conselho de Pastores de Minas Gerais, um grupo expressivo, Senador Paim, de mais de 700 líderes de Minas Gerais, preocupados com a violência.

Perdemos o fio da meada e o limite neste País, um enfrentamento que não se fez e as pessoas perderam as perspectivas. Eu usei uma frase forte lá: se não enfrentarmos a violência agora, daqui a dois anos vamos ter que pedir autorização a menino de dez anos, com uma escopeta na mão, para permitir chamá-lo de senhor, para ver se ele permite abrir a igreja, para ver se ele deixa você tirar o carro da garagem para levar seu filho à escola.

Sr. Presidente, foi um encontro... agradeço ao Pastor Jorge Linhares, Senador Pedro. Esse nome, referencial no País. Um homem de Deus, da Igreja Getsêmani. Um nome conhecido em todo o País, respeitado e reverenciado.

Estive à tarde, ao meio-dia, duas horas, com o Pastor Jerônimo, da Igreja Quadrangular, a segunda maior igreja deste País. Fui a uma entrevista na rádio 107 FM, a primeira do Ibope em Minas Gerais, e lá pude fazer um debate e colocar as razões pelas quais tomei a decisão de pedir a meu Partido a legenda para ser candidato a Presidente da República. A receptividade das pessoas, por telefone, pelas redes sociais, preocupadas com essa galopante violência...

Mas me refiro a uma figura, Senador Pedro, que V. Ex^a já ouviu falar – me dizia isso aqui agora – e por quem venho nutrindo respeito, que é a figura do cantor, Pastor André Valadão. Esse jovem é uma referência no País. Ontem à noite, eu estive com ele na Igreja da Lagoinha, a Igreja do Diante do Trono, essa banda musical

expressiva no mundo e uma referência musical no Brasil. Lá estavam cinco mil jovens. O culto, transmitido ao vivo em uma terça-feira em que os ônibus pararam. Não havia ônibus. Havia cinco mil jovens lá dentro adorando, orando, pedindo a Deus pelo Brasil. Eram cinco mil jovens que não fumam maconha, não cheiram cocaína. Cinco mil jovens que não quebram “orelhão”; que não depredam ponto de ônibus; que não incendiam ônibus; que não violentam; que respeitam pai e mãe e que contribuem para a felicidade da Nação. Eram cinco mil jovens em uma terça-feira. Cinco mil jovens! Foi transmitido, ao vivo, pela Rede Super para 378 cidades deste País e mais uma rede de rádio.

Eu tive a oportunidade de falar da minha experiência, da minha infância. Falei dos debates que temos feito por este País para enfrentar a pedofilia, esse crime sujo, nojento. V. Exª sabe, como Procurador, seu Estado de Mato Grosso sabe e eu também sei sobre o enfrentamento ao narcotráfico. Por essa experiência que tenho na convivência de trabalho com V. Exª, coloquei-me à disposição de um tema que eu conheço, porque são 35 anos tirando drogados da rua, são 35 anos enxugando lágrimas de mãe e de filhos que foram parar em presídio ou em cemitério por causa de maconha.

Agora, há um projeto, sob a relatoria do Senador Cristovam Buarque, falando em legalização de maconha. Ele é o Relator e fará um grande debate. Eu já quero dizer à sociedade civil do Brasil que eu serei o arauto, em seu nome, para fazer o enfrentamento para que essa desgraça não passe neste País, porque, com as fronteiras abertas que temos, a legalização de drogas no Brasil...

Aliás, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso é o arauto dessa bandeira. Ele precisa até explicar, porque passou oito anos no governo e não enfrentou a violência; agora, ele quer legalizar. Ele é o arauto, e nós seremos os arautos para não legalizar, porque este País vai se tornar o país da contravenção com essas fronteiras abertas que temos.

Por isso, foi uma noite memorável. Obrigado, Pastor André Valadão, Pastor Márcio Valadão, Ana Paula Valadão. Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns por esse trabalho maravilhoso que tem sido feito no Brasil.

Senador Pedro, muito obrigado a V. Exª. Para mim, há sempre aqui a figura do Procurador Pedro Taques. Se a gente tivesse pelo menos uns 20 Pedro Taques e o nosso querido juiz lá da fronteira, Dr. Odilon, parceiro da vida, homem corajoso, destemido; aquele procurador Pedro Taques, que veio contribuir tanto aqui e, certamente, tem muito para contribuir com o seu Estado de Mato Grosso e que tanto serviço prestou, fazendo justiça, com dignidade e coragem. Muito obrigado a V. Exª.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Jayme Campos, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, pelas palavras.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, algumas pessoas, por não saber ou até por má-fé, não entendem o que um Senador da República faz, o que um Parlamentar faz.

Um Parlamentar não constrói viadutos. Um Parlamentar não edifica pontes. Um Parlamentar não faz estádios de futebol. Não é atribuição de um Parlamentar fazer isso. Um Parlamentar cria leis, para que nós tenhamos tranquilidade, segurança. Um Parlamentar busca recursos aqui de Brasília para levar ao seu Estado. E um Parlamentar fiscaliza. Esta é a atribuição principal de um parlamentar. Desta atribuição, a atribuição de fiscalização, eu não abro mão, Senador Jayme Campos.

No dia 31 de maio de 2009, há quase cinco anos, há quase um lustro, Cuiabá foi escolhida como sede da Copa do Mundo. Nós todos ficamos felizes e estamos felizes até agora. Nós todos queremos que esta Copa do Mundo possa ser um motivo para que o mundo possa conhecer as potencialidades do nosso Estado, as nossas riquezas, a nossa cultura, o nosso povo, o nosso linguajar, a nossa comida, a nossa gastronomia, as nossas belezas, Senador Jayme Campos. No entanto, a proximidade da Copa do Mundo do Brasil assombra, porque nos falta tempo, Senador Jayme Campos.

Quando você fala de Copa do Mundo em Cuiabá, algumas pessoas dizem: você é pessimista. Nós não podemos ser pessimistas e eu não sou pessimista, eu sou realista, realista. Um Parlamentar tem que falar a verdade, ele não pode ser pessimista, eu não sou um pessimista, eu sou realista. Falta-nos tempo.

Não são nada confortáveis os índices de evolução da maioria das obras consideradas obrigatórias pela Federação Internacional de Futebol, a FIFA. Como já disse anteriormente, desde 2011, tenho dito desta tribuna, corremos o risco de revelar a bilhões de telespectadores a má qualidade do planejamento, os gargalos no transporte, na infraestrutura e no turismo. Isso é ser pessimista? Isso é ser realista, porque desde 2011 eu tenho subido a esta tribuna para convocar o cidadão a fiscalizar.

Em Mato Grosso, a falta de responsabilidade técnica na execução das obras e de transparência na prestação de informações junto à sociedade, gradualmente, vem fazendo a verdade aparecer. Não conseguiremos

concluir boa parte dos projetos megalomaniacos propagados nos últimos anos. E eu já fui otimista quanto a essas promessas; o cidadão mato-grossense já foi otimista quanto a essas promessas. Promessas que se iniciaram no dia 31 de maio de 2009.

Na semana passada, senhoras e senhores, novas evidências se confirmaram. Relatório entregue pelo Conselho de Engenharia e Arquitetura de Mato Grosso, o CREA, à Assembleia Legislativa do nosso Estado, aponta que a maioria das obras de mobilidade urbana executadas em Cuiabá com vistas à Copa do Mundo apresenta irregularidade.

Aliás, Senador Jayme Campos, em 2011, em 2012, nós fizemos reuniões com o Conselho Regional de Engenharia, com o Conselho Regional de Arquitetura, com a Universidade Federal de Mato Grosso, com a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), criada por V. Exª em 90, com a Universidade de Cuiabá (Unic), para que nós pudéssemos debater as obras da Copa.

Mandei ofícios, cobreí, fiscalizei e fui muito criticado por isso. De acordo com os engenheiros, nesse relatório que compõe a comissão, as obras vistoriadas têm baixo padrão de acabamento, também foram encontradas “anomalias estruturais de drenagem, sinalização e de acessibilidade, anomalias geométricas, de processos construtivos, de planejamento e de concepção de projetos”.

Quem está dizendo isso não sou eu, eu não sou técnico. Quem está dizendo isso são os técnicos, os engenheiros do Conselho Regional de Engenharia. Isso pode ser comprovado, diariamente, por quem trafega pelas cidades de Cuiabá e Várzea Grande. São buracos que não acabam mais. Obras entregues pela metade ou que já precisam de reparo em menos de um ano de conclusão.

Ao todo, foram vistoriadas 13 obras da Copa: Arena Pantanal; obras do Veículo Leve sobre Trilhos – o famoso e hoje famigerado, para alguns, VLT –; os Centros Oficiais de Treinamento (COTs) da Barra do Pari, lá em Várzea Grande, e da Universidade Federal de Mato Grosso; as trincheiras do Santa Rosa, Jurumirim, Verdão e Ciriaco Cândia; o Viaduto do Despraído; a duplicação da Avenida Arquimedes Pereira Lima, a chamada “Estrada do Moinho”; o Complexo Viário do Tijucal; as obras da Avenida 8 de Abril; e a implantação da chamada Via Parque do Barbado.

Essas obras foram vistoriadas. E, aliás, Senador Jayme Campos, ontem, V. Exª fez referência à Arena Pantanal.

De acordo com o relatório, a obra mais comprometida e que pode apresentar risco aos usuários, caso não tenha as falhas corrigidas, é a Trincheira Ciriaco Cândia, obra que foi inaugurada pelo Governo do Estado no final do ano passado e precisou ser interditada por apresentar problemas de infiltrações. Imaginem: foi entregue ano passado e, agora, o Crea diz que a obra está comprometida!

Em entrevista à imprensa local, o presidente do Crea, o engenheiro Juarez Samaniego, afirmou que, se continuar no ritmo que está hoje, a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa-MT) pode desistir de tentar ver os principais projetos prontos antes do Mundial.

Eu não escrevi isso. Quem escreveu foi o presidente do CREA, que afirmou que, se continuar no ritmo que está hoje, a Secretaria pode desistir de tentar ver os principais projetos prontos antes do Mundial.

Estou sendo pessimista, Senador Jayme Campos?

Existem pessoas em Cuiabá que dizem o seguinte: que nós não podemos vir à tribuna do Senado para falar o que está a ocorrer nas obras da Copa.

Nós temos o dever de falar o que está a ocorrer.

Ele, o presidente do Crea, cita a construção dos Centros Oficiais de Treinamento e a reforma do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, que fica na cidade de Várzea Grande, a cidade que V. Exª administrou por três vezes.

Amigos das redes sociais, os mesmos de sempre vão dizer que comemoro esse quadro preocupante. Não comemoro, Senador Jayme Campos. Não comemoro. Nós não podemos comemorar o malfeito. Nós temos de fazer referência a ele, nós temos de lamentar esse malfeito.

Como achar bom ver o trânsito caótico de Cuiabá e Várzea Grande, que eu enfrento, meus amigos enfrentam, nossos familiares enfrentam, que toda a população enfrenta? É possível comemorar o fato de que, mesmo com o desvio dos recursos do Fethab – do transporte e habitação – para as obras da Copa, pouca coisa melhorou na capital e, muito menos, nas estradas que nos levam ao interior?

Quando em 2011, meu primeiro ano de mandato, subi a esta tribuna para defender mais transparência, mais participação de órgãos de fiscalização como o Crea, no acompanhamento das obras e rigor no planejamento, a resposta do Governo foi de que o quadro era tranquilizador: “Calma, paciência, tudo se resolverá”. Continuei acompanhando todos os relatórios envolvendo as obras e, em todas as ocasiões, a dificuldade técnica e administrativa do Governo estadual foi questionada.

Apesar dos alertas do Tribunal de Contas do Estado – também criticado –, do Tribunal de Contas da União – também criticado – e até da FIFA, eu e o cidadão mato-grossense sempre recebemos um pedido de calma. Calma, Senador Jayme Campos?

Agora, a menos de quatro meses para o Mundial – parece-me que, de hoje até o primeiro jogo, 105 dias para o primeiro jogo na nossa cidade –, duas certezas nós já temos: a de que a Arena Pantanal deverá ficar pronta sim; e a de que o famoso VLT foi descartado da Copa por falta de tempo para conclusão até o evento. Descartaram o VLT! Disseram: “Não, o VLT não foi prometido para a Copa”. As pessoas pensam que somos bobó cheira-cheira, Senador Jayme Campos. Bobó cheira-cheira, aquele que pode ser enganado. Nós não podemos ser enganados.

Amigos que nos acompanham pela TV Senado, não é novidade que tudo começou errado. O Veículo Leve sobre Trilhos de Cuiabá foi licitado sem projeto, o que fez com que o consórcio do VLT Cuiabá, responsável pela obra, abrisse várias frentes de trabalho sem qualquer planejamento. Literalmente, rasgaram Cuiabá e Várzea Grande, espalhando obra para todos os lados. O que se vê agora, Senador Jayme Campos? Tudo pela metade, um festival de tapumes em Cuiabá e em Várzea Grande.

Vale lembrar que, ao alterar o projeto de mobilidade urbana com a escolha do VLT, o Governo assegurou que seria possível a implantação desse modal de transporte antes da Copa – antes da Copa! Por isso, foi usado o regime diferenciado de contratação, o famoso RDC. Por isso, na campanha eleitoral de 2012, os candidatos do Governo usaram o VLT como instrumento de propaganda eleitoral. Usaram! Nós temos os programas eleitorais na internet.

O VLT, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem um custo de R\$1,477 bilhão e prazo contratual marcado para o próximo mês de março, março de 2014 – agora, daqui a alguns dias! A implantação do modal, no entanto, só começou a ser feita em junho de 2012. São previstos dois trechos – um deles ligando o aeroporto ao bairro CPA e outro entre a região do Coxipó e o centro da capital, totalizando 22 quilômetros.

Para termos uma ideia do andamento da obra, há seis meses, em julho de 2013, o índice de execução era de apenas 37,98%, quando o esperado deveria ser 68,99%.

Conforme anunciado mais recentemente pelo Governo, o VLT será entregue em dezembro de 2014, seis meses depois da Copa. Isso, sem garantias a respeito da execução total ou não da proposta inicial – ou mentiram ao cidadão ou a incompetência grassa no planejamento e na edificação dessa obra. E os vídeos que o Governo do Estado propalou pelo mundo afora mostrando os preparativos para receber os turistas? Nos vídeos, Senador Jayme Campos, o VLT aparece, só falta aparecer com fumaçinha de trem – só falta aparecer com aquela fumaçinha. E nós, mato-grossenses que confiamos no compromisso firmado? E aqueles que propalaram, quando nós daqui criticávamos a mudança do modal, dizendo que nós estávamos vendendo a desgraça? Esses, agora, estão também dizendo, Senador Jayme Campos, que nada foi prometido para a Copa do Mundo.

O povo não é bobó, Senador Jayme Campos. O cidadão já está mais do que impaciente com a mentira, com a cara de pau de alguns que vêm dizer que as obras não foram prometidas para a Copa do Mundo.

Para minha honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a está coberto de razão quando vem à tribuna da Casa, uma vez mais, alertar não só pela péssima qualidade das obras, mas, sobretudo, pela não conclusão da maioria absoluta das obras, que não serão concluídas. Lamentavelmente, o que nós estamos vendo em Mato Grosso é o desvio, o surrupiamento de dinheiro público. Tanto é verdade que as obras que eles inauguraram – para mim, eram falsas –, todas elas praticamente estão condenadas, desde o viaduto da Trincheira Ciríaco Cândia, ali na estrada Mário Andreazza, como as demais obras. V. Ex^a foi até generoso, não citou outras obras que lançaram com banda de música, foguete, mas que não chegaram a lugar algum.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu vou citar uma a uma ainda.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Ah, não esquecer de dizer da estrada da Chapada, que lançaram, do Trevo da Guia demandando até a Fundação Bradesco. Fizeram a obra da Fundação Bradesco até a entrada do Manso e se esqueceram de fazer a entrada, ou seja, não fizeram porque a parte mais crítica da execução é esse trecho. E, se eu fosse numerar tudo aqui, iria passar muito, e eu não quero tomar o tempo de V. Ex^a aqui. Até que enfim, parece-me que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso acordou. Agora, está indo buscar, tentar pressionar o Governo para a conclusão, pelo menos para tapar os buracos. Ou seja, abriram Cuiabá e Várzea Grande de uma forma irresponsável – como o senhor bem disse –, sem planejamento, sem projeto das obras e, sobretudo, penalizando não só a classe trabalhadora com um transporte coletivo hoje de péssima qualidade, mas, particularmente, quebrando centenas, dezenas de empresários que estão na margem dessas avenidas. Lamentavelmente, se o senhor passar hoje lá, praticamente 70% daqueles estabelecimentos comerciais estão fechados. O Governo foi tão irresponsável que fala em Copa do Mundo daqui a 105 dias, mas

não há nem o espaço para estacionarem os automóveis que vão se dirigir à região lá da Arena Pantanal – que espero seja Arena Pantanal Governo José Fragelli –, que é a mudança da feira ali...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Do Verdão.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – ... do Verdão, que seria retirada para outro espaço. Então, o Governo perdeu a bússola, Senador Pedro Taques. O Governo, hoje, está sem bússola em Mato Grosso. Não só em relação às obras da Copa do Mundo, mas, sobretudo, abandonou o interior do Estado. Já começamos a ter hoje prejuízo em relação ao escoamento da produção...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A ponte em Colniza rodou ontem.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Rodou ontem. E não só isso: a trafegabilidade também de Castanheira para Juruena e Cotriguaçu também está interrompida, essa rodovia que trafegam por ali cinco cidades. Então, o Governo está brincando de gerenciar, está brincando de administrar. E aqui eu tenho de fazer um alerta, também: V. Exª há de concordar comigo que o Ministério Público tem que atuar de uma forma mais contundente, fiscalizando. Porque o papel nosso aqui, Senador Pedro Taques, nada mais é do que fiscalizar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nós não construímos obras, Senador.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Até porque, lá nas obras, há quase R\$5 bilhões de recursos da Caixa Econômica Federal, do BNDES e da própria União a fundo perdido, como é o caso das trincheiras que estão sendo executadas com recurso do DNIT, do Ministério das Cidades. V. Exª tem toda a razão. E o povo está entendendo. Como o senhor bem disse, aqueles que acham que o povo de Mato Grosso é bobó cheira-cheira estão enganados; vai dar o troco para eles nessa eleição de 5 de outubro, tendo em vista que o Governo instalado em Mato Grosso é um Governo que gerencia para meia dúzia – não é, Senador Pedro Taques? Nós temos que ter a visão de que Mato Grosso tem três milhões e tantos mil habitantes, e a maioria absoluta, 99%, está sendo penalizada: sem estradas, sem saúde, sem segurança. Virou um verdadeiro Estado do terror, porque ninguém tem segurança, tanto na cidade como no campo. Ontem mesmo, eu vi uma matéria de que agora passou a ser uma prática lá assaltar as fazendas, ou seja, os produtos que são para combate, naturalmente, das nossas lavouras, os inseticidas, etc. Então, V. Exª está coberto de razão. Quero cumprimentá-lo. V. Exª tem coragem, e precisamos de políticos neste País que tenham coragem, que não tenham rabo preso, para virem à tribuna do Senado, da Câmara Federal, das Assembleias Legislativas e criticarem, o que no regime democrático é saudável. As críticas são saudáveis na medida em que toda e qualquer unanimidade é burra, no sistema político brasileiro ou em qualquer sistema em que se pratique o Estado democrático de direito. E que tenhamos governantes estadistas. Quero concluir dizendo a V. Exª que o COT não termina, que é o Centro de Treinamento de Mato Grosso...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nem do Pari, ali perto da passagem da Conceição.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – O do Pari não termina, eu estive lá; o da Universidade também não termina. O aeroporto, eu vi uma declaração do Ministro Moreira Franco, que esteve agora lá, na última segunda-feira, dizendo que saiu muito animado de lá do aeroporto, dizendo que tem chances; mas ele prepara os puxadinhos. Também não vejo nenhuma possibilidade, tendo em vista que faltam 100 dias praticamente, tirando o Carnaval e os feriados, 1º de maio. Eles têm que trabalhar não três turnos, mas cinco turnos, para tentar concluir as obras do Aeroporto Marechal Rondon, na minha cidade de Várzea Grande, Senador Flexa Ribeiro. É um vexame! E o Governo Federal vai também passar um vexame, tendo em vista que as obras de mobilidade urbana e de infraestrutura propostas também não vão ser concluídas. Fico muito preocupado quando se fala em Copa do Mundo em Cuiabá. Nós não temos à disposição, hoje, Senador Flexa, nem cinco leitos de UTI. Iniciou-se a construção do Hospital da Universidade Federal de Mato Grosso, que será o Hospital Universitário, que também não conclui para a Copa do Mundo. O VLT, eu já disse ao senhor e estou ganhando várias apostas. Eu disse aqui, em dezembro de 2013, que faço uma aposta aqui, de público, diante das imagens da TV Senado e dos ouvintes da Rádio Senado, que, se tudo correr bem, em 2017, e precisa injetar, pelo menos, 1,5 bilhão – um bilhão e quinhentos já foram para o ralo, e me falaram que já foi mais de um bilhão. Compraram os vagões, mas esqueceram de fazer os trilhos. Vai virar ferro velho. Está empilhado lá no Município de Várzea Grande, ao lado do espaço da Infraero.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É que o sol em Mato Grosso não é tão quente, pode ficar fora.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – O senhor imagina: sol e chuva, aquilo vai virar um monte de ferro velho. Realmente, quem vai pagar a conta é o povo mato-grossense. Então, realmente quem vai pagar a conta é o povo mato-grossense. Nós esperávamos, Senador Flexa, ter um legado maravilhoso. Íamos pagar conta cara, mas o povo mato-grossense ia ser beneficiado. Todavia, Senador Pedro Taques, V. Exª, que está nessa missão de ser governador do Estado, está colocando o seu nome à disposição do povo de Mato Grosso, tem uma missão nobre, se eleito for – e espero que o seja –, de realmente fazer um governo de transformação,

um governo sério, respeitando o povo mato-grossense, sobretudo aquele que recolhe o seu tributo, que com o suor do seu rosto paga os impostos, e, todavia, está sendo desrespeitado na sua cidadania porque não tem segurança, não tem educação, não tem saúde e não tem coisa alguma. V. Exª está de parabéns pela sua coragem de vir aqui, e não é hoje, há muito tempo, há mais de um ano já chamando a atenção, preocupado com a conclusão das obras, dizendo que não seriam concluídas. E é o que está acontecendo. Não vão concluí-las, e nós vamos passar um vexame. Vai ser uma vergonha a Copa do Mundo em Cuiabá. Que Deus nos ilumine. Esperamos fazer menos feio do que a expectativa e a sensação que todos nós, mato-grossenses, temos neste exato momento. Parabéns, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, por sua fala. E V. Exª não é pessimista, V. Exª está sendo realista. V. Exª, como eu, nós todos, os mato-grossenses, queremos que esta Copa seja motivo de orgulho, não motivo de vergonha. Agora, falar... Se você fala, você é contra; se você fala, você é pessimista. Isto é a prova, Senador Jayme Campos, de que a sociedade precisa avançar um pouco mais.

Um detalhe importante eu gostaria de trazer à consideração dos Senadores: já estamos pagando, Senador Jayme Campos, a fatura do VLT. Já estamos pagando. Neste mês de março, a Secretaria de Estado de Fazenda já terá que começar a amortizar os juros do empréstimo de R\$727 milhões feito pelo governo do Estado junto à Caixa Econômica. Já vai começar a amortizar os juros. O primeiro pagamento será de R\$13,3 milhões, referentes apenas aos juros. Treze milhões de reais! A sociedade já está pagando esse valor.

Vejam outras observações apontadas pelo CREA a respeito das obras.

Os Centros Oficiais de Treinamento do Pari, em Várzea Grande, a que V. Exª fez referência, e da Universidade Federal de Mato Grosso, obras programadas para abril deste ano estão muito atrasadas. Se eles, os centros de treinamento, continuarem nesse ritmo, não serão concluídos em abril. Nós estamos a quase 40 dias do mês de abril, pouco mais de 30 dias.

Também é preocupante a falta de mobilidade e de acessibilidade nestes centros de treinamento que estariam sem os preparos necessários, com banheiros e arquibancadas sem planejamento de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

O aeroporto, da forma como a obra está sendo conduzida, também não será concluído, segundo o CREA. Tanto é que a própria Fifa deixou como prioridade que a Arena Pantanal esteja pronta.

Por falar em Arena Pantanal, ela está prevista para ser entregue em meados de março pelo governo do Estado, com o prazo para lá de estourado. Dizem que não precisamos mais nos preocupar. Vai ficar tudo pronto! Mas e os custos? Chegarão ao nosso bolso quando, Senador Jayme Campos?

A Arena Pantanal começou a ser construída em maio de 2010 – a primeira entre todas as 12 que serão usadas na Copa do Mundo. A primeira começou em Mato Grosso. Em julho de 2012, a Arena tinha apenas 46% de suas obras concluídas, o que levou o governo a assinar um aditivo ao contrato, que prorrogou o prazo de entrega até outubro do ano passado, a um custo de R\$519 milhões. Repito, R\$ 519 milhões. Hoje a obra está orçada em R\$ 570 milhões. A Arena Pantanal chegou a 95% dos serviços concluídos. O que poucos dizem é que, até agora, a Arena está R\$228 milhões mais cara em relação ao custo inicial previsto. Duzentos e vinte e oito milhões a mais.

(Soa a campanha.).

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Outra obra que preocupa é a construção do Fan Park, ponto de encontro de torcedores durante o Mundial.

A obra também é vista com descrença pelo CREA, uma vez que o projeto deve ser executado no Parque de Exposições Jonas Pinheiro, lá em Cuiabá, e, até o momento, a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) continua sediada no local e nenhum serviço teve início. O projeto ainda está em fase de elaboração. Após a conclusão do projeto, um novo edital ainda deverá ser lançado para contratação da empresa que irá executar a obra, que não tem prazo de conclusão previsto pelo Estado.

Cito ainda as obras ligadas ao Corredor Mário Andreazza que fazem parte do plano B de locomoção entre o aeroporto, a Arena Pantanal e a rede hoteleira. Uma parte está pronta e a outra, a duplicação da Rodovia Mário Andreazza (MT- 444), tem previsão de entrega em março. No jargão deste governo: isso se a chuva permitir. Isso se a chuva permitir.

Sabe-se que chove em Mato Grosso neste período desde que o mundo é mundo. A chuva não vai parar. Quem sabe nós tenhamos que chamar São Pedro para resolver isso.

A obra de reestruturação e revitalização do Córrego Mané Pinto/Avenida Oito de Abril tem por objetivo facilitar o acesso à Arena Pantanal. A previsão inicial era de que a obra fosse concluída em julho do ano pas-

sado, mas a demora para o início da obra fez com que a Secopa aditasse o contrato para que fosse encerrado em março, agora. Março promete!

A pavimentação e a restauração de diversas ruas do entorno da Arena Pantanal também estavam previstas para o final do ano passado. A previsão do último cronograma era de que elas estivessem prontas em maio do ano passado. A Estrada da Guarita, outra obra de mobilidade, também não está pronta. Ela deverá ser finalizada apenas em março. Isso sem contar com obras que foram amplamente divulgadas, e depois simplesmente descartadas. Foram descartadas.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Cito o caso do teleférico da Chapada dos Guimarães, do complexo de segurança. Nada foi feito.

Não vou nem entrar no mérito de falar sobre projetos para a saúde, porque isso não existiu.

Os problemas enfrentados hoje por Mato Grosso passam necessariamente pela falta de fiscalização. Talvez pela pressa de executar projetos que já nasceram atrasados, o Governo liberou recursos às empresas contratadas sem exigir qualidade nas obras.

Mas, conforme as palavras do Presidente do CREA, “obra de engenharia não se executa com pressa, e sim com profissionais competentes, recursos e tempo.” Sim, estamos correndo contra o tempo e, infelizmente, aos bilhões de reais que iam ser gastos, vamos acrescentar outros bilhões, que poderiam ser investidos em escolas, hospitais e em outros serviços básicos que nos faltam.

O que este roteiro nos mostra é que quando a Copa do Mundo acabar ainda restará muita poeira e lama, vindas de obras inacabadas ou finalizadas às pressas. Afinal, por incrível que possa parecer, ainda existem obras dependendo de processo licitatório.

Eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo o tempo que V. Ex^a me concedeu, o tempo a mais. E quero dizer que nós todos temos orgulho de sermos mato-grossenses. Nós todos temos orgulho das nossas potencialidades, das nossas riquezas, do nosso povo, mas não podemos deixar de mostrar o que está acontecendo, porque nem tudo são rosas, nem tudo são rosas. Não adianta dizer que estamos sendo pessimistas. Nós temos que ser realistas, e a realidade não pode ser escondida do cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Pedro Taques.

Agora fala, como Líder, o Senador Inácio Arruda, e em seguida fala, como orador inscrito, o Senador Jayme Campos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro e de forma lamentável, quero encaminhar à Mesa dois requerimentos de pesar. Um pelo falecimento da genitora do Reitor da Universidade Estadual do Ceará, uma família praticamente toda ligada aos movimentos de resistência do período da ditadura militar, e mesmo de antes, gente que enfrentou o período mais duro do governo Vargas, o período do Estado Novo.

E, na sequência, outro companheiro, Nonato César, dirigente do Sindicato dos Comerciantes, que, em decorrência de insuficiência renal grave, terminou falecendo.

São pessoas ligadas ao movimento social, ligadas ao movimento popular do meu Estado. Então, queria registrar esses votos de pesar pelo falecimento de duas pessoas muito queridas por todos nós.

Na sequência, quero também encaminhar a minha reclamação ao Governo.

Nós lá do Ceará, Inácio Arruda, Pimentel, Eunício e toda uma Bancada de Deputados Federais, temos reclamado do Governo para que ele crie facilidades para levar o milho de Mato Grosso, onde há milho sobrando, para o Ceará – falta milho no Ceará, falta milho no Nordeste. A nossa reclamação para a Conab, mas também para os demais ministérios, inclui Planejamento, Fazenda e Casa Civil por causa da burocracia, dos carimbadores de ocasião que criam dificuldades.

Só o Ceará precisaria de 30 mil toneladas/mês, e estão despachando para o Nordeste 40 mil toneladas. Isso é inconcebível! Os nossos criadores são penalizados com o período longo de estiagem e ainda são penalizados pela burocracia infernal que contamina qualquer governo e, evidentemente, também contamina o nosso Governo. É preciso estar atento.

Então quero registrar que estou encaminhando um requerimento para o Ministério da Agricultura, onde está a responsabilidade direta, que é da Conab, com cópia para o Planejamento, para a Fazenda e para a Casa Civil, que tem lá os seus carimbadores que seguram, que criam dificuldades, que impedem.

É um negócio lastimável essa burocracia miserável que existe no Brasil! Muita gente, para justificar a função comissionada, está ali num canto para carimbar um pedaço de papel, e atravança, impede, cria dificuldades e prejudica a economia do Nordeste e do meu Estado em especial.

Nós precisamos, Sr. Senadores do Mato Grosso, desse milho. Não é possível que os senhores lá, governando, não façam uma estrada para escoar esse milho mais rápido, porque é muito importante para nós, lá no Estado do Ceará.

E os contratos da Conab não podem ficar sujeitos a esse tipo de carimbo, porque, senão, nós inviabilizamos a atividade econômica dos pequenos produtores da nossa região. São pequenos criadores que criam suínos, que criam caprinos, que criam um boi, uma vaquinha, que têm um plantel de aves, que precisam ser abastecidos por este órgão que é a Conab, porque é ele que controla preços. Senão vão ficar na mão dos especuladores, comprando milho a preço vil. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Na sequência, Sr. Presidente, está a questão mais importante de que quero tratar neste dia. Estive, junto com o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, hoje pela manhã, com o Ministro da Integração, Francisco Teixeira, um técnico de alto gabarito, de grande capacidade técnica e política, que tem política na cabeça, sabe das coisas e está ali no Ministério da Integração. Nós fomos ao Ministro para garantir a sua presença em um seminário importante da CDR em Recife, para tratar de um órgão importantíssimo da nossa região, que é a Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Essa discussão está entrelaçada com o que nós pensamos partidariamente e discutimos no nosso Partido, inclusive no congresso nacional do PCdoB. Discutimos, recentemente, em reunião do comitê central do nosso Partido sobre que reformas, que questões são mais graves e devem ser objeto de debate durante o processo sucessório para nós, para o candidato que nós vamos apoiar, evidentemente, mas para todos, porque é o Brasil que está em causa.

Uma das questões em que nós colocamos o dedo é a integração nossa, do Brasil, das várias regiões. Como estabelecer um grau de desenvolvimento econômico, social e cultural mais equilibrado no Brasil, de forma que os órgãos públicos, principalmente as instâncias do Governo Federal, tenham uma sintonia mais fina com governadores?

É bom lembrar que, quando da criação da Sudene, o que mais desesperava Celso Furtado era a política dos governadores que eram contra haver um órgão de planejamento regional que pudesse ter uma ação mais incisiva em uma região, principalmente como a nossa, que tem problemas gravíssimos, principalmente a questão do famoso cristalino, que é a nossa dificuldade maior no Estado do Ceará, mas a região semiárida, com baixa precipitação pluviométrica, como é o caso do Ceará, parte do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, alto Sertão Pernambucano, e uma parte significativa do Sertão baiano, além de Alagoas e Sergipe, que são Estados menores, mas que também têm, muitas vezes, longos períodos de estiagem.

Então, essa realidade exige uma intervenção mais ousada do Governo Federal. Eu digo: é acanhada a intervenção do Governo Federal no Nordeste, ao longo dos últimos 30, 40 anos. Só agora, recentemente, tratamos de alguns investimentos de maior porte: refinarias, Transnordestina e interligação de bacias do São Francisco. São obras estruturantes, regionais, que têm peso no processo de desenvolvimento.

Mas nós precisamos de muito mais. O nosso atraso econômico em face das outras regiões, e em face das outras regiões de referência, como o Sudeste, é muito grande. É largo esse atraso. E nós precisamos discutir com profundidade.

O nosso seminário, comandado pelo nosso Presidente Antonio Carlos Valadares, em Recife, tem este objetivo de discutir com o órgão central de planejamento, que é a Sudene. E o mais estranho é que, em uma reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, em Fortaleza, o superintendente da Sudene nem se manifestou, nem falou. E o principal órgão de discussão sobre a realidade da estiagem na região não estava nem presente.

Então, veja o descaso com os órgãos regionais. E o principal é a Sudene. É ela que tem de articular os demais; é ela que tem de trabalhar com o BNB, com o DNOCS, com a Codevasf, com a Chesf. É este o órgão que tem de trabalhar com as universidades locais, chamando-as para o debate, para a discussão dos grandes projetos da região, para examinar as deficiências e o papel dessas instituições e da própria Sudene em face do Governo Federal. É para isso que eles existem. Não é apenas um órgão subordinado ao Ministério da Integração; é o órgão responsável pela discussão, pelo planejamento e execução de determinadas políticas na nossa região.

Então, esse órgão não pode ser fraco e o seu superintendente não pode ser enfraquecido. Ele não pode ser deixado de lado; ele tem de ser ouvido.

Eu lembro que, na autobiografia de Celso Furtado, ele foi convidado para tratar do assunto Nordeste com o Presidente Juscelino Kubitschek – mineiro, forte, muito respeitado – porque era funcionário do BNDES e, como funcionário, técnico, também era ali respeitado. Ele foi convidado, assim como vários outros dirigentes do BNDES, inclusive o seu presidente, e também foram convidados vários empresários do Nordeste, do Sudeste,

do Sul para opinar sobre o que fazer com o Nordeste, que estava aos frangalhos naquela época, com uma seca também dura. O que fazer com o Nordeste? Chamaram também representantes de Estado para o seminário. Segundo Celso Furtado, pouca gente compareceu, mas ele lá estava.

Os funcionários do BNDES, um olhando para outro, disseram: “Quem é que vai apresentar uma proposta para o Presidente?” Olharam e disseram: “Vamos botar aqui esse Celso Furtado. Ele é técnico, nordestino, paraibano. Vamos botar esse daí para ver se ele leva uns cascudos do Presidente, uns carões do Presidente. Ele vai falar, o Presidente não vai gostar, e vai levar uns carões.” E Celso Furtado disse que ficou ali na frente do Juscelino, olhou nos seus olhos e começou a soltar os desaforos necessários para o Presidente. Ele falou praticamente por 40 minutos, sem parar, sobre o que era o Nordeste, o que era a sua realidade, o que era o tratamento irresponsável do Governo Federal durante décadas e fez um conjunto de sugestões.

Primeiro, disse que o Governo não sabia nada do Nordeste, não conhecia nada de Nordeste e quem falava sobre Nordeste pelo Governo, às vezes, nunca tinha ido ao Nordeste. Então, não sabia patavina nenhuma sobre o Nordeste, não conhecia. Quando se falava em cristalino, o cara pensava que eram cristais de prateleira. Não sabia que era uma pedra, uma rocha – se a enxada bate nessa rocha, a enxada entorna na hora. Não conhecia isso.

Então, ele falou ali por 40 minutos e disse: “Bom, daqui eu vou para a cadeia”, porque foi tanto insulto que ele achava que dali sairia preso e perderia o seu cargo de funcionário do Banco do Nordeste. E Juscelino virou-se para os outros e perguntou: “Quem é esse? Quem é esse aí?” Um famoso lá se apresentou com aquela ideia de que Celso Furtado estava perdido, porque o Presidente estava perguntando quem era aquele, e disse: “Esse é o Celso Furtado, um técnico do BNDES.” “E o que vocês estavam fazendo que até hoje não me trouxeram esse sujeito aqui para me dizer as verdades, para que eu pudesse conhecer o Nordeste, e dar sugestões viáveis para a Região? Chama esse homem aqui, ele vai ficar aqui, no Governo, vai ficar aqui no Palácio, [lá, no Rio de Janeiro], para tratar da questão do Nordeste comigo.”

E foi assim que nasceu a Sudene, nasceu na base do desaforo, na base do desafio, na base da coragem, e acho que temos que enfrentar essa realidade sobre a Sudene. Temos que, primeiro, render a homenagem devida ao nosso Presidente Lula, que a ressuscitou, porque a liquidaram, Fernando Henrique liquidou com a Sudene de uma vez, Lula foi lá e a ressuscitou. Mas não basta ressuscitá-la, ela precisa ganhar força, precisa ter musculatura, precisa ter gente nova, precisa ter concurso em que as pessoas passem e sejam chamadas, precisa ganhar essa vitalidade para ter a visão completa do Nordeste e ter a visão de integrá-lo com a economia nacional, integrá-lo com esta situação nova que vive a economia nacional. Precisamos, por necessidade, crescer numa velocidade muito acima do crescimento nacional. É assim que tem que crescer o Nordeste. O Brasil não pode crescer 2,5, e nós, 2,5, porque ficamos no mesmo lugar, não saímos do lugar. O Brasil precisa crescer 2,5, 3, e precisamos crescer o dobro, pelo menos, durante 10, 15 anos seguidos, para romper com esse atraso que deixou à margem uma Região enorme do Brasil, que conta com 30% da sua população.

É por isso que temos lutado aqui, é por essas questões que temos brigado aqui, no Senado Federal, em nome do meu Estado, o Ceará, mas em nome do Nordeste brasileiro.

Há poucos dias, fiz uma revista de prestações de contas, e a Procuradora Eleitoral considerou que era propaganda eleitoral antecipada, até buscou me condenar na Justiça porque estávamos a prestar conta. Prestar conta disso que estamos fazendo aqui, deste debate que estamos travando no Senado Federal, desta discussão que estamos tendo em defesa do meu Estado, o Ceará, mas do Nordeste brasileiro. Não é propaganda eleitoral não, é a vontade de ver o Nordeste avançar, de ver o Ceará avançar, de tirar a burocracia e de tirar muita gente do meio que atrapalha o desenvolvimento do nosso País.

É esse o nosso anseio, é esse o nosso desejo, é essa a nossa luta aqui no Senado Federal. Foi por isso que brigamos aqui pela questão do Fundo de Participação dos Estados, do ICMS, que não dá manchete de jornal lá, no Ceará, não, nem dá no Nordeste. Quando você está defendendo causa justa, ah, não sai não, não vira manchete de nenhum jornal, nem de televisão, nem de canto nenhum. Mas temos a consciência, sabemos que é justo, que é necessário e, por isso, estamos trabalhando intensamente com a questão do Nordeste brasileiro e colocando no centro a Sudene.

Nós temos de colocá-la com esse papel destacado. É assim que nós estamos vendo a preparação desse importante seminário.

O nosso Presidente Valadares autorizou-me aqui, como Vice-Presidente, a ampliar o convite. É um seminário em Recife, mas não é apenas para os Senadores de Pernambuco. Não, é para todos os Senadores do Nordeste, que devem ir a Pernambuco. É também para os Governadores, para o Governador do Ceará, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão. É a nossa Região. Mais do que a nossa Região tem também Minas Gerais, que precisa estar lá porque, na hora de se examinarem as vantagens de ser do Semiárido, se inclui também o Estado de Minas Gerais. Mas na hora de lutar, às vezes, pela

Região, nós temos dificuldades de atrair Minas Gerais e parte do Espírito Santo, que também fazem parte do Semiárido brasileiro.

Então, Sr. Presidente, estou confiante de que vamos fazer um seminário forte, capaz de dar respostas a essa necessidade de integração do nosso território de forma mais arrojada, não só pela logística, mas por políticas públicas tratadas diretamente com o Governo Federal que permitam à Região se desenvolver em uma velocidade necessária para acompanhar o ritmo que alcançaram as outras regiões, principalmente o Sul e o Sudeste do Brasil. Para isso precisamos de uma intervenção de grande porte.

Aqui discutimos, especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, algo carimbado como guerra fiscal, que é exatamente a possibilidade de os governos estaduais manejarem um dos seus tributos mais importantes, que é o ICMS. Aqui nós lutamos, aqui no plenário do Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, em defesa dos interesses – é evidente – do meu Estado. Brinco com isso porque uma vez, indagado por um repórter da *Gazeta Mercantil*, o repórter me perguntava, sendo da oposição ao Governo do Senador Tasso Jereissati, na época, se nós estávamos de acordo com aquela política desvairada de liberar ou de praticamente entregar o ICMS para atrair grandes empresas para o Estado do Ceará, que estava vinculando 75% do ICMS do nosso Estado para garantir que aquelas empresas ali aportassem. Eu disse: “Eu estou em desacordo com o Governador.” Ele disse: “Por quê? Quais são as suas razões?”

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu disse: “Porque, para atrair empresas diante dessa realidade, nós deveríamos abrir mão de 100% do ICMS e não apenas de 75% do ICMS.” Era a única forma. E digo para todos hoje que, no Nordeste, é a única ainda. Nós não temos outra forma de atrair empresas, sejam estrangeiras, sejam nacionais, para se constituir e gerar emprego na nossa região, o que é muito importante.

Nós não temos outros instrumentos e temos que discutir isso ali na Sudene. Quais são os instrumentos novos? Qual será a política nacional que vai permitir que o Nordeste seja atraente, que o Nordeste seja promissor para aqueles que querem investir no Nordeste, que querem produzir no Nordeste, que querem produzir em áreas importantes, que querem produzir na área da química, na área da nanotecnologia, que querem trabalhar na área do aço, da siderurgia, que querem estar próximos das refinarias que vão nascer ali? Qual é a política que nós vamos usar para atrair esses empreendedores para a nossa região?

É essa a questão que vamos tratar, Sr. Presidente, ali na reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, lá no local onde está a sede. Eu visitei recentemente a sede, que está num prédio belíssimo, tombado, mas praticamente metade do prédio é um prédio fantasma, de forma lastimável.

Então, nós vamos fazer esse seminário tendo em frente a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, porque é sua responsabilidade, é o seu dever, é a sua obrigação discutir como nós, aqui no Senado da República, no Congresso Nacional, tratamos o desenvolvimento regional efetivamente. Esse é o papel e o dever dessa Comissão.

Como nós vamos tratar com o Governo Federal? Como nós vamos viabilizar uma série de questões que foram discutidas numa conferência nacional, em que estivemos presentes, a conferência nacional sobre desenvolvimento regional? Foram convidados inúmeros agentes nacionais e estrangeiros. Aqui estiveram europeus, gente do Mercosul, do Pacto Andino, dos vários centros de desenvolvimento regional. Muita gente foi ouvida, mas, agora, precisamos viabilizar aquilo que foi fruto de uma discussão geral, ampla, nacional. No entanto, temos de pegar a nossa região, pegar o nosso Nordeste, no qual se encontra o Ceará, e ver como vamos tratar dessa questão tão importante e que nos é tão cara, meu caro Senador Paim.

Então, quero agradecer a V. Ex^a a possibilidade de nesta noite de quarta-feira, quase que “momina”, em que todos já estão a brincar e farrear pelo Brasil, estarmos aqui trabalhando na defesa do meu Estado, de nossa região e pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Inácio Arruda. Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de **Maria Coelho Raposo Sampaio**.

Justificação

Dona Maria Coelho Raposo Sampaio tinha formação em humanidades – um pouco de Filosofia, sob a ótica da Religião, e um pouco de Literatura – não tão profunda ou sistemática, mas o suficiente para estimular o gosto pela atividade intelectual dos seus quatro filhos. Como primogênito, e único filho homem, o atual reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Jackson Sampaio diz que foi criado por sua genitora neste clima, em que citações de filósofos cristãos conservadores cruzavam-se na hora das refeições.

Mileide Flores, sua filha, lembra que Dona Maria cultivava o gosto de trabalhar, de servir à coletividade e de se dedicar ao conhecimento.

Sala das Sessões, 2014. – Senador **Inácio Arruda**.

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de **Nonato César (Raimundo Nonato de Andrade)**, sindicalista, líder popular e militante comunista cearense.

Justificação

Nascido em Santana do Acaraú/CE, em 24.08.1947, filho de agricultores da região, Raimundo Nonato de Andrade, mais conhecido pelos amigos e camaradas como **Nonato César**, mudou-se para Fortaleza ainda na juventude. Trabalhando no comércio, ingressou no Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza, tornando-se seu diretor e, posteriormente, responsabilizando-se pela organização da subsede do sindicato em Maracanaú e Maranguape.

Ingressando no PCdoB em 1986, nunca mais abandonou suas fileiras, assumindo importantes tarefas como responsável pela Corrente Sindical Classista e membro da Secretaria Estadual de Organização. Ocupou ainda os cargos de Presidente, Secretário de Organização e Presidente de Honra do PCdoB de Maracanaú, cidade operária onde viveu a maior parte de sua vida, trabalhando incansavelmente em defesa dos interesses dos trabalhadores, fiel a seu compromisso com a construção de uma sociedade socialista, igualitária e progressista.

Nonato César casou-se com a professora Maria José de Carvalho (a saudosa Professora Mazé), com quem teve quatro filhos: Romério Wagney, Rondinelly Carvalho, Rômulo Carvalho e Vitória Régia.

Nonato César faleceu ontem, 25.2.2014, no Hospital Geral de Fortaleza, vítima de falência múltipla dos órgãos.

Ao manifestarmos nossa solidariedade a toda a sua família, rendemos nossa homenagem a Nonato César, militante incansável e companheiro fraterno, cuja história de luta e solidariedade ficará como exemplo para todos os seus amigos e camaradas.

Sala das Sessões, 2014. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Agora, como orador inscrito, Senador Jayme Campos.

Se o Senador Inácio Arruda quiser presidir a sessão, eu o convido.

O Senador Jayme Campos tem a palavra pelo tempo necessário para seu pronunciamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa veiculou na semana passada mais uma matéria sobre o processo de “deseducação” no Brasil, para ser lida na condição de anedota, como autêntica piada pronta. Afinal de contas, por mais críticas que chovam sobre a baixa qualidade do ensino público, nossas autoridades educacionais conseguem inventar fórmulas ainda mais retrógradas para manter nosso sistema ainda menos produtivo.

No entanto, causa espanto que o Brasil ainda se depare com situações sociais dessa natureza, seja como fato a se lamentar, seja como mote para se divertir. O caso em exame faz alusão a uma mãe mato-grossense que teria solicitado à direção da escola onde o filho está matriculado que o reprovasse, pois, segundo ela, sequer as habilidades de ler e escrever o aluno teria aprendido com idade de dez anos.

Mais precisamente, trata-se de um aluno matriculado na quinta série da Escola Estadual Malik Zahafi, por sinal, construída quando eu ainda era governador de Mato Grosso, lá no Pedra 90, um bairro que é situado na periferia da capital de Mato Grosso, Cuiabá. Nesta série, supostamente teria que estar assimilando conhecimentos associados pedagogicamente ao “ciclo de formação humana”, na nomenclatura oficial adotada pelo MEC. Contudo, de acordo com declarações da própria mãe desse aluno, o grau visível de deficiência no aprendizado não o permitiria, em absoluto, avançar na escada escolar.

Tudo indica, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que, embora tivesse sido aprovado pelos critérios formais do colégio, o aluno demonstra não dispor de desempenho mínimo para acompanhar os novos conteúdos. A mãe, que parece ter mais consciência sobre o problema do que a direção daquela escola, cobra da instituição educacional uma posição mais sensata e responsável sobre o que fazer diante da inconsistência na metodologia avaliativa adotada.

Longe de assimilar o que se consideram habilidades elementares para o acesso ao conhecimento, o aluno mato-grossense teria dominado apenas a técnica de copiar conteúdos gráficos, sem compreendê-los em escala cognitiva alguma. Em outras palavras, frequentar a escola regularmente para aprender a ler e a escrever simplesmente não tem funcionado para determinados alunos das escolas mato-grossenses.

Ora, para a mãe, não haveria dúvida: sem saber ler nem escrever, o menino deveria ser reprovado, submetendo-se novamente ao conteúdo do mesmo ano escolar. Acontece que, de acordo com declarações da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso, o sistema atual de ensino não mais permitiria retenção, seja ela por que motivo fosse, impedindo-se a realização daquilo que a lógica mais elementar da educação básica sugeriria em caso semelhante.

Aliás, no atual plano “ideológico-didático” adotado pelo Governo do Estado, não existe mais lugar para o estudante reprovado, ou seja, aquele que apresente sinais claros de insuficiência na apreensão de conhecimento. No lugar, advoga-se, irresponsavelmente, que o aluno “tem seu tempo pessoal” de aprendizagem, em função de que os professores e o educandário devem respeitar sua subjetiva elasticidade.

A própria Secretaria de Ensino reitera que o sistema de ciclos determina que o aluno não pode ser retido. Nas escolas enquadradas como “cicladas”, independentemente de o aluno saber ou não, ele não poderia ser retido, porque, na metodologia do sistema, também implicaria certo “desequilíbrio” na correlação idade e série.

Dessa forma, por conta de outro suposto “desequilíbrio” – agora de ordem psicológica – desencadeado no aluno ao notar que os colegas mais novos sabem mais do que ele, prefere-se, então, empurrá-lo para a série seguinte na fantasiosa expectativa de que ele, por si só, resgate de alguma maneira o tempo perdido, sabe-se lá como, Senador Flexa Ribeiro!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem que se expliquem as premissas que devam fundamentar um sistema que não admite reprovações em hipótese alguma, as autoridades não hesitam em repisar mantras pedagógicos tão esvaziados quanto destituídos de algum valor comprovadamente evolutivo. O sistema exige somente que o aluno tenha 75% de presença para ser aprovado e mais nada. Se houver falha, a falha deve ser sempre debitada ao sistema, e contra ele, por razão de princípio, nada se pode fazer.

Nesse contexto, vale ressaltar, Senador Flexa, que São Paulo já há algum tempo revogou a vigência de sistema educacional semelhante. Em virtude justamente das enormes brechas destinadas à resistência ao aprendizado, à postergação do processo de acompanhamento do conteúdo de ensino e ao estímulo à distração cognitiva, tudo levou as autoridades paulistanas a refletir sobre as múltiplas desvantagens do sistema da aprovação automática. Em suma, a política da não reprovação e seu falível intuito de fortalecer o trabalho pedagógico simplesmente desmoronou, exigindo sua imediata substituição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no caso específico da escola estadual, cabe também frisar que, em 2012, ela já havia sido objeto de outra manchete negativa na imprensa nacional. Para quem não se recorda, a escola Malik Zahafi foi a que teve a menor média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em nosso Estado de Mato Grosso. Segundo dados colhidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a média da instituição foi de 408 pontos. Para melhor avaliação comparativa, a mais alta do Estado foi a do Colégio Máxi, de ensino privado, também na capital, com 616 pontos.

A escola Malik, repito aqui, eu a construí quando fui governador do Estado. Por sinal, aquele bairro fui eu que implantei, que é a cidade de Pedra 90, que tem algo em torno de 9 mil famílias e 806 chácaras, ou seja, dentro do Cinturão Verde. Tive o privilégio e a honra de dar ali oportunidade para quase 10 mil famílias, hoje assentadas dentro do loteamento, que foi proporcionado a preço gratuito, com água, luz, colégio, posto policial, etc. Foi implantado durante a minha gestão, porque eu tinha um compromisso com a classe trabalhadora, sobretudo. Com isso, não permitimos nenhuma invasão da região metropolitana, dando ali hoje, sem sombra de dúvida, uma dimensão gigantesca, que é um bairro, praticamente uma cidade dentro da capital, Cuiabá.

Prossigo: a escola Malik, fundada há mais de vinte anos, deveria ser modelo de ensino, mas não tem sido. São quase dois mil alunos matriculados, que atualmente frequentam os três turnos. Como se sabe, seu reiterado fracasso no Enem representa o fracasso de um modelo educacional adotado pelo Governo Estadual, que exige níveis pífios de aproveitamento escolar quando comparados com outros Estados da nossa Federação. A perversa lógica nos parece muito transparente: os alunos das escolas estaduais apresentam desempenho insuficiente porque perceberam que bastaria apenas se matricularem e assistirem a determinado número de aulas para obterem o certificado de conclusão do ensino médio.

De fato, a estrutura física atual da escola não pode ser associada ao fracasso do modelo pedagógico. Pelo que consta, dispõe de quadras de esportes, espaço para desenvolver projetos de ensino, laboratórios e todas as salas também têm ar-condicionado. Além disso, o quadro de professores também está completo, reunindo efetivos e contratados em uma combinação bastante satisfatória. De acordo com informações repassadas pelo Governo do Estado, a escola passou por reforma em 2006, com a colocação de cobertura nova, piso de granito, rampas para deficientes físicos, forro de PVC, e mais ventiladores e luminárias nas salas de aula.

Diante disso, Sr. Presidente, não há como contemporizar com o fracassado sistema de aprovação automática adotada pelo Governo e pelas autoridades educacionais atuais do Mato Grosso. Sob amparo de uma ideologia pedagógica comprovadamente ineficiente, as escolas estaduais deveriam se submeter a uma reformulação urgente do modelo implantado, retomando de forma racional o sistema de reprovação conforme os critérios objetivos de desempenho aplicados ao aluno.

Para concluir, vale aqui estender votos de solidariedade à mãe mato-grossense, pela sua coragem de expor caso tão delicado quanto constrangedor, abrindo portas para uma discussão imprescindível sobre a decadência educacional em nosso Estado. Em suma, com mais um escândalo a se somar aos inúmeros desacertos sociais inscritos na curta história da administração vigente em Mato Grosso, pedimos, uma vez mais, que a população saiba bem avaliar seus dirigentes nas próximas eleições em nosso Estado e por que não dizer em nosso País.

De maneira, Sr. Presidente, que era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

O Senador Flexa Ribeiro vai usar a palavra neste momento e, depois, vai presidir para que eu dê um rápido informe sobre duas questões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo fez, na semana passada, mais uma investida para convencer os agentes econômicos de que leva a gestão das contas públicas do País a sério. Há dúvidas sobre quanto tempo as boas intenções, que rendem muita saliva, mas teimam em não sair do papel, vão durar. A última tentativa, há menos de um mês, em Davos, não resistiu a um jantar clandestino em Lisboa.

O anúncio da semana passada era esperado por analistas de mercado como o dia D para a economia brasileira neste início de ano. Se viesse um compromisso chocho ou pouco crível com a austeridade fiscal em 2014, o risco era de as expectativas degingolarem e a perspectiva para os títulos brasileiros ser rebaixada. Talvez, isso não aconteça, por enquanto.

Já com dois meses do ano transcorridos, o Governo Dilma se comprometeu a alcançar o superávit fiscal de 1,9% do PIB até dezembro. É muito? É pouco? Melhor analisar em retrospectiva, Senador Paim. É tanto quanto foi realizado no ano passado, quando a meta começou em 3,1% e foi caindo, caindo, até fechar em 1,9%. É ainda menos do que os 2% registrados no recessivo ano de 2009. É, por fim, a menor economia desde 1998. Que sacrifício fiscal é esse, afinal? Trata-se também de uma espécie de meta São Tomé – é ver para crer, mês após mês. Quem entende de contas públicas de antemão já não crê.

A maioria dos analistas diz que dificilmente o governo petista economizará mais que 1,5% do PIB neste ano de 2014, como aferiu o *Valor Econômico*. Para começar, muitas variáveis com as quais a equipe econômica conta para atingir a meta não batem. Primeiro, pela nova previsão de crescimento da economia, que impacta todas as demais variáveis, em especial o comportamento das receitas.

Os 2,5% anunciados são mais realistas que os 3,8% da estimativa anterior, mas quase uma miragem quando cotejados com o 1,8% colhido pelo Banco Central junto a analistas, na semana passada.

Então, o Governo disse no final do ano passado que cresceria, em 2014, 3,8%; reduziu para 2,5%; mas o mercado diz que o crescimento será simplesmente de 1,8%.

Mas há quem espere bem menos para a expansão do PIB brasileiro neste ano. Além disso, quase um terço do corte anunciado é reestimativa para baixo de despesas obrigatórias, conforme análise de *O Estado de S. Paulo*. Se são obrigatórias, como cortá-las?

Daí, virão R\$13,5 bilhões dos R\$44 bilhões previstos, incluindo a estimativa de um rombo na Previdência R\$10 bilhões menor do que o registrado no ano passado. Será possível? Como?

Resumiu Ribamar Oliveira no *Valor Econômico*:

Isso é como cortar vento, pois é uma redução da previsão da despesa que consta da lei orçamentária. Por definição, o Governo terá que pagar as despesas obrigatórias que forem efetivamente registradas. Nos anos anteriores, as despesas obrigatórias terminaram maiores do que o previsto no primeiro decreto de contingenciamento.

Não é preciso dizer muito mais a esse respeito.

Além de São Tomé, a nova meta fiscal do Governo Dilma também deverá render benção a São Pedro. Nos cálculos apresentados, a equipe econômica petista não prevê aportar mais que R\$9 bilhões para cobrir desequilíbrios no setor elétrico em razão de subsídios, renegociação forçada de contratos e uso mais intenso de usinas térmicas por causa da falta de chuvas. É rezar para crer.

O Governo pretende gastar R\$9 bilhões, mas especialistas dizem que a conta não sai por menos que o dobro disso, R\$18 bilhões.

As previsões para o comportamento das receitas também são exageradamente otimistas. O Governo projeta 20,9% do PIB, mais que os 20,6% de 2013, quando a arrecadação foi inflada por ocorrências atípicas, como o leilão de Libra.

O pessoal de Brasília parece ignorar que não é todo ano que se vende metade das reservas estimadas de petróleo de um País. Entretanto, segundo o *Valor*, o Ministro da Fazenda diz que tem “trunfos”, entre aspas, na manga para garantir o objetivo fiscal este ano. Entre eles, está a taxaço de empresas distribuidoras de cosméticos, estendendo prática que hoje é feita só nas fábricas.

E também há mudanças das regras de concessão do seguro-desemprego e do abono salarial, que ele já prometera antes. São, em suma, coisas cosméticas – literalmente – ou requentadas.

A tesoura de Dilma entrou firme mesmo foi nas emendas parlamentares. Serão R\$13,3 bilhões a menos, que atingem diretamente a área social – pelo menos metade delas iria para a saúde. Ou seja, o corte também terá o condão de azedar ainda mais o clima na já conflagrada Base de Apoio à Presidente no Congresso.

Do PAC, que ano passado não executou nem um terço do previsto, foram retirados R\$7 bilhões. Aí, é tesourada em puro vento. O ajuste será capaz, no máximo, de evitar uma deterioração mais grotesca dos indicadores de solvência do País, mantendo estável a relação dívida/PIB.

Representa, também, o reconhecimento oficial do fracasso das políticas anticíclicas e de que a política fiscal vigente não ajudava em nada o controle da inflação – que o Governo estima em 5,3% este ano, o que seria a taxa mais baixa alcançada na atual gestão, e muito longe da meta. Os 5,3% estão próximos do nível superior da meta, e não da meta, que é de 4,5%.

Há aspectos positivos, porém. Até bem pouco tempo atrás, o Governo Dilma acreditava piamente que era possível empurrar a periclitante situação fiscal do País com a barriga, até que as eleições passassem e – na suposição de reeleição da petista – só então fosse tomada alguma medida mais drástica. Imagine a debacle em que o País não estaria se esta atitude irresponsável tivesse prevalecido. Ficamos com o menos pior, Senador Paulo Paim.

Antes de encerrar, Senador Paulo Paim, quero pedir a V. Ex^a que encaminhe à Mesa o requerimento que faço neste momento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais do Senado*, voto de aplauso à Sua Eminência Reverendíssima Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, por sua nomeação como Cardeal pelo Santo Padre, o Papa Francisco, no dia 22 do mês de fevereiro.

Requeiro, ademais, que o voto de congratulação seja levado ao conhecimento de Sua Eminência Reverendíssima e da Nunciatura Apostólica no Brasil.

Dom Orani João Tempesta ascendeu, merecidamente, ao cardinalato, no dia 22, no Vaticano, das mãos do Papa Francisco, com a presença do Papa Emérito Bento XVI. O novo Cardeal recebeu a titularidade da igreja romana de Nossa Senhora da Providência de Monte Verde.

Dom Orani ingressou na Ordem Cisterciense, no Mosteiro de Nossa Senhora de São Bernardo, no ano de 1968, e, em sua trajetória pastoral, dentre outras missões, foi Bispo de São José do Rio Preto, Arcebispo de Belém, do meu Estado, o Estado do Pará, e Arcebispo do Rio de Janeiro.

Conduziu, no ano passado, no Rio de Janeiro, a maior celebração católica dos últimos tempos, que foi a Jornada Mundial da Juventude, ocasião em que demonstrou sua simplicidade e equilíbrio na condução do evento.

A vida pastoral de Dom Orani sempre foi marcada pela forma simples e fraterna de fazer o bem e de levar a paz a todos. Quando deixou a Arquidiocese de Belém para assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro, sensibilizou os paraenses quando disse, aspas: “Vou para o Rio, mas levo comigo Belém, o Pará, o calor deste Estado e a simpatia deste povo”, fecho aspas.

Que Nossa Senhora de Nazaré abençoe o novo Cardeal Dom Orani João Tempesta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 153, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de aplauso à Sua Eminência Reverendíssima Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, por sua nomeação como Cardeal pelo Santo Padre o Papa Francisco, no dia 22 do mês de fevereiro corrente.

Requeiro, ademais, que o Voto de congratulação seja levado ao conhecimento de Sua Eminência Reverendíssima e da Nunciatura Apostólica no Brasil.

Justificação

Dom Orani João Tempesta ascendeu mercidamente ao cardinalato no dia 22, no Vaticano, das mãos do Papa Francisco, com a presença do Papa Emérito Bento XVI. O novo Cardeal recebeu a titularidade da igreja romana de Nossa Senhora da Providência de Monte Verde.

Dom Orani ingressou na Ordem Cisterciense, no Mosteiro de Nossa Senhora de São Bernardo, no ano de 1968, e em sua trajetória pastoral, dentre outras missões, foi Bispo de São José do Rio Preto, Arcebispo de Belém e Arcebispo do Rio de Janeiro.

Conduziu, no ano passado, no Rio de Janeiro, a maior celebração católica dos últimos tempos, que foi a Jornada Mundial da Juventude, ocasião em que demonstrou sua simplicidade e equilíbrio na condução do evento.

A vida pastoral de Dom Orani sempre foi marcada pela forma simples e fraterna de fazer o bem e de levar a paz a todos. Quando deixou a Arquidiocese de Belém para assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro, sensibilizou os paraenses quando disse “Vou para o Rio, mas levo comigo Belém, o Pará, o calor desse Estado e a simpatia desse povo”.

Que Nossa Senhora de Nazaré abençoe o novo Cardeal.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O Senador Jorge Viana usará a palavra neste momento e se propôs – já posso liberar V. Ex^a, que foi solidário a mim – a presidir para que eu fale.

Então, passamos a palavra neste momento ao 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, que depois assume a Presidência, para que eu faça dois comunicados. Terá o tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Paulo Paim, eu agradeço a atenção de V. Ex^a, que nos auxilia tanto na Mesa Diretora, presidindo os trabalhos, estando aqui – um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair sempre.

Eu estava em uma audiência, mas fiz questão de chegar como orador inscrito para poder, daqui da tribuna do Senado, dar um relato para o País da situação gravíssima que nós estamos enfrentando no Estado do Acre.

Eu estou aqui com meu *iPad*. Ontem mesmo, fotografei, fiz um sobrevoo, acompanhando o Ministro Francisco Teixeira, Ministro da Integração, o General Adriano, o Secretário da Defesa Civil Nacional, o Senador Valdir Raupp, de Rondônia, que estava junto comigo no mesmo voo.

Nós passamos o dia envolvidos em reuniões, em debates sobre a situação da cheia do Madeira, que – digo aqui da tribuna do Senado – é o mais complexo, o maior desafio decorrente de um grande desastre natural já ocorrido naquela parte mais ocidental da Amazônia.

As informações que nos chegam são de que na bacia do Rio Beni, que é um dos importantes afluentes do Rio Madeira, mais de 100 mil cabeças de gado morreram e 60 pessoas perderam a vida por conta da cheia. As informações são de que houve uma concentração. A água que falta no Nordeste do Brasil, que falta nos reservatórios e na reserva dos mananciais para geração de energia e abastecimento de São Paulo, por exemplo, como na Cantareira, a água que está faltando aqui está sobrando lá.

Os números são assustadores. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, o Rio Madeira hoje tem um volume de água de mais de 52.000m³/S. Ex^a – isso está passando no Rio Madeira. Para assustar, isso é cinquenta vezes a vazão do Rio São Francisco. Então, é como se tivéssemos cinquenta rios São Francisco numa parte dele, quando é um período que não está também em cheia, passando de uma vez só. São 18m de lâmina d’água – 18,5m. Hoje, houve um aumento de 4cm; ontem, de 50cm.

E o mais grave, Senador Paim, que preside esta sessão: alguns Municípios de Rondônia estão absolutamente isolados, como Guajará-Mirim, Nova Mamoré. Sobrevoei essa região ontem com o Ministro. É uma operação de guerra feita pelo Exército, para que alguns caminhões possam chegar, dando um arrodeio muito grande. A BR-425, dentro de Rondônia, que liga a BR-364 ao Município de Guajará-Mirim, está interditada completamente, e o grande risco que nós estamos vivendo é da interdição definitiva da BR-364, que liga o Acre ao resto do Brasil. Eu nunca imaginei ver imagens como eu vi ontem.

Falei hoje com o Governador Tião Viana. O Governador, com seu instinto de médico, solidário, com o conhecimento que acumulou na vida pública, tem-se antecipado a todas as medidas que são necessárias serem adotadas. Não está esperando que a situação se agrave para adotar medidas, está adotando as medidas preventivamente, como tem que ser feito. Então, quero parabenizar o Governador Tião Viana.

Nós criamos uma espécie de tecnologia de lidar com cheias no Acre. Todo ano que ocorre cheia nos Municípios – o Rio Acre agora transbordou, baixou, já subiu de novo –, nós sabemos lidar com isso, graças a Deus, junto com o nosso povo, com as entidades da sociedade civil, mas nós não estávamos imaginando enfrentar uma situação como essa.

Imaginem: quando se faz uma BR, uma estrada, uma obra desse tamanho, uma rodovia desse porte, normalmente se faz um estudo de recorrência de 100 anos, e é estranho que nós tenhamos uma lâmina d'água de mais de 80cm acima do leito da rodovia BR-364. Alguém errou nessa história.

Eu apresentei dois requerimentos aqui, da tribuna do Senado. Um para o Ministério de Minas e Energia porque hoje ainda teve uma manifestação do Ministério Público de Rondônia dizendo que tem uma relação direta das hidrelétricas com a cheia do Rio Madeira. Posso afirmar que, com a cheia do Rio Madeira, não. Sobrevoei a área e vi, mas, certamente, a formação de lagos deve ter alguma implicação. O próprio transbordamento do rio pela BR pode ter vinculação direta.

Hoje de manhã cedo, dei entrevista na Rádio Senado. A equipe que trabalha na nossa assessoria, na liderança, reproduziu essa entrevista no *site* do PT no Senado; a Rádio Senado disponibilizou essa entrevista, e eu, em respeito ao cidadão que pergunta nas redes sociais, através da minha página no Facebook, através do Twitter, através da imprensa, tem o direito de ter uma resposta, o cidadão acriano e de Rondônia, o cidadão brasileiro, se há uma relação direta das hidrelétricas com o transbordamento do Rio Madeira.

Eu afirmo que a cheia é decorrente de uma concentração de chuva porque os dados técnicos e científicos mostram isso, mas eu não posso desrespeitar essa autoridade que o cidadão tem de buscar uma posição oficial do governo. E, como Senador da Amazônia, como Senador que representa o povo do Acre, eu apresentei um requerimento querendo e buscando uma informação oficial do Ministério de Minas e Energia, dos técnicos, da comunidade científica que possa esclarecer e responder a esses reclames, a essa busca de informação da população.

Eu falo que a cheia é dessa maneira porque Porto Velho está alagada, e Porto Velho está abaixo das usinas. O depósito da Petrobras em Rondônia, que fica na cidade de Porto Velho, um pouco abaixo da cidade de Porto Velho, está alagado, há risco de um desastre natural ainda maior. Então, uma parcela enorme do estoque de combustível para Porto Velho, para abastecer Porto Velho e adjacências, está alagada, não pode ser utilizada. Eu vi o Governador Confúcio, estava na reunião ontem, e a situação de fato é da maior gravidade.

Mas eu apresentei também outro requerimento ao Ministério dos Transportes. Nós temos que responder a pergunta: como uma rodovia feita no final dos anos 80, no começo dos anos 90, pode hoje estar submersa? Os veículos parecem veículos anfíbios, os que estão passando. A situação é muito grave.

O Governador Tião Viana já falou com autoridades peruanas e alguns gêneros alimentícios, como hortaliças disponíveis no Peru, já estão sendo providenciados para abastecer o Acre. Um Hércules C-130 da FAB está fazendo pelo menos dois voos por dia com 15 toneladas de Porto Velho até Rio Branco. O abastecimento de Rio Branco, a capital do Acre, e de todo o Estado do Acre está vindo de combustível de Cruzeiro do Sul, graças ao fato de termos trabalhado, ao longo desses anos, na BR-364, ligando, mesmo no período de inverno, Rio Branco a Cruzeiro do Sul. E o estoque para o período de chuvas de Cruzeiro do Sul está sendo usado agora para garantir o abastecimento, o suprimento de combustíveis em Rio Branco.

Nós estamos abastecendo, por iniciativa do Governador Tião Viana, cidades como Extrema e Califórnia, que são de Rondônia e também estão isoladas ou parcialmente isoladas. Então, há neste momento uma ação de solidariedade, o povo do Acre se juntando com o povo de Rondônia, e nós estamos como se fôssemos da mesma Bancada na busca de soluções.

O Acre está sem material para trabalhar a recuperação de vias. E o Vice-Governador César Messias, atendendo uma orientação do Governador Tião Viana, foi a Manaus e estamos resgatando um mecanismo de transporte, um sistema modal de transporte que foi usado no Acre até a década de 80: era por água nesse período, através do Amazonas, depois Rio Purus e Rio Acre, passando por Boca do Acre.

Todas essas providências preventivas para que não tenhamos um colapso absoluto o Governador Tião Viana está adotando, mas, por exemplo, havia o risco de desabastecimento de gás. A Fogás, em Porto Velho, foi alagada, com milhares de botijas de gás flutuando. Agora, estamos trazendo gás de Cruzeiro do Sul, de um estoque que havia e que pode abastecer Rio Branco por mais 15 dias.

A situação é muito grave. O que pode acontecer com a rodovia que tem um aterro de 2m, 3m e que foi tomada pela água, com uma lâmina de água acima da rodovia de 80cm? Então, à noite, não passa nenhum carro; durante o dia, com uma ação do DNIT, do escritório do DNIT local, Acre e Rondônia, com um carro-guia, faz-se uma travessia perigosa. Os motoristas estão com medo de passar, o risco é grande. O rio não para de subir. Esses 4cm de hoje são graves. Ontem, eu fiz esta pergunta: e se subir mais 10cm, 15cm, 20cm? Disseram que vamos ter de fazer a interrupção definitiva da rodovia até que a água possa baixar. Já imaginaram, num País – e é nesta hora que vemos: equivocadamente – que faz as políticas todas baseadas em rodovias, um Estado ficar sem receber caminhão ou sem poder nenhum veículo sair?

Toda a parte de granja do Acre, que é abastecida diariamente com ovos e com uma série de insumos, está num momento crítico. Daqui a pouco, há uma situação limite também. Três frigoríficos na região de Rondônia fecharam as portas, pois estão alagados na beira do Madeira. Os do Acre não estão alagados, mas não podem ter uma produção como tinham, porque não têm como exportar a produção. Então, a situação se agravou de tal maneira...

Eu conversava ainda há pouco com o Governador Tião Viana. De novo, eu o parablenizo, porque ele está adotando medidas, antecipando-se a um cenário que pode se estender e que pode se agravar ainda mais. Queira Deus que não. Eu estou na torcida. Eu estou atento. Eu acho que quem representa o povo do Acre ou o povo da Amazônia tem de estar junto. Fiz questão de ir acompanhando ontem o Ministro, de me informar diariamente, de estar junto, ajudando com alguma sugestão e procurando também dar ressonância a esse trabalho que o Governador Tião Viana, junto com sua equipe, está procurando fazer para diminuir a aflição e o sofrimento do povo acriano.

Então, é uma situação muito complicada. O Acre tem 22 Municípios e todos eles têm uma relação de dependência direta com a BR-364. É claro que, da tribuna, eu respondo uma pergunta que também é feita: e a ponte do Rio Madeira? A ponte do Rio Madeira também não tem nada a ver com essa cheia, mas ela é um agravante. Depois de passar como carros anfíbios pela rodovia BR-364, chega-se à beira do Madeira e o lugar de embarque dos caminhões também está sendo tomado pela água, principalmente na margem do Abunã. E a margem do Rio Madeira que dá para o lado ao Acre é uma área mais alta. E, se subir um pouco mais, vai ter de se mudar o embarque dos caminhões nas balsas para uma região 14km abaixo do Rio Madeira. A viagem de cada caminhão vai demorar três horas, em vez de ser meia hora, como é feita hoje a travessia – 40 minutos – do Rio Madeira por balsa.

Então, nós temos, de fato, que dar ressonância, reproduzir aqui, da tribuna do Senado, uma preocupação com a situação que se agrava. A própria imprensa nacional – eu queria fazer um alerta – ainda não entendeu a dimensão e talvez não tenha entendido o tamanho e a gravidade desse problema que o povo do Acre está passando.

Eu faço até um pedido à imprensa, que tem sempre feito grandes coberturas, para que fique atenta a isso. É uma situação grave.

O Governador Tião Viana – eu quero concluir, Senador Paulo Paim – hoje decretou situação de emergência em todo o Estado do Acre. Faço um apelo para que o Ministério da Integração Nacional, o Ministro Francisco Teixeira, e o General Adriano, da Defesa Civil, façam o reconhecimento o quanto antes dessa situação de emergência, porque é um instrumento que a Defesa Civil tem.

Eu propus e criei, junto com o Senador Casildo Maldaner, a Comissão Especial de Defesa Civil aqui, no Senado, para aperfeiçoar a legislação de Defesa Civil no País. Conheço bem essa matéria, tenho experiência de ex-Prefeito, de ex-Governador, e confesso que nunca vi um desastre natural dessa proporção.

Teremos muito trabalho depois que passar essa fase.

A ponte do Rio Madeira está licitada; a ordem de serviço está dada. Nós vamos definitivamente vencer esse problema. Foi retardada, sem justificativa, a execução dessa obra da ponte. E aqueles que controlam a balsa na travessia do Rio Madeira e têm uma verdadeira mina de ouro inviabilizaram, durante anos, todos os processos licitatórios que foram feitos. Dessa vez, está vencido.

A licitação é uma obra de R\$128 milhões. A ordem de serviço para a instalação do canteiro de obra já está dada, e, tão logo as águas baixem, vai começar a obra.

Mas, agora, também vou lutar muito da tribuna, nas audiências, e, usando o mandato, sei que vou ter o apoio de todos os Parlamentares do Acre e de Rondônia para que possamos fazer uma obra para elevar o greide da BR-364 em, pelo menos, um metro e meio ou dois metros, a fim de que aquilo que a engenharia deveria ter

feito possa ser feito depois dessa cheia. Como engenheiro, eu falo: não há explicação para o que nós estamos vivendo lá. Alguém errou, e errou feio. E nós temos obrigação de esclarecer essa situação para a população.

É óbvio que, neste momento, precisamos somar forças, ser solidários, buscar ajudar a fazer com que não haja maior sofrimento ainda do povo acreano, como têm feito o Governador Tião Viana e o Vice-Governador César Messias, que têm trabalhado de manhã, de tarde e de noite, junto com a Associação Comercial – eu queria parabenizar a Associação Comercial –, a Federação do Comércio do Acre, a Federação da Indústria, porque estão todos juntos na busca da melhor solução para que o Acre se antecipe aos problemas e possa garantir um abastecimento que não crie maiores dificuldades ainda para a população do Estado. Penso que nós vamos ter que adotar uma série de medidas tão logo passe esse período crítico que estamos vivendo.

O Governador Tião Viana tem tido um contato permanente com o Governo Federal. Quero agradecer ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que já falou com o Governador e tem feito a mediação com o Governo – criou-se um grupo de apoio dentro do Governo Federal. Quero agradecer à Presidenta Dilma.

Compartilho, aqui da tribuna do Senado, nesta quarta-feira, essas preocupações que nós estamos vivendo no Acre por conta desse grande desastre natural, que decorre do transbordamento do Rio Madeira, da alagação do Rio Madeira, como nós chamamos na região.

A situação de Guajará-Mirim é crítica – aqui a minha solidariedade ao povo de Guajará. Em Nova Mamoré, também é muita crítica. Todos os distritos existentes ali no entorno estão passando por muita dificuldade.

E há um problema grave. Nós temos centenas de caminhoneiros, Senador Paim, uns presos do lado do Acre, outros presos do lado de cá, com cargas. Não há onde pôr esses caminhões, não há onde por essas cargas, porque são milhares de caminhões. E todos eles dependem desse desbloqueio, porque a situação, se não melhorar de hoje para amanhã, teremos um agravamento desse trânsito de veículos. Já não se tem trânsito nenhum à noite, nem poderia, e muito precariamente para alguns caminhões e algum tipo de carga durante o dia.

Então, concluo meu pronunciamento daqui da tribuna, dizendo que, como Senador da Amazônia, do Acre, conclamo a todos que estejamos unidos com o povo de Rondônia, o povo do Acre, na busca das melhores soluções e, obviamente, nessa expectativa de que as águas do Rio Madeira possam baixar o quanto antes. E, claro, passando esta fase, dar os devidos esclarecimentos para a população do ponto de vista técnico, científico, sobre as hidrelétricas e sobre a BR-364 que liga o Acre a Rondônia.

São essas as minhas palavras, e encerro fazendo este apelo no sentido de que o Governo Federal, o quanto antes, reconheça a situação de emergência em todo o Estado do Acre, como está sendo decretado hoje, pelo Governador Tião Viana. Ao mesmo tempo, aproveito para agradecer o apoio do Ministério da Defesa, do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, da Defesa Civil Nacional, pelo apoio que têm dado, através do Ministério da Integração também, ao Governador Tião Viana, ao povo do Acre, mas pedindo e alertando ao Governo Federal que fique atento porque, se o Rio Madeira seguir subindo, vamos ter um desafio ainda maior para que a população do Acre não venha a sofrer ainda mais por conta deste grande desastre ambiental que estamos enfrentando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana. Receba a nossa solidariedade e, tenho certeza, de toda a Casa ao querido povo do Acre, bem como ao seu irmão e nosso grande amigo, Tião Viana, pelo momento que estão atravessando.

Convido V. Ex^a a presidir para que eu faça dois registros.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Jorge Viana, como eu já havia dito há praticamente 30 dias, eu viria todos os dias à tribuna lembrar a importância de cumprirmos o acordo da votação, em plenário, da negociação da dívida dos Estados. Fui fazendo a contagem regressiva e, hoje, faltam sete dias. Mas tive, hoje, uma boa conversa com o Presidente Renan; também conversei com o Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ, que explicaram, com muita tranquilidade, que, afinal, embora estejamos aí às vésperas do Carnaval, havia uma agenda que vai na seguinte linha: no dia 12, será votado na Comissão o projeto da renegociação da dívida dos Estados. Sairemos daquele maldito IGPD mais 6% ou 9% e teremos um outro indexador, que seria o INPC mais 4% ou a taxa Selic.

Seguindo esse calendário, a votação será no dia 12. Conforme me disse o Senador Vital do Rêgo, já foi pedida vista coletiva do projeto. Assim, não dá mais para pedir vista. Então, será de fato votado no dia 12.

Ao mesmo tempo, cumprimentei o Senador Luiz Henrique pelo seu relatório em que não acatou nenhuma emenda do Senador Randolfe, até porque essa era a vontade, também, do Senador Randolfe: a de que as emendas que ele apresentou não fossem acatadas para que o projeto não voltasse para a Câmara dos Deputados.

Achei interessante, também, que o Senado Luiz Henrique, um Senador preparadíssimo, recebeu um documento, Senador Jorge Viana, dos 27 Governadores, assinado pelos Secretários de Estado da área de finanças de todos os 27 Estados. Todos disseram que é fundamental, que é urgente, que esse projeto, que a Presidente Dilma encaminhou ao Parlamento, seja aprovado. O Senador Luiz Henrique leu, aqui da tribuna, esse documento, assinado pelos Secretários de Fazenda de todos os Estados, numa demonstração clara de que essa não é uma vontade do Rio Grande ou de Alagoas, que são dois Estados que estão numa situação muito difícil, ou mesmo da Prefeitura de São Paulo, que está também em uma situação crítica, mas que é uma vontade de todos os Estados.

Por isso, continuarei na minha contagem regressiva e iniciarei, a partir do dia 5, uma outra contagem para que o prazo do dia 12 seja respeitado e que, no máximo até o dia 27 – foi o que me disseram os líderes –, a matéria seja votada aqui no plenário.

Então, o Governador Tarso Genro está acompanhando passo a passo. Ele está muito preocupado com essa situação. Remeti já um *e-mail*, uma correspondência ao seu gabinete, mas quero, aqui da tribuna do Senado, dizer que nós todos estamos preocupados com esse tema. Acredito que o acordo será cumprido e que esse projeto tão importante, liderado pela Presidenta Dilma, será votado durante o mês de março.

Sr. Presidente, quero também fazer o registro de que eu tive a grata satisfação de participar ontem do Seminário Nacional do Sistema Confederativo, que aconteceu na CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

Eu fiz uma palestra sobre fator previdenciário, reajuste dos aposentados, desaposentadoria, a importância que foi nós termos conseguido aqui acabar com o voto secreto, a situação das entidades sindicais em relação à estabilidade que os dirigentes estão perdendo. Enfim, falei das 40 horas, fiz uma análise geral da importância das entidades sindicais estarem afinadas com os debates dos grandes temas aqui no Congresso e, ao mesmo tempo, acompanhando a disputa eleitoral de 2014.

Estavam lá inúmeros amigos de jornada sindical: o Levi Fernandes, Presidente da CNTC; o Calixto, Presidente da Nova Central; o Moacyr Tesch, Presidente da Confederação de Turismo; o Varlei Martins, Presidente da Cobap. Enfim, estavam lá em torno de 400 líderes de todo o País.

O debate foi muito positivo. O debate sobre a urgência em torno do fator foi tirado como tema nº 1. O movimento sindical fará uma campanha nacional para que os Deputados votem essa questão do fator previdenciário, que nós já aprovamos aqui no Senado – votamos já há seis anos – e só falta a Câmara votar. Pontuamos também que os movimentos sindical e social têm que estar nas ruas, de cara limpa, sem máscara, sem quebra-quebra, defendendo as bandeiras históricas dos trabalhadores.

Do evento também constavam, Sr. Presidente, outras questões importantes de interesse dos trabalhadores que outros painelistas desenvolveram. Mas, enfim, eu disse a todos que acredito que nós temos que ter, cada vez mais, homens e mulheres comprometidos no Parlamento, no Executivo e mesmo no Judiciário com essa visão do conjunto do povo brasileiro, dos movimentos populares, dos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, naturalmente, não diferenciando, mas trabalhando de forma coletiva e unitária com trabalhadores da área pública e também da área privada.

Disse também que (reafirmando a minha posição) o voto aberto foi uma verdadeira revolução no Parlamento. Dizia, na oportunidade dessa votação, que: “Quem viver verá”. Nós sabemos, como sabem, da votação de um parlamentar que havia sido absolvido por ampla maioria e que, no voto aberto, teve de responder pelo que fez. Isso ocorreu recentemente na Câmara, depois que nós votamos o fim do voto secreto.

Enfim, agradeço a todos os 400 líderes que estavam lá pelo carinho que me trataram. Foi um momento muito bonito, que demonstra que vale a pena lutar pelos trabalhadores, pelos aposentados, pelos pensionistas, porque nossa gente reconhece o trabalho daqueles que têm compromisso e tem ficado ao lado daqueles que mais precisam ao longo da história.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui registrar duas situações que me deixaram preocupado. Falo da prisão do ator no Rio de Janeiro e da discriminação contra homossexuais que acontece em Uganda, no continente africano.

Começo com o ator Vinícius Romão de Sousa, de 26 anos, negro, que foi preso no dia 10 de fevereiro, suspeito de assaltar uma mulher, que, depois, em depoimento, no desenrolar do processo, disse que havia se enganado, e o ator ficou quase duas semanas preso. Foi solto nesta quarta-feira. A Corregedoria da Polícia Civil do Rio de Janeiro diz que vai investigar. O próprio ator disse que quer justiça e que se apure efetivamente o fato e quem foi culpado por essa injustiça que responda.

Sr. Presidente, por outro lado, é inacreditável o que está ocorrendo em Uganda. Esse país aprovou uma lei que pode condenar à prisão perpétua – e a intenção do Presidente daquele país era impor a pena de morte – aqueles que tiveram orientação sexual diferente daquilo que ele pensa – no fundo é isso!

Segundo a Anistia Internacional, 38, dos 54 países africanos, consideram a homossexualidade ilegal. A nova legislação de Uganda é a mais severa de todas elas. Pessoas que se definiram por essa orientação sexual podem ser condenadas à prisão perpétua. Não podemos aceitar nenhum tipo de discriminação sob qualquer aspecto: religioso, político, cultural, racial, gênero e por orientação sexual. Enfim, nós não podemos admitir. Isso não é campanha que estou inventando aqui. Qualquer cidadão do bem, que acredita na liberdade e na igualdade de direitos para todos, não pode discriminar as pessoas pela sua orientação sexual, como é o caso de Uganda.

Assim, termino fazendo um apelo, em nome da humanidade e do respeito aos direitos humanos, para que essa lei seja revogada e que, da mesma forma, outros países que sustentam essa terrível lei e essa terrível posição que a revoguem imediatamente.

Ninguém deve ser discriminado por motivo nenhum – pela orientação sexual, pela raça, pela origem, pela etnia, pela religião, pela procedência, por ser de uma região, de um país ou de outro, por idade, por gênero, por sexo.

Enfim, queremos aqui fazer um apelo ao continente africano que ninguém siga o exemplo de Uganda. E digo mais, que outros países daquele continente que tenham uma lei semelhante a essa, em nome dos direitos humanos – e direitos humanos não têm fronteira –, revoguem essa lei que fere os princípios básicos da cidadania.

Sr. Presidente, era isto.

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

Eu encaminhei um voto de solidariedade ao ator que foi preso por engano, que fez recentemente uma novela da Rede Globo.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre Seminário Nacional do Sistema Confederativo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a grata satisfação de participar ontem, no final da tarde, do Seminário Nacional do Sistema Confederativo.

Na verdade fui convidado a participar do evento, que aconteceu na CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, como Expositor do tema: Fator Previdenciário e o Reajuste dos Aposentados.

Estavam lá meus amigos, Levi Fernandes, presidente da CNTC; José Calixto, presidente da Nova Central; Moacyr Tesch, presidente da Confederação de Turismo; Warley Martins, presidente da Confederação dos Aposentados e outros.

Enfim, havia mais de 350 líderes de todo o país e posso dizer, com certeza, que o encontro foi muito positivo.

O debate sobre a urgência em torno do tema fator previdenciário e reajuste dos aposentados foi forte!

Pontuamos, também, que o movimento sindical e social tem que estar nas ruas, de cara limpa, com as bandeiras históricas da nossa luta.

O fim do fator previdenciário e o pagamento de reajustes dignos para os aposentados só serão alcançados com muita pressão do movimento.

No evento também constaram da pauta questões importantes como: desaposentadoria, voto aberto, a importância de se fazer pressão para a garantia de direitos sociais e trabalhistas e a necessidade de uma maior articulação com o Legislativo.

Disse a todos que acredito que nós temos que ter homens e mulheres que vem do movimento sindical para nos ajudar e que estou muito preocupado com isso.

Disse, também, que considero que o voto aberto foi uma revolução no Parlamento. Foi uma vitória da população, que reverterá no bem da população!

Agradeço pelo convite do Fórum Sindical dos Trabalhadores para participar desse importante encontro e reafirmo que fiquei muito satisfeito com o encaminhamento dos trabalhos.

A verdade, que mais uma vez ficou bastante evidente, é que a união dos trabalhadores em torno de seus direitos é o caminho para alcançá-los e garanti-los.

Então, o que eu posso dizer: Vamos à luta!!!

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre prisão de ator negro no Rio de Janeiro; e discriminação contra homossexuais em Uganda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui duas situações que ocorreram nos últimos dias. Falo da prisão de um ator no Rio de Janeiro; e da discriminação contra homossexuais que está ocorrendo em Uganda, no continente africano.

O ator Vinícius Romão de Souza, de 26 anos, negro, foi preso no dia 10 de fevereiro, por ser suspeito de assaltar uma mulher. Ocorre que a vítima, no depoimento, disse que estava enganada.

O ator, que está preso há 16 dias, deve ser solto ainda nesta quarta-feira. A Corregedoria da Polícia Civil do Rio de Janeiro vai investigar se houve irregularidades na prisão do ator. Queremos sim, justiça. E que se apure efetivamente o fato.

Outra questão, Sr. Presidente: É inacreditável o que está ocorrendo em Uganda.

Este país aprovou uma lei que pode condenar homossexuais à prisão perpétua.

Segundo a Anistia Internacional, 38 dos 54 países africanos consideram a homossexualidade ilegal.

A nova legislação de Uganda é a mais severa de todas elas. Pessoas que praticarem atos homossexuais podem ser condenadas até à prisão perpétua.

Não podemos aceitar nenhum tipo de discriminação, sob qualquer aspecto: religioso, político, cultural, racial, gênero, entre outros.

Sr. Presidente, faço um apelo, em nome da Humanidade, e do respeito aos Direitos Humanos, para que esta lei seja terminantemente revogada. E, para que da mesma forma, outros países que sustentam esta terrível lei a revoguem imediatamente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Paim, neste final de sessão.

Esse episódio que envolve um cidadão brasileiro, o ator Vinícius Romão, de 27 anos, preso durante 16 dias, sob a acusação frágil de uma senhora, também vitimada – e isso a gente tem que considerar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Sim; 16 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT-AC) – E o problema não é só este – ter ficado preso por 16 dias –, mas saber como é que fica. Será que recupera essa imagem? Porque ele foi tratado como um bandido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Ele saiu de lá com a cabeça raspada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Acusado, julgado e condenado em um só ato.

Não acredito que alguém de maiores posses passaria por essa situação. Certamente, teria rapidamente o amparo da lei e de um bom advogado.

Mas este é um País que me preocupa. O nosso País não pode seguir esse caminho. Está acontecendo quase que diariamente. É um ambiente de condenação prévia que se estabeleceu. O que é pior? Sofrer uma injustiça ou praticar uma injustiça? Eu uso um ditado – que não é um ditado, é um conceito – que diz: eu prefiro sofrer uma injustiça a praticar uma.

As leis também são feitas nesse sentido, para que a gente não pratique uma injustiça. Mas estão se banalizando em nosso País as injustiças. E é uma sina de querer condenar que não pode vir, porque é demolidor. Destrói-se uma família, destrói-se uma vida com uma atitude como essa. Felizmente, ela foi reparada, mas acho que tem que se tirar lições disso. Tomara que esse tratamento dado a ele, tão rápido e eficaz, não tenha sido por conta de ele ser negro, porque aí o problema se agrava ainda mais. Mas não duvido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não duvido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não duvido. Porque a pessoa diz: não, era um negro, de cabelo enroladinho assim. E já a polícia prende o primeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se for parecido com aquela descrição que ela tinha feito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E depois, a descrição não é bem essa...

Eu li a informação ontem. Ele estava saindo do trabalho – trabalhava numa loja, é também ator – e foi preso. Rasparam a sua cabeça. Dezesesseis dias preso.

Eu acho que este País, que é um País tão bom, que tem um povo tão bom, não pode cair nesta armadilha de se tornar um País de justiceiros. O que mais me apavora, para enfrentar essa coisa da violência, são as milícias agindo em nome não sei de quem, substituindo o Estado de direito, a lei, e querendo fazer justiça com as próprias mãos.

Hoje, na reunião da Mesa Diretora, nós assumimos um compromisso com o Presidente Renan, neste mês de março.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Dia 26, salvo engano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dia 21 de março, o Dia Internacional de Luta contra os Preconceitos, teremos um grande evento aqui, no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim, mas estou falando daquela sessão temática que nós vamos fazer sobre violência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Temática. São dois momentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, no Acre, uma das coisas que tive de enfrentar, com ajuda das instituições, Ministério Público e Justiça, foi desmontar o crime organizado no Acre.

Ali, a situação era gravíssima. Ninguém estava imune a isso. Grupos se organizavam, pessoas saíam do presídio, matavam e voltavam. Então, nunca eram suspeitas. Havia um esquema de aluguel de motos na porta do presídio. A pessoa alugava a moto, o preso, saía, matava e voltava.

Houve um período em que tivemos de prender 50 policiais, delegados, major, coronel, capitão.

Foi um momento muito duro e difícil para mostrar que ninguém podia fazer ou tentar fazer justiça com as próprias mãos. Começam dizendo que vão fazer justiça, mas, no fundo, as pessoas vão se apropriando e cometendo muitas injustiças. Então, isso não é bom. Tomara que o País tire lições desse episódio que V. Exª traz. E, como é um militante na defesa dos direitos humanos, traz com muita propriedade.

Cumprimento V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Jorge, permita-me. Acho que é justo dizer o que vou dizer. É só uma frase.

A Presidenta Dilma foi ao Rio Grande do Sul à inauguração do Beira-Rio. Eu a acompanhei, com seis Ministros. Em Caxias do Sul, minha cidade natal, uma terra que produz muito vinho, muita uva, a Festa da Uva...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E boas figuras, como V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em seu pronunciamento, sabe o que ela disse – e que vem a calhar neste momento? Ela disse que esta Copa, se depender dela, será a Copa da paz e do combate aos preconceitos. E para aquele povo que estava lá – 90%, claro, não são negros – ela disse que Caxias tem orgulho por ter um Senador negro, que pode ser um exemplo da luta que temos de travar neste País contra todo tipo de preconceito.

Quero agradecer à Presidenta pela coragem de dizer que a Copa poderá ser a Copa da paz e do combate a todo tipo de preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu o cumprimento, meu caro colega, Senador Paim, e digo mais: V. Exª deve ter assistido ao filme *Invictus*...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... que conta a história de Mandela. Aquele filme, todos nós brasileiros deveríamos ver, para vermos essa coisa da Copa.

O Mandela pega o rúgbi, que é um esporte praticado na África do Sul...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O esporte praticado no filme.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... que é uma herança dos ingleses, que dominaram, escravizaram, criaram o *apartheid*. E o Mandela, quando assume, podia muito bem satanizar aquele futebol, aquilo que era da elite. E ele, ao contrário, pegou o futebol, aquele tipo de esporte, e usou-o para pacificar a África, para unir brancos e negros, para perdoar, inclusive, os seus algozes. Acho aquilo uma das coisas mais interessantes daquele filme: a capacidade de tolerância dele, de buscar a pacificação.

Então, quem sabe, seguindo essa linha da Presidenta Dilma. Aliás, eu queria parabenizá-la. Foi em seu Twitter que ela começou o movimento, também, para libertar esse rapaz, para ver se não havia uma injustiça cometida com esse cidadão, que foi preso, que ficou esses 16 dias – não há como reparar esse erro – preso injustamente, que é o Vinícius Romão, de 27 anos.

A Presidenta Dilma, durante o fim de semana e a semana, ficou tuitando e falando que isso era inaceitável. Penso que, quem sabe, encontramos uma maneira – é direito de quem queira protestar pacificamente, de criticar –, mas nós aproveitarmos talvez esse que é o maior evento, o evento que tem a maior audiência do Planeta é a Copa do Mundo. Faz 60 anos que não temos uma copa no País, no País do futebol, no País que mais ganhou copas do mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então acho que temos que encontrar uma maneira de ter a Copa nos motivando a ficar mais tolerantes uns com os outros, menos preconceituosos, a ter um ambiente de paz no País. Quem sabe esse não possa ser o caminho, como fez o Mandela, pegando esporte e traduzindo aquilo num ambiente de pacificação.

Vi agora essa barbaridade de um operário, pai de uma criança adolescente, saindo do jogo do Santos com a camisa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vi também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em um ponto de ônibus, esperando o ônibus. As imagens mostram, grupos de jovens bacanas saem de dois carros, com porretes na mão, com barra de ferro na mão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E é uma covardia: dez, doze batendo em um.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para matar, como membro de torcida organizada – isso é de crime organizado. E foram lá, talvez não alcançando quem queriam, mataram um pai de família, pacífico,

que a única coisa que tinha era estar com uma camiseta do Santos, do time adversário. Então, que uma morte como essa possa fazer todos nós refletirmos melhor, porque não dá para transformarmos esta coisa tão bacana que é o futebol...

Já, já, vou para casa. Espero não sofrer com o meu Botafogo, que está na Libertadores. Espero sair vitorioso hoje. Estarei lá, todos temos que estar nessa batalha. Há um companheiro atrás da câmera do Senado, botafoguense doente também. Somos nós dois e a grande maioria do povo brasileiro – vão já me tirar do ar por conta disso. Mas vou lá buscar me alegrar, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – Rádio Senado. *Fora do microfone.*) – Tem Caxias e Juventude hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas futebol não combina com violência, futebol é alegria, paixão, como dizia o Armando Nogueira: estrçalha a alma da gente, o coração da gente. Mas não pode passar disso, não pode servir de motivação para ninguém bater em ninguém, ninguém matar alguém, como estamos vendo no País.

A Copa do Mundo tem que deixar um legado para este País. Pode deixar um de dizer: “Olha, não deve gastar tanto dinheiro assim”. Isso também pode ser um legado. Pode deixar mais um título – isso também pode ser um legado –, mas talvez o melhor é o de o País se reencontrar com tolerância, com o fim dos preconceitos e com a paz.

Boa noite, Senador Paim. Boa noite a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2014** (nº 11/2014, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 11, DE 2014

Aviso 11/2014–BCB

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Assunto: Demonstrativo das emissões do real

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,

Aldo Luiz Mendes
Presidente, substituto

Anexo: 1.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso 11/2014-BCB, de 26 de fevereiro de 2014.

Demonstrativo das emissões do real – Mês de janeiro de 2014

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$235,6 bilhões em janeiro, com redução de 2% no mês e aumento de 3,9% em doze meses. A evolução mensal do agregado traduziu recuo, de 4,3% no papel-moeda emitido e elevação de 9% no saldo das reservas bancárias, que ainda reflete o aumento sazonal na demanda por moeda em dezembro.

Demonstrativo de emissões do real Janeiro - 2014	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 4º trimestre/2013 ^{1/} (Voto CMN nº 145/2013)	259,20
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	235,63
b.1 - Usos ^{3/}	235,63
b.1.1 - Papel-moeda emitido	189,96
b.1.2 - Reservas bancárias	45,67
b.2 - Fontes	235,63
b.2.1 - Saldos em 31.12.2013	249,51
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	204,05
b.2.1.2 - Reservas bancárias	45,46
b.2.2 - Fluxos em janeiro/2014 ^{3/}	-13,88
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	48,16
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	-61,18
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	5,95
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	-4,86
C - Saldo de emissão (A - B)	23,57
D - Reservas internacionais disponíveis	875,74
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	259,20
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	616,54

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos três úteis.

Base monetária e componentes Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papéis moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2012 Jan	153 970	-9,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,6	4,4
Fev	151 823	-1,5	10,2	42 830	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-6,0	190 404	-2,1	5,3
Abr	147 515	-0,3	8,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	148 008	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0
Jun	150 079	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	5,9
Jul	153 479	2,3	12,5	44 009	3,7	1,1	197 492	2,6	9,7
Ago	154 185	0,5	12,3	42 803	-2,7	0,8	195 988	-0,2	9,6
Set	180 848	4,3	13,4	44 709	4,5	5,5	205 555	4,9	11,5
Out	151 891	0,6	12,6	44 134	-1,3	5,7	206 025	0,2	11,1
Nov	151 783	-0,1	11,7	44 744	1,4	5,4	205 508	0,2	10,3
Dez	180 419	11,5	12,6	50 450	12,8	10,1	230 869	11,8	12,1
2013 Jan	172 617	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 760	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 883	-15,3	6,9	214 947	-5,2	10,5
Mar	166 095	-1,8	12,3	38 547	-13,3	-7,0	205 642	-4,3	8,0
Abr	164 464	-1,0	11,5	41 584	5,2	-1,1	206 048	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,2	207 908	0,9	9,4
Jun	166 860	0,9	11,2	37 293	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 295	1,5	10,3	42 249	1,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	178 115	3,3	9,5	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6
Out	176 672	0,3	9,1	40 347	3,9	-8,6	217 019	1,0	5,3
Nov	179 575	1,6	11,0	41 973	4,0	-6,2	221 547	2,1	7,3
Dez	198 436	10,5	10,0	41 911	-0,1	-16,9	240 347	8,5	4,1
2014 Jan	189 850	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da emissão monetária, sobressaíram as operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, ao registrarem contração de R\$49 bilhões, em contraste às operações do Tesouro Nacional, que apresentaram expansão de R\$22,8 bilhões. O impacto relativo a títulos públicos refletiu vendas líquidas de R\$152,4 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$103,4 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ bilhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2012 Jan	8 232	-22 620	193	13 911	186	-2 099
Fev	-23 613	-16 425	1 576	17 700	84	-20 647
Mar	-9 071	-14 681	17 719	16 844	-344	10 467
Abr	-10 291	-18 142	13 467	4 926	-132	-6 772
Mai	-14 894	13 738	2 224	1 963	-528	-1 521
Jun	-4 226	-12 447	422	-1 701	253	7 195
Jul	-3 624	-5 773	215	14 223	-281	4 769
Ago	-9 905	8 965	274	553	60	-52
Sep	-1 016	-12 865	160	-12 431	-105	-1 375
Out	-6 109	-6 641	291	14 972	44	2 557
Nov	-5 652	999	313	6 687	-279	4 288
Dez	-39 381	84 549	-10 975	10 114	-60	24 347
2013 Jan	5 861	21 321	2 442	-3 854	-138	-16 908
Fev	-19 052	3 762	3 564	337	-68	-11 441
Mar	-4 777	1 082	8 118	-2 931	-45	2 698
Abr	-1 932	3 551	268	30	-3	1 904
Mai	-17 283	11 828	265	-3 438	0	-8 575
Jun	-5 758	29 186	-3 709	-6 235	33	13 518
Jul	-3 324	3 495	210	-6 199	1 722	-4 096
Ago	-11 930	19 769	-8 371	-2 809	2 877	-863
Sep	4 222	24 172	-3 240	754	-5 941	19 987
Out	2 276	-6 548	-10 858	-2 135	-4 677	-18 440
Nov	-32 989	96 035	-2 634	-3 996	7 988	4 412
Dez	-43 099	89 655	-5 974	-5 858	48	33 983
2014 Jan	22 752	-48 977	9 172	-10 430	-3 920	-28 583

BT Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada alcançou R\$3.186 bilhões, apresentando elevações de 2,3% no mês e de 9,4% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária cresceu 3,4% em janeiro, encerrando o mês com saldo de R\$2.629 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada										
Saldo em final de período										
R\$ milhões										
Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual		
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses	
		Remun. ²⁾	Não remun. ³⁾	Posição de carteira	Financiamento ⁴⁾	Total				
2012 Jan	212 138	358 993	3 910	1719 941	424 504	2144 445	2717 466	1,3	11,1	
Fev	191 489	341 760	4 058	1765 365	428 364	2133 729	2721 036	3,1	10,2	
Mar	231 956	326 975	4 001	1768 095	451 119	2217 214	2749 140	1,0	10,1	
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 694	467 673	2245 367	2765 606	0,6	9,6	
Mai	191 563	324 920	4 053	1816 478	459 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3	
Jun	198 858	322 419	4 095	1865 971	414 665	2280 836	2806 008	1,1	9,3	
Jul	203 628	308 505	3 950	1791 488	534 258	2295 744	2811 826	0,2	7,7	
Ago	203 575	308 632	2 169	1752 297	554 300	2306 587	2820 974	-0,3	7,5	
Sep	202 200	297 080	2 212	1797 094	568 540	2357 544	2859 036	1,3	8,4	
Out	204 757	282 462	2 145	1825 576	575 800	2401 376	2890 741	1,1	8,9	
Nov	209 025	274 113	1 960	1837 182	578 400	2415 562	2900 680	0,3	9,0	
Dez	233 371	271 983	2 094	1890 136	497 406	2387 538	2894 997	-0,3	7,9	
2013 Jan	216 464	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 404	0,6	7,2	
Fev	205 023	276 739	1 960	1828 486	610 600	2439 060	2922 870	0,4	7,4	
Mar	207 717	277 624	1 864	1812 745	641 800	2454 845	2942 071	0,7	7,9	
Abr	209 622	276 777	1 895	1805 758	682 020	2467 778	2956 072	0,5	6,9	
Mai	201 046	278 909	1 954	1802 754	686 583	2489 347	2871 257	0,5	7,0	
Jun	214 566	286 493	1 124	1868 044	808 657	2664 901	3007 058	1,2	7,2	
Jul	210 471	282 202	1 088	1840 891	689 722	2532 612	3043 273	1,2	8,8	
Ago	209 608	303 797	4 618	1876 902	659 249	2536 145	3054 164	0,4	8,8	
Sep	229 575	302 843	4 353	1899 467	659 144	2552 511	3088 862	1,1	8,0	
Out	211 135	304 886	4 324	1930 487	654 603	2685 090	3106 035	0,5	7,4	
Nov	215 547	370 123	4 348	1970 938	609 182	2682 120	3112 139	0,2	7,3	
Dez	249 510	319 317	4 269	2032 940	568 541	2541 481	3114 577	0,1	7,6	
2014 Jan	222 847	330 658	4 067	1985 001	568 583	2628 584	3185 266	2,3	9,4	

1) Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel, inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

2) Depósitos vinculados ao Sape: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural, 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.).

3) A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

4) Inclui posições de financiamento líquido no C.R. do DEMAB (+) overcolado (+) undercolado e posições da Res. nº 2308, de 20 de agosto de 1998.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$323,2 bilhões em janeiro, apresentando retração de 4,7% no mês correspondente aos declínios de 3,8% no papel-moeda em poder do público e de 5,4% nos depósitos à vista. O crescimento acumulado do M1 em doze meses situou-se em 7,6%.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papéis-moedas em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2012 Jan	124 375	-3,6	7,8	144 973	-4,3	-5,2	269 348	-4,0	0,4
Fev	121 778	-2,1	9,3	139 572	-3,7	-4,3	261 350	-3,0	1,6
Mar	119 740	-1,7	9,9	137 584	-1,4	-4,2	257 324	-1,5	1,8
Abr	119 363	-0,3	9,7	136 788	0,9	-2,6	258 151	0,3	2,7
Mai	119 790	0,4	10,9	139 104	0,2	-1,9	268 894	0,3	3,6
Jun	121 719	1,6	11,3	140 992	1,4	-0,7	262 711	1,5	4,5
Jul	124 241	2,1	12,4	144 314	2,4	1,0	268 555	2,2	6,0
Ago	125 076	0,7	12,7	140 952	-2,3	1,0	266 027	-0,9	6,2
Set	130 159	4,1	14,3	144 880	2,4	3,5	274 539	3,2	6,4
Out	131 124	0,7	14,2	144 831	0,2	2,7	275 756	0,4	7,8
Nov	130 943	-0,1	12,9	147 187	1,6	5,7	278 130	0,9	9,0
Dez	145 642	11,2	12,9	167 439	13,6	10,6	313 081	12,6	11,6
2013 Jan	139 832	-4,0	12,4	160 861	-4,0	10,6	300 493	-4,0	11,6
Fev	135 769	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 548	-0,2	13,2	154 458	-0,2	12,3	280 006	-0,2	12,7
Abr	134 434	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,8	13,1	155 170	-0,4	11,9	280 617	0,1	12,3
Jun	136 619	0,9	12,2	159 603	2,9	13,2	286 222	1,9	12,8
Jul	138 932	1,7	11,6	161 988	1,5	12,2	300 920	1,6	12,1
Ago	140 257	1,0	12,1	157 462	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Set	145 038	3,4	11,4	158 411	0,6	9,7	303 450	1,9	10,5
Out*	144 932	-0,1	10,5	157 612	-0,5	9,0	302 544	-0,3	9,7
Nov*	148 476	1,1	11,6	159 957	1,5	8,7	305 433	1,3	10,2
Dez*	162 212	10,7	11,4	176 785	10,5	5,6	338 998	10,6	8,3
2014 Jan**	156 015	-3,8	11,6	167 190	-5,4	4,1	323 205	-4,7	7,6

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, calculado com base no saldo médio diário, situou-se em 1,37, ante 1,41 no mês anterior.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis					
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	
					$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jul	0,48	0,54	0,20	0,30	1,36
Ago	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Set	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Out	0,48	0,52	0,21	0,31	1,34
Nov	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Dez	0,47	0,53	0,21	0,30	1,36
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35
Mar	0,47	0,53	0,20	0,26	1,41
Abr	0,46	0,54	0,19	0,27	1,41
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Jun	0,46	0,54	0,19	0,23	1,45
Jul	0,46	0,54	0,19	0,26	1,42
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41
Out	0,48	0,52	0,20	0,26	1,39
Nov	0,48	0,52	0,21	0,26	1,38
Dez	0,48	0,52	0,20	0,24	1,41
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, totalizou R\$1,9 trilhão em janeiro, com recuo mensal de 1,5%. Essa variação refletiu, principalmente, a retração de 9,2% no saldo do M1. O saldo dos títulos privados atingiu R\$1 trilhão, após resgates líquidos de R\$8 bilhões. O saldo dos depósitos de poupança cresceu 0,5% no mês, alcançando R\$602,8 bilhões, com captações líquidas de R\$756 milhões.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, recuou 0,1%

no mês, refletindo, sobretudo, a retração no M2. O saldo das quotas de fundos de renda fixa e as operações compromissadas com títulos federais cresceram, respectivamente, 0,4% e 12,2% no período, totalizando R\$1,7 trilhão e R\$146 milhões, na ordem. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, somou R\$4,4 trilhões, após contração de 0,5% no mês, reflexo da queda de 2,5% nas operações com títulos federais, e expansão de 7,5% nos últimos doze meses.

Meios de pagamento ampliados											
Saldos em final de período											
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ¹⁾	M2	Quotas de fundos de renda fixa ²⁾	Operações compromissadas com títulos federais ³⁾	M3	Títulos Federais (Sete)	M4	Variação percentual
		para investimento	de poupança								
											No mês Em 12 meses
2012 Jan	269 839	2	423 262	908 705	1 591 802	1 368 118	120 680	3 086 568	514 618	3 599 887	1,4 18,2
Fev	259 909	3	425 051	917 683	1 599 619	1 387 552	134 724	3 121 925	528 193	3 645 124	1,3 17,3
Mar	257 523	3	429 861	926 660	1 614 347	1 448 810	124 290	3 187 247	532 115	3 719 362	2,0 18,4
Abr	258 845	6	434 077	917 839	1 610 857	1 484 024	126 306	3 220 247	531 733	3 751 880	0,9 18,5
Mai	259 530	0	442 527	935 054	1 637 111	1 488 542	126 267	3 254 940	550 737	3 805 677	1,4 18,5
Jun	265 317	0	449 802	945 221	1 660 340	1 506 771	125 299	3 282 410	548 714	3 830 123	0,5 18,3
Jul	265 586	0	460 242	942 728	1 668 506	1 527 190	148 558	3 344 253	544 187	3 888 410	1,3 18,5
Ago	267 209	0	465 932	952 406	1 666 540	1 561 571	157 886	3 384 836	550 529	3 945 325	1,5 17,5
Set	274 835	0	474 053	958 290	1 702 277	1 561 490	158 124	3 421 891	553 585	3 975 576	0,8 17,6
Out	273 106	0	478 471	954 222	1 706 888	1 582 417	167 048	3 466 358	579 333	4 045 691	1,8 18,4
Nov	269 091	0	485 717	950 829	1 724 837	1 614 095	166 212	3 504 944	584 557	4 089 501	0,6 17,8
Dez	325 045	0	487 139	942 490	1 784 645	1 600 912	153 542	3 519 089	584 664	4 103 753	0,6 15,6
2013 Jan	287 516	0	501 670	932 634	1 721 819	1 698 069	160 157	3 550 035	579 268	4 128 304	0,6 16,7
Fev	287 025	0	506 410	928 769	1 722 233	1 630 214	152 105	3 564 532	573 975	4 138 527	0,2 13,0
Mar	293 277	0	514 555	946 059	1 756 986	1 630 662	156 512	3 611 180	562 232	4 173 372	0,8 12,2
Abr	297 763	0	519 549	945 048	1 752 380	1 715 468	164 815	3 632 643	573 372	4 206 016	0,8 12,5
Mai	293 585	0	527 860	936 808	1 780 263	1 721 292	177 665	3 679 221	567 893	4 247 154	1,0 11,6
Jun	300 811	0	539 316	977 563	1 817 186	1 708 483	172 127	3 692 796	569 354	4 262 150	0,4 11,0
Jul	294 992	0	551 158	976 808	1 822 958	1 728 128	160 791	3 711 878	567 077	4 278 956	0,4 10,0
Ago	288 262	0	558 449	987 660	1 844 372	1 731 682	187 901	3 739 064	572 041	4 308 035	0,6 9,1
Set	301 269	0	567 882	991 833	1 861 086	1 737 675	187 204	3 755 966	570 516	4 326 481	1,4 8,6
Out	297 836	0	575 369	998 425	1 871 100	1 740 495	155 514	3 767 089	524 356	4 391 419	0,0 8,2
Nov	314 559	0	584 781	1 008 453	1 908 793	1 731 760	146 538	3 787 099	618 659	4 405 758	0,3 8,3
Dez	344 843	0	589 826	1 012 510	1 967 179	1 738 969	130 057	3 824 225	635 140	4 459 365	1,2 5,7
2014 Jan*	312 569	0	602 787	1 012 550	1 928 386	1 744 131	145 956	3 818 481	619 242	4 437 733	-0,5 7,5

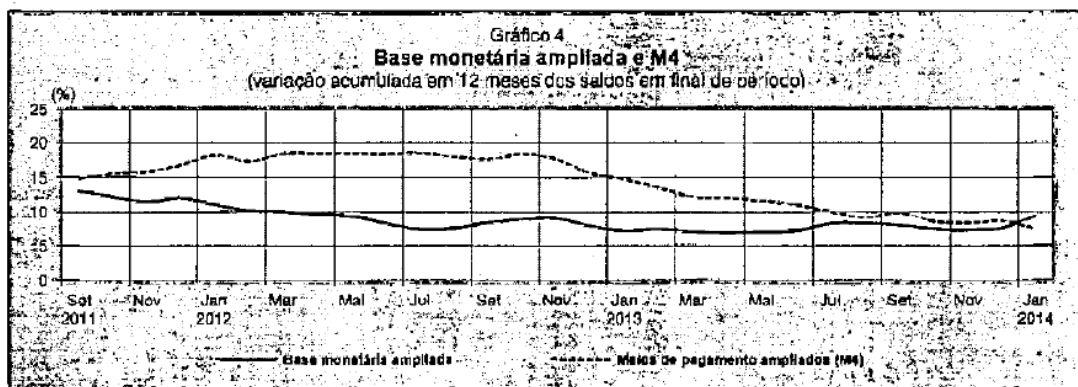
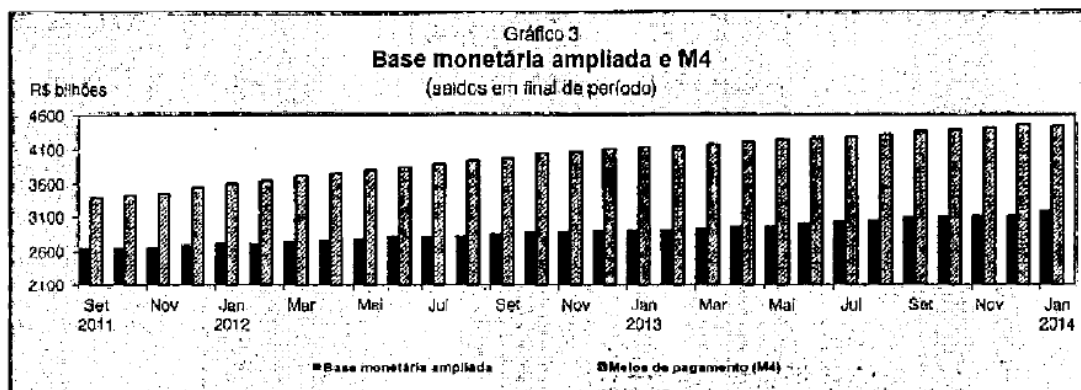
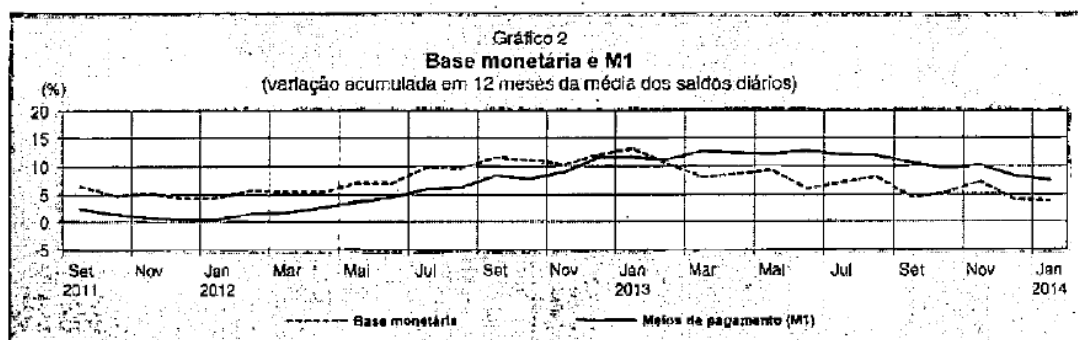
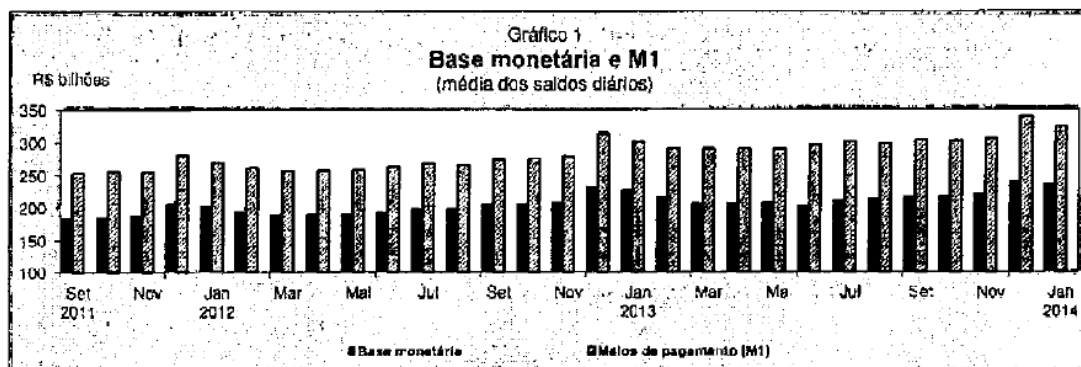
1) - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2) - Exclui títulos em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3) - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1998, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias; excluído em tais operações desde outubro de 1991.

Dados preliminares

V – Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.
4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.
5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.
6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.
7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.
8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso nº 11, de 2014**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 227 e 231, de 2014**, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando as declarações de renúncia a mandato de Deputado Federal e a suplência de mandato de Deputado Federal, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 227/2014/SGM/P

Brasília, 24 de fevereiro de 2014

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Brandão de Azeredo, nome parlamentar EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG), em 19 de fevereiro de 2014, nos termos dos arts. 238, inciso II e 239, *caput*, do RICD, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 17, de 20 de fevereiro de 2014, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Of. nº 231/2014/SGM/P

Brasília, 25 de fevereiro de 2014

Assunto: Renúncia à suplência do mandato parlamentar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a declaração da renúncia à suplência do mandato de Deputado Federal do Senhor RUY ADRIANO BORGES MUNIZ (DEM/MG), em 24 de fevereiro de 2014, nos termos do artigo 54, inciso II, alínea “d”, da CF, combinado com os arts. 238, inciso II e 239, *caput*, do RICD, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 20, de 25 de fevereiro de 2014, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência informa que o Deputado Eduardo Sciarra deixa de integrar, como membro titular, as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às **Medidas Provisórias nos 628, 629, 630, 631, 632, 634, 635, 636, de 2013, e 638, de 2014**, conforme o **Ofício nº 144 de 2014**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado às Comissões Mistas para ser juntado aos devidos processados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 144/14/PSD

Brasília, 26 de fevereiro de 2014

Assunto: Desligamento de parlamentar em Comissão

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos regimentais, solicito, a pedido do Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR), seu desligamento das Comissões Mistas destinadas a emitir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 628, 629, 630, 631, 632, 634, 635, 636, de 2013; e 638, de 2014, (exceto à Medida Provisória nº 633, de 2013).

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que os referidos desligamentos produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente, – **Moreira Mendes**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2014

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição

de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 42-B. A urbanização ou reurbanização de zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica observará o disposto em plano específico que contenha, no mínimo:

I – o perímetro da zona;

.....
V – a previsão de áreas para habitação de interesse social, quando o uso habitacional for permitido

.....
VII – definição de mecanismos de gestão aptos a garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público

§ 1º O plano específico de que trata o *caput* deste artigo será elaborado pela Prefeitura, com participação popular, e aprovado pela Câmara Municipal, observado o disposto no plano diretor.

.....
§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento ou reparcelamento do solo urbano ficará condicionada à existência do plano específico e obedecerá às suas disposições.” (NR)

“Art. 46. É facultado ao Poder Público municipal instituir consórcio imobiliário, como forma de viabilização dos planos específicos a que se refere o art. 42-B.

§ 1º Considera-se consórcio imobiliário o mecanismo de gestão pelo qual imóveis contíguos são incorporados ao patrimônio de fundo específico a título de integralização de quotas, que poderão ser convertidas em lotes ou unidades autônomas edificadas após a conclusão das obras.

§ 2º Deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano.

§ 3º O fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação.

§ 4º É facultado ao Poder Público:

I – participar do capital do fundo específico, integralizando as quotas em terrenos ou em dinheiro;

II – instituir direito de preempção em favor do fundo específico sobre os imóveis localizados na área de abrangência do plano;

III – na hipótese de adesão ao consórcio de proprietários de imóveis cuja área total seja superior a 50% daquela abrangida pelo plano, declarar de utilidade pública os demais imóveis e delegar ao fundo específico a prerrogativa de promover a sua desapropriação;

IV – instituir isenção do imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis relativo à integralização de quotas do fundo específico e à sua posterior conversão em imóveis;

V – fixar parâmetros para a indenização de moradores ou locatários que tenham que desocupar imóveis para a execução das obras;

VI – executar obras de urbanização ou reurbanização, mediante adequada contrapartida do fundo específico ou em troca de participação no seu capital.

§ 5º O fundo específico rege-se subsidiariamente pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993.” (NR)

“Art. 46-A. O Poder Público poderá, independentemente de lei específica, requisitar imóveis localizados em áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastre, com vistas à realização de obras de regularização, prevenção ou recuperação.

§ 1º Caso a prevenção ou recuperação dependa da execução de plano específico cuja execução demande a reconfiguração dos imóveis existentes, poderá ser instituído consórcio imobiliário para a execução das obras, com aplicação, no que couber, do disposto no art. 46 desta Lei.

§ 2º Na ausência de manifestação em contrário do proprietário de imóvel requisitado, presumir-se-á sua adesão ao consórcio imobiliário.

§ 3º Os recursos públicos destinados a prevenção em áreas de risco de desastre e recuperação de áreas atingidas por desastre serão aplicados preferencialmente na capitalização dos consórcios imobiliários de que trata o § 1º deste artigo, mediante integralização de quotas, que serão convertidas em imóveis ou em dinheiro após a conclusão das obras.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A gravidade dos impactos urbanos decorrentes de desastres tem justificado ações preventivas em áreas de risco, com vistas à redução de sua vulnerabilidade a possíveis eventos climáticos adversos. Tais ações, entretanto, enfrentam obstáculos relativos à situação fundiária das áreas de risco ocupadas, que são muitas vezes privadas. Nesses casos, o Poder Público enfrenta o dilema de ter que optar entre realizar obras que valorizarão os imóveis nelas situados ou desapropriá-los, o que implica custos adicionais.

O mesmo dilema se aplica às áreas atingidas por desastres, que precisam ser recuperadas e reconstruídas. Nesse caso, a situação é agravada pelo fato de que os moradores voltam a ocupar seus imóveis, que muitas vezes estão em área de risco, para evitar que venham a ser invadidos por terceiros.

Para viabilizar uma intervenção do poder público que não seja meramente paliativa, sem onerar desnecessariamente o erário ou favorecer um segmento restrito de proprietários, propomos uma disciplina legal para o instituto da requisição civil de imóveis, prevista no art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal, segundo o qual, “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”.

A urbanização, reurbanização ou reconstrução de áreas de risco ou atingidas por desastre é, muitas vezes, a única medida a ser adotada. Em geral, entretanto, essas ações exigem a substituição dos imóveis anteriormente existentes por outros que apresentem condições adequadas de segurança e salubridade.

Nesse sentido, sugerimos a alteração do Estatuto da Cidade, para introduzir no Brasil o instituto do *land readjustment*, ou reparcelamento do solo, amplamente empregado em diversos países, pelo qual se viabiliza a substituição de imóveis antigos por novos, sem a necessidade de desapropriação pelo poder público.

Pode-se citar como referência internacional a criação pelo Governo do Líbano, em 1994, da Companhia Libanesa para o Desenvolvimento e a Reconstrução do Distrito Central de Beirute – “Solidere”, para reconstruir sua capital, devastada pela guerra civil, que perdurou de 1975 a 1990. Capitalizada com imóveis antigos e recursos de investidores externos, essa empresa foi capaz de promover uma renovação urbana de alta qualidade urbanística, que combinou harmoniosamente preservação do patrimônio cultural, criação de espaços públicos e produção de lotes para edificações privadas. Os proprietários originais puderam receber dividendos e alienar suas ações ou convertê-las em imóveis novos, não tendo sofrido qualquer prejuízo.

Nesse sentido, altera-se o regime jurídico do consórcio imobiliário, para permitir que os imóveis originais sejam incorporados ao patrimônio de um fundo imobiliário selecionado pelo poder público para a realização das obras, passando os antigos proprietários a deter parcelas do seu capital, na condição de quotistas. Essas quotas são alienáveis a terceiros e podem ser convertidas em novos imóveis produzidos no âmbito do empreendimento.

A adesão ao consórcio é voluntária. Tendo em vista, no entanto, que se trata de um projeto de interesse público, presumir-se-á a adesão na ausência de manifestação em contrário e facultar-se-á ao fundo desapropriar os proprietários ou possuidores que não aderirem.

Os recursos públicos destinados à prevenção de desastres e à recuperação de áreas atingidas por desastres poderão ser empregados na capitalização desses consórcios, permitindo ao poder público recuperar a valorização imobiliária eventualmente gerada por essas ações, mediante conversão das quotas em imóveis ou dinheiro ao final do empreendimento.

Por fim, a presente proposição aprimora a atual redação do art. 46 do Estatuto da Cidade para mais bem delinear os contornos do consórcio imobiliário, instituto importantíssimo à operacionalização da requisição ora tratada.

Conclamamos os nobres Pares a aderir à célere aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Bauer**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

Mensagem de Veto nº 730

Vigência

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III – sistema de acompanhamento e controle.

Art. 42-A. Os municípios que possuam áreas de expansão urbana deverão elaborar Plano de Expansão Urbana no qual constarão, no mínimo: ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

I – demarcação da área de expansão urbana; ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

II – delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

III – definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

IV – definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

V – a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

VI – definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

VII – definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

§ 1º Consideram-se áreas de expansão urbana aquelas destinadas pelo Plano Diretor ou lei municipal ao crescimento ordenado das cidades, vilas e demais núcleos urbanos, bem como aquelas que forem incluídas no perímetro urbano a partir da publicação desta Medida Provisória. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

§ 2º O Plano de Expansão Urbana deverá atender às diretrizes do Plano Diretor, quando houver. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

§ 3º ~~(Vide Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

§ 4º Quando o Plano Diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do Plano de Expansão Urbana. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011)~~

Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

I – parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda; ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

II – mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

III – planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre; ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

IV – medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

V – diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido. ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

§ 1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas. ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

§ 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

§ 3º Os Municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais. ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

§ 4º Os Municípios enquadrados no inciso VI do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado terão o prazo de 5 (cinco) anos para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal. ~~(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)~~

Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

I – demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

II – delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

III – definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

IV – definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

V – a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

VI – definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

VII – definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 2º Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

CAPÍTULO IV

Da Gestão Democrática da Cidade

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (VETADO)

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 46. O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o caput do art. 5º desta Lei, a requerimento deste, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

§ 1º Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do art. 8º desta Lei.

Art. 47. Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.

Art. 48. Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, os contratos de concessão de direito real de uso de imóveis públicos:

I – terão, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando o disposto no inciso II do art. 134 do Código Civil;

II – constituirão título de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais.

Art. 49. Os Estados e Municípios terão o prazo de noventa dias, a partir da entrada em vigor desta Lei, para fixar prazos, por lei, para a expedição de diretrizes de empreendimentos urbanísticos, aprovação de projetos de parcelamento e de edificação, realização de vistorias e expedição de termo de verificação e conclusão de obras.

Parágrafo único. Não sendo cumprida a determinação do caput, fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a realização de cada um dos referidos atos administrativos, que valerá até que os Estados e Municípios disponham em lei de forma diversa.

~~Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei, deverão aprová-lo no prazo de cinco anos.~~

Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do **caput** do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008. (Redação dada pela Lei nº 11.673, 2008) **Vigência**

Art. 51. Para os efeitos desta Lei, aplicam-se ao Distrito Federal e ao Governador do Distrito Federal as disposições relativas, respectivamente, a Município e a Prefeito.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2014

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....
III – serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural;

.....
§ 3º As faixas não-edificáveis e limitações de que trata o inciso III do *caput* deste artigo incorporarão as servidões e restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O desenvolvimento urbano é uma atividade multifacetada, que exige coordenação entre órgãos públicos e iniciativa privada, com vistas à produção de espaços habitáveis seguros, salubres, belos e eficientes.

A principal forma de produção do solo urbano é o parcelamento do solo, pelo qual glebas são transformadas em lotes e terrenos destinados a vias, praças e equipamentos públicos e comunitários são transferidos ao poder público. O projeto de loteamento precisa contemplar não apenas os padrões urbanísticos do município, mas também as restrições de ocupação vinculadas a políticas setoriais, como as de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, e as servidões associadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações.

A incorporação dessas limitações deve ser assegurada no momento da aprovação do projeto de loteamento, inclusive mediante eventual consulta aos órgãos setoriais e prestadores de serviços públicos pertinentes.

A Lei 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, já contempla essa preocupação, ao prever, em seu art. 7º, inciso IV, que o poder público indicará, nas diretrizes de urbanização a serem obser-

vadas na elaboração do projeto de loteamento, “as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não-edificáveis”.

Não se pode, entretanto, pretender fixar de antemão as dimensões precisas de cada restrição, pois estas dependem de uma avaliação do território que se pretende urbanizar ou reurbanizar. Nesse sentido, tem-se mostrado contraproducente a reserva constante do inciso III do art. 4º da Lei em referência, consistente em uma faixa não-edificável de quinze metros de cada lado, ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Essa largura pode revelar-se insuficiente para alguns casos e excessiva ou mesmo desnecessária para outros. Cada situação concreta pode demandar um tipo específico de faixa não-edificável ou dispensá-la inteiramente. Em alguns casos, não será necessário chegar à não edificabilidade absoluta, bastando uma limitação de altura das edificações, como ocorre na vizinhança de aeródromos.

A inadequação dessa exigência levou à edição da Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004, que suprimiu a obrigatoriedade de faixa não-edificável ao longo de dutos, pois ela inviabilizaria a instalação de oleodutos e gasodutos de interesse público. É preciso estender esse entendimento às demais hipóteses.

A presente proposição tem por objetivo substituir esse dispositivo por uma previsão genérica de que sejam reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. Substitui-se um critério rígido por um princípio flexível, a ser operacionalizado no contexto de cada projeto de parcelamento do solo.

Pelas razões elencadas, contamos com o apoio de nossos Pares para aprovar esta proposição, que suprimirá obstáculos ao desenvolvimento urbano saudável de nossas cidades.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Bauer**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Texto compilado

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.

Parágrafo único – Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento

Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I— as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo;

I – as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. (*Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999*)

II – os lotes terão área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;

III— ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa non aedificandi de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

III – ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica; (Redação dada pela Lei nº 10.932, de 2004)

IV – as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

§ 1º ~~A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.~~

§ 1º A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)

§ 2º Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

§ 3º Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes. (Incluído pela Lei nº 10.932, de 2004)

Art. 5º O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa non aedificandi destinada a equipamentos urbanos.

Parágrafo único. Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

CAPÍTULO III

Do Projeto de Loteamento

Art. 6º Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos:

I – as divisas da gleba a ser loteada;

II – as curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal;

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, não é de hoje que confrontos em estádios de futebol se replicam em outros espaços. Foi o que se assistiu, mais uma vez, no último final de semana, em incidente com todas as marcas de barbárie.

O clássico entre São Paulo e Santos terminou com um torcedor espancado até a morte, um baleado e outro ferido na cabeça, após agressão. Todos esses casos se registraram a mais de 20 quilômetros do local do jogo, o estádio do Morumbi, em São Paulo.

Márcio Barreto de Toledo, de 34 anos e integrante da Torcida Jovem do Santos, morreu após ser agredido com barras de ferro. Após assistir ao jogo, ele foi até a quadra da torcida organizada, o que facilitou uma emboscada e o confronto dela resultante.

Isso demonstra – se é que alguém ainda duvidava – que a violência no futebol migra dos estádios para as ruas com rapidez cada vez maior.

Para o comandante do batalhão responsável pelo policiamento dos estádios paulistas, os vândalos deixaram de agir apenas nos estádios para operar também em regiões mais distantes.

Existe já toda uma técnica de articulação nesse sentido. Os desafios e as brigas são marcados pela internet. A partir daí, montam-se emboscadas, assim como verdadeiras batalhas campais. Em tempos recentes, o Brasil assistiu a várias delas, em cidades tão diferentes quanto Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

Desenhou-se toda uma técnica para os vândalos driblarem a ação da polícia. Comunicam-se, sempre pela internet, para mapear a presença de policiais e desviar seus próprios rumos. Existe ainda um componente de covardia, armando comandos para identificar e agredir torcedores desprevenidos.

Ao mesmo tempo, as lutas e agressões nos estádio assumem grau de brutalidade nunca dantes visto no País. O confronto ocorrido na Arena Joinville entre torcidas do Vasco e do Atlético Paranaense chocou todo o Brasil, deixando quatro feridos graves e centenas com lesões menores.

O mais constrangedor, contudo, foi assistir às cenas de selvageria. Também é constrangedor verificar que a brutalidade se espalha até para fora do território nacional, como se verificou com a morte de um menino, vítima de petardo disparado por torcedor brasileiro em Oruro, na Bolívia.

Fica o registro de que a internacionalização da violência esportiva, se é que podemos usar essa expressão, já teve registros igualmente chocantes fora do Brasil. Permanece como exemplo dramático o confronto ocorrido em 19 de maio de 1985, na Bélgica, entre torcedores do Liverpool, da Inglaterra, e da Juventus, da Itália.

A briga generalizada que se seguiu só terminou após se verificarem 39 mortes e mais de três centenas de feridos. A iniciativa da briga foi atribuída, na época, à agressividade da torcida inglesa, ou melhor, de núcleos de arruaceiros que delas participam, os chamados hooligans.

Houve uma reação, mas recorreu-se apenas ao uso da força. Instalaram-se grades pontiagudas e eletrificadas nos estádios ingleses. Isso só agravou o quadro. Em 1989 ocorreu tragédia ainda maior. Na semifinal da Copa da Inglaterra, uma massa de torcedores do Liverpool que tentava chegar a um dos mais modernos estádios da Inglaterra à época, foi forçando a entrada pelos portões. A superlotação, aliada à falta de sinalização, esmagou os torcedores contra a grade que separava o campo das arquibancadas. As pessoas que morreram esmagadas chegaram a 96.

Esse confronto não se tornou um marco apenas pelo grau inédito de violência. Constituiu também o ponto de partida para uma nova postura policial, iniciada na Inglaterra, que se concentrou em coibir os abusos dos torcedores.

Criou-se um plano, a ser conduzido por um magistrado, que privilegiava o uso da inteligência. Partiu de reformas dos estádios, acabando-se com os chamados terraces – espaços abertos, como havia também nos estádios brasileiros, os “corredores” e a “geral” – onde se reuniam os hooligans. Foi-se, entretanto, muito além disso.

Aliada à reforma dos estádios, foi criada uma política de prevenção da violência. Em vez de tentar conter os baderneiros depois do início dos confrontos, a polícia passou a identificá-los previamente.

Todos os estádios ingleses tiveram de instalar sistemas de monitoramento por câmeras. Essa responsabilidade foi partilhada com os clubes. Com esse aparato, a polícia faz uma varredura virtual à procura de torcedores brigões. Assim que um vândalo é localizado, é retirado do estádio.

Já avançamos nesse sentido. Aos poucos, os centros urbanos brasileiros passam a contar com redes de câmeras, colocados em pontos estratégicos, de modo a permitir a identificação dos vândalos e dos arruaceiros. Repare-se que participantes do confronto que levou à morte do torcedor santista no último fim de semana foram filmados por câmeras que permitiram até a identificação dos carros que usaram na emboscada.

Ainda na Inglaterra, o embate entre policiais e torcida foi substituído pelo trabalho discreto de inteligência. Há um oficial escalado para estudar o comportamento dos torcedores de cada clube profissional inglês. Ele informa à polícia a identidade daqueles potencialmente mais perigosos.

Deu resultado. As brigas tornaram-se cada vez menos frequentes no futebol inglês. Graças ao novo clima nos estádios, os jogos abriram-se a número cada vez maior de torcedores – que por sua vez deixaram de ser intimidados pelos bandidos – e o esporte de lá passou a viver uma nova fase de prosperidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as autoridades brasileiras não estão inertes para o problema da violência nos estádios, assim como para a extensão dos confrontos entre torcedores fora deles.

Os ministros do Esporte, Aldo Rebelo, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciaram há pouco um conjunto de nove propostas para tentar conter os casos de violência nos estádios brasileiros. Entre essas medidas está o aumento da responsabilidade dos times com torcedores envolvidos em brigas. Um dos pontos que será discutido para 2014 é a possibilidade de perda de pontos em casos mais graves.

Trata-se de uma forma de envolver mais e mais os clubes nessa luta. Afinal, todos sabem que muitas vezes são as diretorias dos próprios clubes que financiam as torcidas organizadas e custeiam suas viagens para assistir às partidas das agremiações. Que tenham mais critério nesse sentido. As penas podem contribuir nesse sentido. Como diz o ministro Aldo Rebelo, muitas vezes os clubes temem mais a perda de três pontos do que de R\$ 3 milhões.

Entre as propostas anunciadas, há uma série de orientações que serão passadas para órgãos de justiça e segurança estaduais, federações e clubes, com o objetivo de unificar os procedimentos nos jogos de futebol. O Ministério do Esporte ainda se comprometeu a trabalhar para a conclusão do cadastro nacional de torcedo-

res, que seria utilizado para impedir a entrada de brigões em eventos esportivos, seguindo punição prevista no Estatuto do Torcedor.

Também os novos estádios, embora criticados pelos que se opõem à realização da Copa do Mundo no Brasil, representarão um avanço no sentido da pacificação. Seguem os mesmos moldes dos utilizados nos demais países para dificultar os encontros dos arruaheiros.

É o caminho a seguir. O futebol é o esporte nacional. Aos poucos, vem conquistando novos segmentos da população brasileira. Há três ou quatro décadas era impossível imaginar que mulheres, idosos e crianças estariam nos nossos estádios. Hoje, eles constituem uma parcela muito significativa da torcida.

Não podemos deixar que a cultura de paz criada no esporte brasileiro venha a ser ultrapassada pela violência, pela intimidação, pela arruaça, pela morte. Dentro e fora dos estádios.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, antes de encerrar, registro um gravíssimo incidente ocorrido em Boa Vista, na capital de nossa Roraima. Falávamos aqui de barbárie. Pois foi justamente a que se assistiu em Boa Vista.

Uma jovem de 18 anos foi estuprada no banheiro feminino do Aeroporto Internacional de Boa Vista, na última segunda-feira. Chegava para trabalhar, em uma das franquias do aeroporto, quando foi agredida por um homem, armado de uma faca.

O acusado foi localizado pouco depois, nas proximidades do aeroporto. Já fora detido por dois crimes, mas respondia em liberdade. Confessou a violência sexual e foi conduzido à Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, na zona rural de Boa Vista. Sete horas depois foi encontrado morto. Tudo indica que tenha sido vítima de assassinato.

Há aí uma sequência de violências inadmissíveis. É inconcebível que uma mulher seja agredida e molestada em espaço público, movimentado, como um aeroporto. Obviamente, houve aí falta da presença do estado, com a ausência de policiamento preventivo.

A seguir, ocorre assassinato em uma instituição penitenciária, em que a vítima é um detento, por cuja integridade física o Poder Público tem toda a responsabilidade. Em ambos os casos houve uma evidente falha do estado. Não se pode conviver com isso. Os cidadãos deste país precisam ser protegidos e a violência não pode se expandir como, infelizmente, vem acontecendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em 2014, o mundo celebra o Dia Internacional da Mulher com a expectativa de consolidar dados positivos sobre as condições em que vivem as mulheres na atual conjuntura histórica. Seja aqui, seja nos países centrais, a formação educacional crescente tem rendido às mulheres ocupações mais nobres no sistema político e econômico, ensejando também responsabilidades mais complexas no gradual processo de “empoderamento” social.

Visivelmente, a inclusão das mulheres no diversificado mercado de trabalho tem sido progressivamente veloz. Afinal de contas, no Brasil, a população feminina é maioria. Para cada grupo de 100 mulheres, há correspondentes 94 homens. Mais que isso, as estatísticas prestam conta de que o contingente feminino já domina o universo de estudantes do ensino médio e universitário. No entanto, há ainda muito a trilhar rumo a um futuro livre das desigualdades de gênero.

Antes de tudo, Senhor Presidente, a mais ninguém escapa que a participação das mulheres no mundo do trabalho tem sido uma das mudanças mais significativas em favor do gênero. Embora a taxa de participação delas no mercado de trabalho ainda seja menor em comparação com a participação masculina, o aumento desse índice tem se mostrado constante. Em meio aos principais motivos, está a formalização do emprego das mulheres, graças à elevação da escolaridade feminina, ao aumento do rendimento e à ampliação do acesso ao crédito.

Mais que isso, todas essas ações convergem para um movimento expressivo do protagonismo das mulheres neste Governo e na sociedade brasileira. Temos mulheres liderando vários Ministérios, reunindo um número de oito ministras, e no centro de todas, está a presidenta do País, Dilma Rousseff, servindo de modelo político e administrativo para novas gerações de brasileiras.

Nessa ordem, Senhor Presidente, o recente lançamento do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) de 2013 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) forneceu um mapeamento integrado da real situação da mulher no Brasil nas mais diversas frentes.

Como é sabido, uma das principais virtudes do Raseam é a que permite a avaliação e o controle do impacto das políticas públicas de gênero, ao apresentar e consolidar em um só lugar as informações produzidas pelos diferentes órgãos públicos vinculados ao tema. Na prática, o relatório possibilita o controle democrático sobre a presença de mulheres nas mais variadas frentes de ocupação no País.

O documento abrange diversas áreas da realidade socioeconômica das brasileiras incluindo estrutura demográfica, mercado de trabalho, educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, violência, participação política, comunicação, cultura e esporte. Sua confiabilidade como ferramenta de balizamento de políticas reside nas fontes utilizadas: as estatísticas são fruto da cooperação de fontes oficiais, entre as quais o IBGE, o Ipea e a própria Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Nesse sentido, os indicadores monitorados mostram uma sociedade em transformação e acenam para a importância crucial do papel da mulher na consolidação do novo perfil populacional do País, marcado pela forte redução das taxas de natalidade e mortalidade. Não faltam dados curiosos. Por exemplo, na área rural, segundo dados do IBGE/Pnad de 2011, as mulheres acessam mais a internet do que os homens. Outro aspecto pouco conhecido refere-se à participação feminina nas Forças Armadas, que hoje já alcança 5% do contingente total, dentro de uma carreira exclusivamente masculina há bem pouco.

Por outro lado, Senhor Presidente, não devemos esconder o lado menos entusiasta das estatísticas, tais como o acelerado crescimento do número de encarceradas no Brasil. De 2007 a 2012, ou seja, em apenas cinco anos, as prisões femininas registraram cerca de 30% a mais de ocupantes. Nesse contexto, o Raseam oferece bases para a reflexão sobre a situação prisional das mulheres, em sua maioria jovens pobres, negras e pouco escolarizadas.

Outro ponto levantado pelo relatório nos mostra que precisamos prestar mais atenção à questão da violência de gênero que ainda acontece nos lares brasileiros. Aliás, uma recente pesquisa encomendada para mensurar a opinião da sociedade sobre a violência doméstica e assassinatos de mulheres revelou que sete em cada dez entrevistados acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Entre eles, 50% avaliam que a mulher se sente mais insegura em casa do que fora. O estudo, intitulado Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres, foi realizado pelo Data Popular e pelo Instituto Patrícia Galvão, com 1.500 homens e mulheres, em 100 Municípios do País.

No que diz respeito ao nível social, a pesquisa indicou que 69% acreditam que a violência contra a mulher não acontece só em famílias pobres. Entre os motivos que representariam maior risco à vida da mulher foram apontados o fim do relacionamento e a denúncia contra o agressor, seja namorado ou marido. E o que é mais trágico, 92% dizem acreditar que as agressões frequentes podem terminar em assassinato.

Ainda, 98% das pessoas entrevistadas mostram ter conhecimento das implicações da Lei Maria da Penha e para 86%, as mulheres passaram a denunciar mais os maus-tratos depois da existência da lei.

Senhor Presidente, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, declarou recentemente que a Lei Maria da Penha tem sido um sucesso com repercussão abrangente graças a dois aspectos-chave. O primeiro é porque o agressor passou a ser punido com cadeia. E o segundo é que, em caso de morte da mulher, o homem é obrigado a ressarcir à União os gastos relativos à pensão concedida aos dependentes da vítima.

Enfim, para encerrar nossa participação, Senhor Presidente, devemos acentuar que a marcha das mulheres em direção à emancipação integral não está longe de alcançar seu destino final. A mentalidade da população nacional está em pleno processo de transformação, se sensibilizando para a questão da condição da mulher e da violência contra ela em todos os quadrantes do País. Por fim, aproveito a oportunidade para saudar todas as brasileiras por este dia 8 de março.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas – eu estarei no Acre –, com Ordem do Dia previamente designada pela Mesa Diretora dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

Item único

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2012), além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (publicidade voltada ao público infanto-juvenil).*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo. PT – AC) – Está encerrada esta sessão. Boa noite. Obrigado.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 39 minutos.)

Secretaria de Recursos Humanos

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL

SEÇÃO II

Nº: 5428

sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014

COMISSÃO DIRETORA**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, de 2014**

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003 e o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir a Coordenação de Apoio a Parlamentares da Diretoria-Geral, transpor suas competências para outras unidades da estrutura administrativa do Senado Federal; e altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir uma função comissionada de Diretor-Geral Adjunto da Diretoria-Geral do Senado Federal, e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 233 do Regulamento Orgânico do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013,

Considerando as disposições do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, que modificou a estrutura organizacional do Senado Federal, e

Considerando a necessidade de realizar as adequações necessárias para o bom funcionamento das Unidades Administrativas do Senado Federal, sem acréscimo de custos, **RESOLVE:**

Art. 1º O art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

§ 1º Observados o limite mensal e o regime de competência, a verba de que trata este artigo será requerida pelo Senador, até o último dia útil do mês subsequente ao da realização das despesas, acompanhada da correspondente documentação fiscal, devidamente atestada pelo requerente.

§ 1º-A O requerimento de que trata o § 1º será encaminhado à Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN, que providenciará o pagamento das despesas, observada a regularidade da documentação apresentada, nos termos deste Ato.

§ 1º-B A liquidação com vistas ao pagamento de que trata o § 1º-A será realizada pelo gabinete parlamentar.

....." (NR)

Art. 2º O Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 254.....

.....

V - Coordenação de Logística e Apoio a Parlamentares:

a) Serviço de Concessão de Passagens;

b) Serviço de Passaportes e Vistos.

.....

§ 1º

.....

V - à Coordenação de Logística e Apoio a Parlamentares compete promover a integração de ações e recursos humanos e materiais dos diversos setores da Casa para a consecução de ações operacionais multidepartamentais, em particular em atendimento às demandas logísticas dos gabinetes parlamentares e à manutenção do bom estado geral de conservação das instalações físicas do Senado Federal; monitorar e promover a celeridade na tramitação de processos administrativos prioritários de aquisições e contratações; prover suporte à comunicação institucional gráfica nas dependências da Casa; propor projetos institucionais que ampliem a participação dos públicos internos e externos ao Senado e melhore o conhecimento da instituição; receber a documentação referente ao pedido de concessão de passagens para as viagens oficiais dos parlamentares e dos servidores no território nacional e no exterior; gerenciar ações que visem a obtenção e a manutenção de passaportes diplomáticos e oficiais, no âmbito do Senado Federal, bem como de vistos nesses documentos; e executar outras tarefas correlatas, por meio dos seguintes serviços diretamente subordinados:

a) Serviço de Concessão de Passagens, ao qual compete operacionalizar a emissão de passagens aéreas para parlamentares e servidores em missão oficial fora do Distrito Federal;

b) Serviço de Passaportes e Vistos, ao qual compete operacionalizar a emissão de passaportes diplomáticos dos parlamentares e vistos dos parlamentares junto às representações diplomáticas; operacionalizar emissão de visto de servidores designados para missão oficial no exterior; e executar outras tarefas correlatas.

....." (NR)

"Art. 257.

.....

§ 1º

.....

VI -

.....

c) Serviço de Gestão da Ceaps;

.....

§ 2º

.....

VI -

a) Serviço de Apropriação e Liquidação, ao qual compete receber e controlar os documentos que derem entrada para liquidação e pagamento; realizar a conferência e conformidade dos documentos apresentados; registrar, classificar e controlar os documentos

relativos a recolhimento de valores em favor do Senado Federal; controlar e promover registros contábeis para reclassificação de saldos em contas contábeis transitórias decorrentes de entrada ou saída de recursos financeiros; compor os processos que deverão conter os documentos exigidos pela legislação fiscal, tributária e contábil; realizar cálculos de reajustes retroativos de contratos, bem como quaisquer cálculos de natureza financeira solicitados por outras unidades da Secretaria; executar a apropriação e liquidação dos documentos fiscais segundo as normas vigentes; apropriar a retenção de impostos, tributos e contribuições de acordo com a legislação tributária; efetuar a apropriação de encargos incidentes sobre pagamentos realizados; apropriar e liquidar folhas de pagamento encaminhadas pela Secretaria de Recursos Humanos; manter sob sua guarda os documentos relativos às garantias contratuais; receber a documentação referente ao pedido de concessão de diárias para as viagens oficiais dos Senadores e Senadoras no território nacional e no exterior; executar outras tarefas correlatas;

b) Serviço de Programação Financeira e Pagamento, ao qual compete elaborar o cronograma de desembolso financeiro do orçamento e dos créditos adicionais aprovados em favor do Senado Federal; solicitar e acompanhar a liberação de recursos financeiros previstos no orçamento; executar os procedimentos relativos à liberação de pagamentos e recolhimento de impostos, contribuições e tributos e outros valores retidos devidamente apropriados pelo Serviço de Apropriação e Liquidação; recolher encargos patronais; realizar os créditos relativos a folhas de pagamento; encaminhar os documentos relativos aos pagamentos realizados, acompanhados do respectivo processo, para a competente assinatura do Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade e do Ordenador da Despesa; remeter à Coordenação de Contabilidade os processos pagos para conferência e registro da conformidade contábil e documental; encaminhar aos agentes financeiros todo e qualquer documento que autorize movimentação na Conta Única do Tesouro; prestar informações aos fornecedores sobre processos de pagamento; executar os procedimentos relativos à liberação de pagamentos de diárias para as viagens oficiais dos Senadores e Senadoras no território nacional e no exterior; e executar outras tarefas correlatas;

c) Serviço de Gestão da Ceaps, ao qual compete a operacionalização do sistema de controle da utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores; processar os lançamentos e glosas devidos; informar ao Gabinete Parlamentar sobre os procedimentos; preparar as autorizações de ressarcimento; supervisionar a divulgação das informações no Portal da Transparência, conforme regulamentação; e executar outras tarefas correlatas;

....." (NR)

"Art. 258.

.....

§ 2º

.....

X -

a) Serviço de Atendimento Operacional, ao qual compete receber e processar as demandas por serviços de transporte, conservação e limpeza; elaborar e controlar a movimentação dos veículos a serviço do Senado Federal e a estatística dos serviços prestados; supervisionar as operações de abastecimento e lavagem dos veículos; controlar a disponibilidade, integridade e adequação dos recursos alocados ao serviço; gerir as cotas de correspondências e encomendas expressas; propor Termos de Referência para as respectivas contratações; gerir os contratos da área de atuação da Coordenação; e executar outras atividades correlatas;

....."(NR)

"Art. 261.

.....

§ 2º

.....

VII -

a) Serviço de Faturamento e Reembolso, ao qual compete faturar processos de contas médicas ambulatoriais e hospitalares, exames laboratoriais e de imagem, bem como analisar, conferir e atender as entidades credenciadas em caso de recurso de glosa e encaminhar para o pagamento; o processamento das solicitações de reembolso formulados pelos beneficiários do SIS, inclusive os casos de internação domiciliar, o que inclui a minuciosa verificação do cumprimento de diversos requisitos nos pedidos formulados, bem como seu envio à análise da Copeme; receber a documentação referente aos pedidos de ressarcimento de despesas médicas com saúde e tratamento odontológico prestado aos Senadores e Senadoras em exercício e a ex-parlamentares e realizar a análise e a conferência dos documentos que instruem os pedidos de ressarcimento após prévia avaliação pela área médica competente no âmbito do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas;

....."(NR)

Art. 3º Por força do disposto neste ato, os subitens 3.6, 3.6.1 e 3.6.2 do item "3. Distribuição das Funções Comissionadas", do Anexo I do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, passam a vigorar com a redação do Anexo a este Ato.

Art. 4º Revogam-se os seguintes dispositivos do Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013:

I - inciso III do artigo 254;

II - inciso III do § 1º do artigo 254.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 19 de fevereiro de 2014. **Senador Renan Calheiros - Presidente, Senador Romero Jucá - 2º Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro - 1º Secretário, Senador Casildo Maldaner - 4º Suplente de Secretário.**

ANEXO

Observações:

- Republicado por haver saído com incorreção, no original, no BASF nº 5427, Seção 2, de 20/2/2014.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5428 Seção 2, de 21/02/2014

ANEXO AO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, DE 2014

3.6 DIRETORIA GERAL

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR-GERAL	DIRETORIA-GERAL	FC-5	1
CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL	FC-3	1
SUBCHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL	FC-3	10
ASSISTENTE TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL	FC-1	7
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA E APOIO A PARLAMENTARES	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE CONCESSÃO DE PASSAGENS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PASSAPORTES E VISTOS	FC-2	1
GESTOR	NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	FC-3	1
DIRETOR-GERAL ADJUNTO	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA	FC-4	1
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	GABINETE DA DGERAD	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA	FC-3	4

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	FC-2	1
GESTOR	NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS	FC-3	1
MEMBRO	NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS	FC-2	4
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
DIRETOR-GERAL ADJUNTO	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	FC-4	1
ASSESSOR TÉCNICO	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
GESTOR ASSISTENTE	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	FC-2	12

3.6.1 SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	FC-4	1
DIRETOR ADJUNTO	SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DE	FC-2	1

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
	PROGRAMAS E METAS		
ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	FC-1	4
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO TÉCNICO-JURÍDICO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO FINANCEIRA	FC-3	1
ASSISTENTE TÉCNICO	COORDENAÇÃO FINANCEIRA	FC-1	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APROPRIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GESTÃO DA CEAPS	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE GESTÃO DA CEAPS	FC-1	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ANÁLISE E CONFORMIDADE CONTÁBIL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIOS	FC-2	1

3.6.2. SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO	FC-4	1
DIRETOR ADJUNTO	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE E	FC-2	1

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
	ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E BENS COMUNS		
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE E ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E BENS ESPECIAIS	FC-2	1
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO	FC-1	4
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RESIDÊNCIAS OFICIAIS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO OPERACIONAL DIURNO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO OPERACIONAL NOTURNO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTO DE ALMOXARIFADOS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE ALMOXARIFADOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO DE INFORMÁTICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO DE PRODUTOS GRÁFICOS	FC-2	2
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E SUPRIMENTO DE BENS DE ALMOXARIFADOS	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INVENTÁRIOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TOMBAMENTO E DE TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO	FC-2	1

Republicado por ter saído com incorreções no original, que foi publicado no BASF nº 5427. Seção II. de 20/02/2014.

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL	FC-1	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TRANSPORTES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PORTARIA E ZELADORIA	FC-2	1

Republicado por ter saído com incorreções no original, que foi publicado no BASF nº 5427, Seção II, de 20/02/2014.

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

26/02/2014
Quarta-feira

15h	Reunião da Mesa Diretora Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário
17h	Sessão Solene de Posse dos ministros Antonio José de Barros Levenhagen, no cargo de presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, vice-presidente e João Batista Brito Pereira, corregedor-geral da Justiça do Trabalho Sala de Sessões Plenárias, Térreo do Tribunal Superior do Trabalho, BI "B" SAF Sul Qd 8 Lt. 1

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/BA
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (97,112)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataides Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfê Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme Of. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7.2)	1. VAGO (7.2)
VAGO (7.2)	2.
VAGO (7.2)	3.
VAGO (7.2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8.5)	1. VAGO (8.5)
VAGO (8.5)	2. VAGO (8.5)
VAGO (8.5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6.4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG).
 2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
 3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **.. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
- Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
- Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

**** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA
O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).

90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**, Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDb).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDb)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDb).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (OF. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (OF. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDb).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDb nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDb nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***** Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (OF. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (OF. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. VAGO ^(44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (OF. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**, Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. VAGO ^(6,8,32,25,81,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63,80,79)
Eduardo Lopes (PRB) ^(73,65)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011 - GLPMDB).
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, em substituição ao Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 004/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
50. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1.6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Anibal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (OF. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. GLDBAG nº 024/2013).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO ^(4,2,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(7,4)	4. VAGO ^(9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO ^(60,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Acácio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDb).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDb nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDb nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) ^(79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (OF. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).

27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(8,3)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO (3)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS	
PMDB	
	Pedro Simon (RS)
PT	
	Angela Portela (RR)
PSDB	
	Lúcia Vânia (GO)
PTB	
	VAGO
PP	
	Ciro Nogueira (PI)
PDT	
	João Durval (BA) ⁽³⁾
PSB	
	Lídice da Mata (BA)
DEM	
	Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
	VAGO
PSD	
	Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB	
	Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV	
	Paulo Davim (RN)
PRB	
	Eduardo Lopes (RJ)
PSC	

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n° 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n° 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁹⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹⁰⁾
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽³⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾
SDD

Atualização: 18/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO** ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Cyro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Cyro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrakis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 42 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
	1.
	2.
PROS²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO**Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Bíffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPPLY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 272 páginas
(O.S. 10647/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

